



SÉRIE DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO (Volume 2)

ORGANIZADORES:

Angela de Castro Correia Gomes
Carlaile Largura do Vale
Geraldo Luiz Francisco da Silva
Jane Aparecida Nunes de Araújo
Joareis Fernandes de Azevedo
Lindsay de Oliveira Mesquita Torres
Marcos Tadeu Simões Piacentini
Miriã Gil de Lima Costa
Simone Marçal Quintino

SÉRIE DE PESQUISAS EM
ADMINISTRAÇÃO
(Volume 2)

Organizadores:

Angela de Castro Correia Gomes

Carlaile Largura do Vale

Geraldo Luiz Francisco da Silva

Jane Aparecida Nunes de Araújo

Joareis Fernandes de Azevedo

Lindsay de Oliveira Mesquita Torres

Marcos Tadeu Simões Piacentini

Miriã Gil de Lima Costa

Simone Marçal Quintino

SÉRIE DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO (Volume 2)



Livro Rápido

Todos os direitos reservados. Vedada a produção, distribuição, comercialização ou cessão sem autorização do autor. Os direitos desta obra não foram cedidos.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Diagramação
Laysa Souza

Capa
Angela de Castro Correia Gomes

Revisão
Do Autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica

S485 Série de pesquisas em administração / Organizadora: Angela de
Vol.2 Castro Correia Gomes et al. – Recife: Livro Rápido, 2017.
 264 p.; il.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5707-697-6

1. Administração de empresas. 2. Responsabilidade social. 3.
Agronegócio. 4. Agricultura familiar. I.GEPAC – Grupo de Estudos e
Pesquisas em Administração de Cacoal. II. Título.

CDU – 658

Livro Rápido Editora – Elógica
Coordenadora editorial: *Maria Oliveira*

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 Peixinhos
Olinda – PE CEP: 53230-290
Fone: (81) 2121.5307/ (81) 2121.5313
livrorapido@weblogica.com
www.livrorapido.com

SUMÁRIO

Prefácio	9
Capítulo III: Gestão ambiental e do agronegócio – <i>Grupo GEPAC</i>	
A responsabilidade social da pessoa jurídica de direito privado nos crimes ambientais: uma visão frente à nova geração do constitucionalismo	13
Ozana Rodrigues Boritza Graciela Flávia Hack Ana Carolina Oliveira Guedes Memória	
Considerações acerca do agronegócio no cerrado: um estudo bibliográfico	36
Elioenai da Silva Oliveira Charlyan de Sousa Lima Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli	
Produção do biodiesel de soja como alternativa de energia sustentável em Rondônia	54
Alexandre Martins Abdão dos Passos Artur de Souza Moret Simone Marçal Quintino	

Capítulo IV: Comportamento organizacional – Grupo GEPAC

Metodologia científica: relatos de experiência das dificuldades de acadêmicos do curso de graduação frente à elaboração de trabalhos científicos 83

Cristiane Cardoso da Silva
Gésica Borges Bergamini
Joareis Fernandes de Azevedo
Miriã Gil de Lima Costa

Motivação do trabalhador bancário: estudo de caso em um banco público 94

Rosana Rodrigues Barbosa
Joareis Fernandes de Azevedo
Jussilaine Luzia Lyra Guimarães
Geraldo da Silva Correia

O que se discute sobre transparência e *accountability* na gestão do setor plural: um estudo bibliométrico entre 2000 e 2016 116

Alexandre de Freitas Carneiro
Laíza Sampaio Geremia
Elder Goles Ramos
Carlaile Largura do Vale

Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar o perfil do tomador de crédito dos agricultores familiares sindicalizados no município de Cacoal –RO 140

Higo Vale de Oliveira
Ademir Luiz Vidigal Filho
Lucelia Largura do Vale Vidigal
Carlaile Largura do Vale

**Relacionamento entre franqueados e franqueadores
no setor educacional na cidade de Cacoal-RO 159**

Adriano Camiloto da Silva

Genilda da Silva Mares

Marcos Tadeu Simões Piacentini

Luciane Cristina Garcia Camiloto

Capítulo V: Administração pública – Grupo Gepac

**Gestão de convênios federais de infraestrutura pela
prefeitura de Presidente Médici, utilizando a
ferramenta de inovação SICONV 189**

Denize dos Santos

Angela de Castro Correia Gomes

**Capítulo VI: Administração contábil, financeira e
orçamentária e de cálculos matemáticos e
estatísticos – Grupo GEPAC**

**Sistema público de escrituração digital (*sped*):
repercussões na gestão de empresas de lucro
presumido 221**

Marcos Tadeu Simões Piacentini

Everaldo Ferreira Brito

Alexandre Leonardo Simões Piacentini

Jessica Bispo Blasques

Capítulo VII: Gestão ambiental em organizações formais e informais – *Grupo GIEPGOEA*

Educação ambiental empresarial como parte das dimensões da responsabilidade social: um breve estudo bibliográfico **239**

Andréa Rodrigues Barbosa

Lucilo José Ribeiro Neto

Nauama Dias Suruí

Angela de Castro Correia Gomes

PREFÁCIO

O livro apresenta uma série de artigos, não necessariamente vinculados a um tema central comum, mas, relevantes ao proporcionar ao leitor a possibilidade de acessar uma leitura generalista caso o intuito seja a leitura global ou, o acesso a tópicos de interesse direcionado e específico. O material mostra-se fruto, em sua maior parte, de pesquisa bibliográfica e outra parcela menor desenvolvida a partir de pesquisa de campo.

Os temas são diversos: meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento local e regional, comportamento organizacional, administração pública, contabilidade, controladoria, organizações sociais, educação e agricultura.

Transita por áreas das ciências sociais aplicadas como: administração geral e administração aplicada, contabilidade e ciências sociais. Transita por áreas das ciências agrárias como: agronomia geral e agronomia aplicada, engenharia agrícola. Por fim, transita por áreas das ciências ambientais de forma transversal e multidisciplinar.

O conteúdo apresentado no livro é uma referência para diferentes públicos. Tomadores de decisão, técnicos das ciências sociais aplicadas, agrárias e ambiental, teóricos e críticos dessa natureza diversa e instigante.

Juliano Avelar Moura
Professor Adjunto do Departamento de Administração
Universidade Federal de Goiás/ Regional Goiás

CAPÍTULO III:

Gestão ambiental e do agronegócio



*“Um homem só é nobre quando consegue sentir
piedade por todas as criaturas”. (Buda)*

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO NOS CRIMES AMBIENTAIS: UMA VISÃO FRENTE À NOVA GERAÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO

Ozana Rodrigues Boritza¹

Graciela Flávia Hack²

Ana Carolina Oliveira Guedes Memória³

Introdução

O constitucionalismo é um movimento que, além de limitar o poder do Estado, impõe de forma suprema direitos e deveres, entre outros, aos entes morais. Também determina funções do Estado em proteger certos bens coletivos, tal como o meio ambiente. A história aponta, no entanto, que essa preocupação é recente, proveniente dos novos entendimentos da terceira geração desse movimento do direito. Tal corrente prega a solidariedade, pois se caracteriza pela exigência de atitudes de toda a humanidade para a efetivação desses direitos.

Ocorre que a reparação de um dano ambiental é tarefa difícil e custosa, por isso necessária e preocupante. Além da reparação do dano e sanções de caráter civil, o dispositivo constitucional e infraconstitucional parece apontar outras modalidades de sanções, como a penal e a administrativa que devem ser impostas às pessoas jurídicas de direito privado autor

¹ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Direito de Cacoal e membro do GEPAC.

² Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Direito de Cacoal e membro do GEPAC.

³ Aluna do Curso de Direito da UNIR/Cacoal.

da conduta delituosa. Assim, de acordo com a interpretação a Constituição estabelece uma tríplice responsabilidade aos causadores do dano ambiental.

Dessa forma, se desenvolve um capitalismo livre no país que não converge com outros dispositivos da constituição. Como lembra Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2000): “De todos os direitos de terceira geração, sem dúvida o mais elaborado é o direito ao meio ambiente”. O texto constitucional que trata do assunto se revela notável avanço para a construção de um sistema de garantias da qualidade de vida dos cidadãos.

Evolução do constitucionalismo e o capitalismo livre no Brasil

O ideal constitucionalista é fruto de uma longa jornada iniciada nas tentativas de limitação de poder nas Idades mais antigas. As experiências precursoras do constitucionalismo passam por cinco gerações, conforme Bonavides (2008, p. 85).

"Tão característico e idôneo quanto a liberdade o fora em relação aos da primeira geração, a igualdade aos da segunda [...]", a solidariedade na terceira, "[...] a democracia aos da quarta e doravante há a paz de ser com respeito aos da quinta.

Os direitos relacionados ao meio ambiente se enquadram na terceira geração, pois se caracterizam pela exigência de atitudes de toda a humanidade para a efetivação desses direitos. No ordenamento jurídico brasileiro fica evidenciado no art. 225 da Constituição Federal da República Federativa de 1988, conforme consta em seu texto:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso

comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Logo mais, em seu parágrafo terceiro, fica evidenciado o dever do Estado em preservar a ordem ambiental, punindo aqueles que cometerem crimes:

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Para a devida responsabilização dos fatos-crime que ocorrerem, positivou-se a norma jurídica através da Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Nela fica explícito a tipificação dos atos infracionais bem como dos procedimentos que envolvem as devidas sanções.

Também a Lei n. 6.938/81 trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Na voz de Machado (2007), essa lei inseriu como objetivos “[...] a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos ambientais, com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente”.

O início dos pensamentos voltados para a proteção do ambiente surge com a sensibilização acerca da produção de produtos, que à partir da Revolução Industrial mudou a realidade no espaço urbano, no transporte, na relação de trabalho e no meio

ambiente. Em fins do século XIX uma nova configuração do capitalismo aparece. Burns, Lerner e Meachan (1995) explicam que as companhias empresariais cresciam e suas necessidades de capital cresciam nesse mesmo sentido; ao mesmo tempo que controlavam os preços dos produtos, controlavam também a exploração da matéria prima até serem comercializados.

No Brasil, embora sua industrialização tenha aparecido tardia, nasce na forma de substituição de importações e, depois passa-se a abrir portas às fábricas, como lembra Mattei e Santos Júnior (2009). Para cá vieram indústrias de eletrodomésticos e principalmente montadoras automobilísticas. No entanto, o caráter agroexportador não é deixado de lado e a produção caracteriza-se por ser:

Dirigida para o mercado interno, importante participação do Estado na construção de hidrelétricas, em indústrias de base, como a siderurgia, e na infraestrutura de transportes para atender às necessidades das nova indústrias (ALMEIDA E RIGOLIN, 2003).

Na análise de Milaré (2005) o “processo de desenvolvimento dos países se realiza, basicamente, à custas dos recursos naturais vitais, provocando deteriorações das condições ambientais em ritmo e escala” desconhecidos. O desenvolvimento a qualquer custo funda-se, segundo ele, na falsa concepção de que as nações por “enfrentarem problemas socioeconômicos de grande gravidade, não deveriam desviar recursos para proteger o meio ambiente”.

O modelo capitalista liberal adotado pelo Brasil vai de encontro com o ideal de proteção ambiental anotado nos dispositivos da constituição. Freitas (2016, p.62) evidencia que

[...] sem o regramento do Estado, leva ao esgotamento total dos recursos ou bens, com a geração de grande quantidade de resíduos sem o devido tratamento, incorrendo em graves ofensas ao meio ambiente.

Continua enfatizando (Freitas, 2016,p.43) que:

Os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e a propriedade privada dispostos na Constituição Federal, devem estar em harmonia com a defesa e preservação do meio ambiente, para que seu uso também seja possível às futuras gerações. Dessa forma, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social devem ser convergentes, com observância dos limites da sustentabilidade, de forma que a implementação de um não acarrete a anulação do outro.

O meio ambiente que é entendido por Antunes (2013) como “o conjunto de condições, leis, influências e interpretações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, na análise de Ponting (1995), está ameaçada hodiernamente pela industrialização e suas áreas de poluição concentrada e degradação ambiental, além dos produtos mais poluentes, como os “plásticos, detergentes, fibras sintéticas, fertilizantes, pesticidas, em lugar dos produtos naturais, menos poluentes, como o sabão, as fibras naturais e fertilizantes orgânicos”. As consequências, em resumo, são contaminação de rios, lençol freático, escassez de água, diminuição de áreas de florestas, poluição do ar, chuva ácida, desertificação de áreas, criação de ravinas, extinção de espécies, desequilíbrio climático, mutação genética de espécies, etc. São esses fatos os denominados danos ambientais que na visão de Antunes (2013) aparece como:

Prejuízo injusto causado a terceiro, gerando obrigação de ressarcimento. A ação ou omissão de um terceiro é essencial. Desnecessário dizer que, no conceito, somente se incluem as alterações negativas, pois não há dano se as condições forem alteradas para melhor, sem prejuízo.

Assim, para Milaré o dano ambiental acarretará prejuízos a toda coletividade, entretanto, poderá também em determinadas situações, acarretar prejuízos a saúde ou a outros interesses particulares de um indivíduo ou grupo de pessoas. Dessa forma, há a necessidade de uma proteção constitucional suprema, pois a realidade atual evidencia uma mudança nas bases do Direito em prol dos direitos coletivos e difusos bem como dos danos individuais em referência ao meio ambiente.

Direito constitucional e direito ambiental

Após discorrer sobre o desenvolvimento do Constitucionalismo até chegar na geração que protege os direitos difusos e coletivos abrangendo a proteção ao meio ambiente, sobre o desenvolvimento de um capitalismo livre no país que converge com outros dispositivos da constituição, o dever do Estado em efetivar a responsabilidade civil e criminal de quem tenta ferir ou fere o meio ambiente e as responsabilidades civil, administrativa e penal do ente moral em se tratando de crimes ambientais, infere-se que o respeito ao meio ambiente é fundamental para preservar o direito à vida e que a nova geração de Constitucionalismo faz valer essa premissa.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 incumbiu ao Poder Público as tarefas de preservar e

restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco de vida, a qualidade de vida e o meio ambiente e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Lembra Valliatti (2004) que:

Nos últimos tempos, a preocupação com o tema vem ganhando mais espaço, até porque é previsão constitucional de se incentivar a conscientização pública da preservação. A Constituição propõe ainda, os chamados processos ecológicos essenciais, que trata da preservação ambiental para possibilitar condição de vida para as gerações futuras, e busca evitar a extinção de espécies, a sua diversidade genética, a proteção de seu habitat natural e de atos que ponham em risco o equilíbrio ecológico, como a exploração de minérios, a industrialização, as usinas com reator nuclear, etc; Em que se deve buscar o equilíbrio entre o

desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, através de, por exemplo, pedido de autorização para determinadas atividades que agredam o meio ambiente, com o estudo prévio de impacto ambiental.

Adverte Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2000): “De todos os direitos de terceira geração, sem dúvida o mais elaborado é o direito ao meio ambiente”. O texto constitucional que trata do assunto se revela notável avanço para a construção de um sistema de garantias da qualidade de vida dos cidadãos. Rocha e Queiroz (2011) observa-se que há, no contexto constitucional, um sistema de proteção ao meio ambiente que ultrapassa as meras disposições esparsas. Em sede constitucional, são encontráveis diversos pontos dedicados ao meio ambiente ou a este vinculados direta ou indiretamente.

Há de se perceber também que a natureza econômica do Direito Ambiental não se privilegia em detrimento de um padrão de vida mínimo que deve ser assegurado aos seres humanos. Rocha e Queiroz (2011) lembra que:

A natureza econômica do Direito Ambiental deve ser percebida como o simples fato de que a preservação e sustentabilidade da utilização racional dos recursos ambientais deve ser encarada de forma a assegurar um padrão constante de elevação da qualidade de vida dos seres humanos que, sem dúvida alguma, necessitam da utilização dos diversos recursos ambientais para a garantia da própria vida humana.

Assim, conclui-se que a qualificação do meio ambiente como um direito humano fundamental confere-lhe uma proteção efetiva, pois se encontra no plano interno, no plano internacional, propiciando sua defesa através dos direitos humanos.

Função do estado em efetivar a responsabilidade de quem tenta ferir ou fere o meio ambiente

O Direito Ambiental é regido por uma série de princípios que, por aparecerem como alicerce ou fundamento do Direito, são concebidos como proposição ou verdade geral em que se apoiam outras verdades. São entendidos também como normas que podem estabelecer os fundamentos para a interpretação do direito, ou sua aplicação. Para Reale (2002), os princípios são “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem o campo do saber”.

Intimamente ligado ao objeto de estudo dessa pesquisa, a responsabilidade social da pessoa jurídica nos crimes ambientais, o princípio da reparação e da função socioambiental da propriedade auxilia no entendimento do dever de reparar nas esferas civil, penal e administrativa. O princípio da função socioambiental da propriedade impõe ao proprietário o dever de recuperar as áreas de vegetação. O princípio da reparação, conforme afirma Machado (2007) figurou na Declaração do Rio/92 como princípio número 13. Estabeleceu que “os Estados deverão desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização das vítimas da poluição e outros danos ambientais”.

A reparação de um dano ambiental é tarefa difícil e custosa. Milaré (2005) entende que não é possível reconstituir a forma natural ou a qualidade do meio ambiente, dado o “valor intrínseco da biodiversidade, do equilíbrio ecológico ou da qualidade ambiental plena”, por maiores que sejam as indenizações, estas terão apenas valor simbólico (Freitas, 2016).

A obrigação de proteger o meio ambiente e promover a efetivação da reparação dos danos causados do Estado advém do próprio texto do art. 225 da CF/88 ao evidenciar que se impõe “ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O Estado passa a ter controle mais ativo na defesa do meio ambiente. No que tange aos crimes ambientais, procura-se entender de que forma as responsabilidades são atribuídas à pessoa jurídica de direito privado quando se trata de crimes ambientais. (FREITAS, 2016).

Além da reparação do dano e sanções de caráter civil, o dispositivo constitucional e infraconstitucional parece apontar outras modalidades de sanções, como a penal e a administrativa que devem ser impostas aos agentes da conduta delituosa. As sanções penais e administrativas têm, segundo Antunes (2013), características de um castigo que é imposto ao poluidor. Assim, de acordo com a interpretação a Constituição estabelece uma tríplice responsabilidade aos causadores do dano ambiental.

Procedimentos metodológicos

Através de uma abordagem qualitativa, buscou-se estudar os aspectos de proteção ao meio ambiente perante as novas concepções do constitucionalismo. Utilizou-se pesquisa teórica através de análises de teorias, busca em artigos científicos, doutrinas, jurisprudências e leis puras, sempre utilizando embasamentos para explicar a pesquisa. À luz do método hipotético-dedutivo, identificou-se a relação do Constitucionalismo e todas as medidas adotadas pela República Federativa do Brasil em prol da conservação do meio ambiente.

Teorias da responsabilidade civil: objetiva e subjetiva

Na esfera civil, a regra geral para as pessoas jurídicas direito privado é a responsabilidade subjetiva, ou seja, se consubstancia a necessidade de se comprovar a culpa do agente causador do dano, porém quando se trata de dano ambiental, será imputada a responsabilidade objetiva, isto é, a responsabilização independe de culpa comprovada.

Gonçalves (1995) entende que em certos crimes, como nos ambientais, a responsabilidade objetiva é exercida:

A lei impõe, entretanto, a certas pessoas, em determinadas situações, a reparação de um dano cometido sem culpa. Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou "objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade.

Sirvinkas (2002) também trata do assunto:

Ao contrário da teoria subjetiva, a objetiva não exige a demonstração da culpa, ou seja, o agente responderá pelos danos causados independentemente da culpa. Basta a demonstração da existência do fato ou do ato – o dano e o nexo causal. Essa responsabilidade consiste no ressarcimento dos danos causados pelo agente mesmo que ele não tenha agido com culpa. Indeniza-se pelo ato ilícito. Contudo, o agente tem o direito regressivo contra o responsável pelo dano à semelhança de que dispõe o Art. 37, § 6º, da CF.

No ordenamento jurídico brasileiro, tal entendimento está disposto no art. 927 do Código Civil de 2002, a regra geral é a

responsabilidade subjetiva. Sendo a responsabilidade objetiva a exceção, devendo estar expressa em lei quando adotada, conforme menciona o parágrafo único do artigo 977:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (Arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A fundamentação sobre tal entendimento adotado pelo CC/02 está na teoria do risco, que entende que se alguém exerce uma atividade criadora de perigos especiais, deve responder pelos danos que ocasionar a outrem (Santos, 2014). Quando se trata de risco ambiental, o risco assumido é de forma integral, ou seja, uma vez que não se cogita averiguar o porquê ou a forma que ocorreu o ato lesivo, sendo suficiente verificar se esse se originou da atividade empresário poluidor (PEREIRA, 1999).

Sobre a teoria do risco integral aplicada à responsabilidade civil por dano ambiental, vê Milaré (2005) que:

A vinculação da responsabilidade objetiva à Teoria do Risco Integral expressa a preocupação da doutrina em estabelecer um sistema de Responsabilidade o mais rigoroso possível, ante o alarmante quadro de degradação que se assiste não só no Brasil, mas em todo o mundo. Segundo essa doutrina do Risco Integral, qualquer fato culposos ou não culposos, impõe ao agente a reparação, desde que cause um dano.

A teoria do risco integral também está elencada no Parágrafo 6º do Artigo 37 da CF de 1988, preceituando que:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Observa-se a adoção expressa da responsabilidade objetiva em ambiental na Lei nº 6.938/81 em seu Artigo 14, Parágrafo 1º, que trata da Responsabilidade Civil Objetiva pelos danos causados ao meio ambiente, demonstra que basta a existência da ação de lesividade e o nexo de causalidade para se obter a responsabilidade:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Conclui-se então que aquele que praticar ato ilícito em desfavor do meio ambiente, seja de maneira individual a outrem ou de dano coletivo, responderá objetivamente.

Responsabilidade administrativa da pessoa jurídica de direito privado

No âmbito administrativo não se fundamenta a teoria objetiva, mas sim, a teoria subjetiva, com a necessidade de comprovação de dolo ou culpa. Santos define infração administrativa como o “descumprimento voluntário de uma norma administrativa para o qual se prevê sanção cuja imposição é decidida por uma autoridade competente no exercício da função administrativa – ainda que não necessariamente aplicada nesta esfera” e sanção administrativa como “a providência gravosa prevista em caso de incursão de alguém em uma infração administrativa cuja imposição é da alçada da própria Administração”.

O artigo 71 da Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, diz que a responsabilidade administrativa por dano ambiental deverá ser apurada, necessariamente, por meio de um processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa em estrita observância do princípio insculpido no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e ao § 4º do artigo 70 da mesma lei.

Já o artigo 72 da Constituição Federal estabelece os tipos de sanções que podem ser aplicadas em matéria ambiental, são elas: advertência (inc. I), multa simples (inc. II), multa diária (inc. III), apreensão de animais, produtos ou subprodutos de fauna e flora (inc. IV), destruição ou inutilização de produtos (inc. V), suspensão de venda e de fabricação do produto (inc. VI), embargo de obra ou atividade (inc. VII), demolição de obra (inc. VIII), suspensão parcial ou total de atividades (inc. IX), sanção restritiva de direitos (inc. X).

Em resumo, a responsabilidade administrativa no que tange aos crimes ambientais é uma imposição de uma sanção ao agente causador do dano ambiental exercido através do Poder de Polícia desencadeado pela infração às normas ambientais praticadas pelo agente. A responsabilidade administrativa ambiental é do tipo extracontratual subjetiva, sendo esta a regra adotada pelo ordenamento pátrio.

Teorias penais da capacidade da pessoa jurídica em responder por crimes ambientais

Já na concepção penal, tem-se mais divergências que nas esferas cível e administrativa. O problema está na aplicação de sanções penais à pessoa jurídica. A atual doutrina e jurisprudência interpretam os dispositivos constitucional e legal de maneira diversas, de forma que defendem argumentos que isentam, condicionam ou possibilita a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

A Lei 9.605/98, estabelece em seus art. 2º ao 4º que:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou

contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Tais dispositivos vêm imputar à pessoa jurídica as sanções aplicáveis às pessoas naturais. Freitas (2016, p.56), no entanto, critica a responsabilidade penal somente ao ente moral porque “responsabilizar penalmente o ente moral sem o fazer em relação à pessoa natural é possibilitar criação de paraísos penais, em que indivíduos, sob o escudo da pessoa jurídica tem a garantia que seus crimes ficarão impunes”.

Dotti (1990, p. 200), de corrente diversa à da aplicação da penalização criminal à pessoa jurídica interpreta o dispositivo afirmando que o texto deve ser compreendido “como a possibilidade tanto da pessoa natural como da pessoa jurídica de responderem civil e administrativamente. Porém a responsabilidade penal continua sendo de natureza e caráter estritamente pessoais”. Ele justifica tal entendimento dizendo que mesmo que o ente moral perda bens, receba multa ou tenha suspenso ou interditado seus direitos, responsabilizar penalmente a pessoa jurídica implica em subverter toda a teoria da aplicação da lei penal, a teoria do delito, os princípios e a teoria da pena.

Ora, aí estão as divergências de interpretações do dispositivo constitucional com argumentos contrários e favoráveis a responsabilização da pessoa jurídica, indicando a complexibilidade do tema.

No que tange o entendimento jurisprudencial e doutrinário brasileiro acerca do assunto, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal tem, até recentemente, admitido posicionamentos diferentes acerca da responsabilização da pessoa jurídica em crimes ambientais. A jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, embasando-se na teoria da dupla imputação, exigia para a responsabilização penal da pessoa jurídica o processamento concomitante da pessoa natural pelo mesmo crime, conforme decidido no Recurso Especial nº 889.528-SC.

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. DENÚNCIA REJEITADA PELO E. TRIBUNAL A QUO. SISTEMA OU TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO. Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que "não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio" cf. Resp nº 564960/SC, 5ª Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJ de 13/06/2005 (Precedentes). Recurso especial provido. (STJ - REsp: 889528 SC 2006/0200330-2, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 17/04/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 18/06/2007 p. 303).

De acordo com esse entendimento, é requisito essencial para a persecução penal que a pessoa física juntamente com o ente coletivo figurasse também no polo passivo da ação penal.

Por outro lado, decidia o Supremo Tribunal Federal ao admitir que a pessoa jurídica figurasse sozinha como ré em processo penal por condutas danosas ao ambiente. O que ocorre é que os próprios Ministros do STF divergem quando diz respeito à aplicação da teoria da dupla imputação. O Ministro Luiz Fux (BRASIL, STF, RE nº 548.181. p. 63), por exemplo, explica que “o artigo 225, § 3º, da Constituição não criou a responsabilidade penal da pessoa jurídica, pois, ao afirmar que os ilícitos ambientais “sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas”, teria apenas imposto sanções administrativas às pessoas jurídicas.” Já o voto da Ministra Rosa Weber (BRASIL, STF, RE nº 548.181. P. 4) consigna que “no Brasil, a doutrina majoritária, forte no adágio *societas delinquere non potest*, foi e ainda é refratária à responsabilização penal da pessoa jurídica, à invocada necessidade de manutenção da pureza dogmática do Direito Penal”. E argumenta que “as pessoas jurídicas tornaram-se destinatárias da lei penal desde 1988, há 25 anos, portanto, em decorrência de imposição expressa da norma constitucional acima transcrita”.

Por fim, necessário lembrar que o pensamento do Superior Tribunal de Justiça tem-se modificado em favor do entendimento do que já dizia o Supremo Tribunal Federal. A Quinta e Sexta Turmas alinharam seus julgamentos recentes na direção de que o processamento de feitos em que o ente moral figurava como réu em processo criminal se sobrepõe à teoria da dupla imputação.

Num primeiro momento, o Min. Sebastião Reis Júnior, relator do RHC n. 53208 SP, da Sexta Turma do STJ, fundamentou que no julgamento do RE n. 548.181 de 06 de agosto de 2013, a “Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal refutou a tese da dupla imputação, admitindo a persecução penal da pessoa jurídica que pratica crime ambiental,

sem condicioná-la à persecução simultânea da pessoa física a quem imputados individualmente os fatos”.

Dessa forma, com a evolução dos julgamentos, o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal têm-se aproximado das decisões para a responsabilização penal da pessoa jurídica de direito privado em crimes ambientais, independentemente da pessoa física, superando o brocardo de *societas delinquere non potest* no país.

Considerações finais

Conforme apresentado no referido trabalho, o texto constitucional atual trata do assunto meio ambiente e sua preservação com notável avanço para a construção de um sistema de garantias da qualidade de vida dos cidadãos.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 incumbiu ao Poder Público as tarefas de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco de vida, a qualidade de vida e o

meio ambiente e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Assim, a qualificação do meio ambiente como um direito humano fundamental confere-lhe uma proteção efetiva, pois se encontra no plano interno, no plano internacional, propiciando sua defesa através dos direitos humanos.

No que tange a divergência apresentada pelos tribunais superiores em relação a responsabilidade da pessoa jurídica em crimes ambientais, verificou-se que as decisões estão se convergindo para a responsabilização penal da pessoa jurídica de direito privado em crimes ambientais, independentemente da responsabilização da pessoa física.

Referências

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. 1. ed. São Paulo: Ática. 2003. vol. único.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **A quinta geração de direitos fundamentais**. Direitos Fundamentais e Justiça, Porto Alegre – RS, número ou fascículo, abr./jun. 2008. < http://www.ufjf.br/siddharta_legale/files/2014/07/Paulo-Bonavides-A-quinta-gera%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-fundamentais.pdf>. Data de acesso: 20 jun. 2017.

BURNS, Edward Mcnall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental**: Do homem das cavernas às naves espaciais. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 36. Ed. São Paulo: Globo, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 jun. 2017, às 20h00min.

_____. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Política nacional de meio ambiente**, lei Federal 6.938, 1981.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão em Recurso Especial nº 564.960-SC (2003/0107368-4). Rel. Min. Gilson Dipp. Data do Julgamento 02/06/2005. 5ª Turma. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1791222&num_registro=200301073684&data=20050613&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em 18 de fev. 2016, às 23h14min.

_____. Supremo Tribunal Federal. Acórdão no Recurso Extraordinário 548.181 Paraná. Relatora Min. Rosa Weber. Data do julgamento 06/08/2013, 1ª Turma. Disponível em: [file:///D:/DOCUMENTOS/Downloads/texto_149657593%20\(1\).pdf](file:///D:/DOCUMENTOS/Downloads/texto_149657593%20(1).pdf)>. Acesso em 6 de jul. 2015, às 22h30min.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de Outubro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 12 de fevereiro de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9605.htm>. Acesso em 20 jun. 2017, às 20h00min.

DOTTI, René Ariel. Meio ambiente e proteção penal. **Revista de Informação Legislativa**. v. 27. n. 108, out/dez. 1990.

FERREIRA, Manoel Gonçalves Filho. **Direitos humanos fundamentais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FREITAS, Ozeias Soares. **Legitimidade passiva da pessoa jurídica de direito privado em crimes ambientais**. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**: Doutrina e jurisprudência. 6. ed. Atual. e ampl. – Saraiva, 1995.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo; Malheiros, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do aAmbiente**: Doutrina – Jurisprudência – Glossário. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Adoril dos. **Industrialização e substituição de importações no Brasil e Argentina**: uma análise histórica comparada. Revista de Economia, [S.I]: Ed. UFPR, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan./jun. 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito civil**, vol. III, 12ª edição, atualizada por Régis Fichtner, 2006, São Paulo, Editora Forense.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROCHA, Tiago do Amaral; QUEIROZ, Mariana Oliveira Barreiros de. **O meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10795&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em jun 2017.

SANTOS, José Manuel dos. **Responsabilidade civil ambiental da pessoa jurídica**. 2014. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de direito ambiental**. 1. ed. SP: Saraiva, 2002.

VALLIATTI, Fernanda Albino. **Visão constitucional do direito ambiental**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1777/Visao-constitucional-do-Direito-Ambiental>>. Acesso em 20 jun. 2017.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Elioenai da Silva Oliveira⁴

Charlyan de Sousa Lima⁵

Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli⁶

Introdução

Em expedições ao Brasil em meados do século XIX, trabalhos científicos realizados por cientistas europeus sobre o Cerrado, indicam que muitos acreditavam que este bioma era proveniente das condições climáticas, tal afirmação levou a ser caracterizado na época como xerófito.

Somente a partir de 1998, passou-se a reconhecer a importância da fauna e flora do Cerrado no território brasileiro com o projeto “Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal” que foi criado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, tendo como objetivo “avaliar as áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade dos biomas Cerrado e Pantanal” (SILVA, 2001 et al.; FERREIRA et al., 2007; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

⁴ Egresso do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão/Chapadinha-MA.

⁵ Docente da Fundação Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Curso de Linguagens e Códigos, Campus de São Bernardo-MA.

Por sua vez, o Cerrado brasileiro ocupava uma área de dois milhões de km² (MYERS et al., 2000), porém com o passar tempo, essa extensão territorial foi sendo reduzida, devido a degradação da sua fauna e flora original que sofreu alterações em relação as suas características naturais. Esse alto grau de degradação e devastação se dá devido a uma série de fatores, principalmente ligados à ações antrópicas: desmatamentos em larga escala para a extração de madeira e agropecuária; poluição proveniente de indústrias; crescimento das cidades e ocupações irregulares. Atualmente o Cerrado ocupa cerca de 21% do território brasileiro, e é considerado a última fronteira agrícola do planeta (BORLAUG, 2002).

Myers et al. (2000) designaram biomas mundiais com elevado grau de endemismo e ameaça a biodiversidade (*hotspots*), no Brasil, o Cerrado foi considerado um dos biomas de grandes centro de diversidade, bem como um dos biomas mais ameaçados.

Este trabalho tem o objetivo de compreender o grau de degradação do cerrado e sua relação com o agronegócio, a partir do levantamento bibliográfico dos últimos 10 anos (2008-2016).

Degradação do cerrado: um contexto geral

Nos últimos anos, o bioma Cerrado tem passado por um processo de transformação afetando diretamente na sua biodiversidade, onde constam mais de 130 espécies de animais em risco de extinção (KLINK; MACHADO, 2005; NUNES; TRALDI, 2016).

Segundo com Myers (1988), o bioma Cerrado é considerado um dos *hotspot* mundiais, na qual se caracteriza tanto

⁶ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculada ao Departamento Acadêmico de Direito de Cacoal e membro do GEPAC.

por ser um grande centro de biodiversidade, como por ser um dos biomas mais ameaçados pela expansão das fronteiras de agronegócio. Dessa forma, muitas riquezas e oportunidades de desenvolvimento sustentável local e regional estão se perdendo, com reflexos para todas as regiões do país, considerando-se as interfaces do cerrado com outras áreas florestais (CORREA, 2011).

Estudos realizados por Machado et al. (2004), utilizando imagens de satélite concluíram que a destruição do cerrado cresce de forma desordenada e bastante acelerada, onde cerca de 55% já foi desmatado e transformados por ações antrópicas, dando lugar principalmente para pastagens, agricultura, e empreendimentos do agronegócio. Essa transformação trouxe grandes impactos ambientais: extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, poluição de aquíferos, degradação de ecossistemas.

Um elemento agravante, são as queimadas utilizadas nas pastagens para favorecer a rebrota e abrir espaço para a agricultura, que pode danificar o solo, deixando-o ainda mais pobre de nutrientes, além de causar a degradação da biota nativa, tal fator é extremamente prejudicial para flora e fauna do cerrado (KLINK; MOREIRA, 2002; LOYOLA, 2016).

Uma das atividades que promoveram grandes impactos no cerrado foi a carvoaria, que reduziu drasticamente a flora do bioma, para a geração de carvão, que ainda hoje é comumente utilizada por grandes siderúrgicas, como também para fins domésticos, esta prática desencadeou a perda de germoplasma, desequilíbrio de ecossistemas e deterioração do solo (CAVA et al., 2016; MEDEIROS, 2007).

Muitas áreas do cerrado de vegetação nativa, atualmente são substituídas por grandes campos de produção agrícola e pastagens, com a utilização direta e indireta de agrotóxicos e mecanização pesada, ameaçando a biodiversidade local e o

desaparecimento da fauna e flora nativos, que ainda resistem a ação antrópica por falta de preocupação com sua preservação. Ferreira (2009), ressalta que houve um elevado aumento de áreas de cerrado desmatado para ser substituído por empreendimentos agrícolas, modelando a sua paisagem original.

O desmatamento no cerrado para a expansão da agropecuária

De acordo com Myers et al. (2000), a ocupação humana aliada com a rápida expansão agropecuária tem se tornado uma das principais ameaças para a fauna e flora do cerrado. Nos últimos anos, a flora desse bioma tem sido derrubada para a construção de pastagens e monoculturas como a soja e cana-de-açúcar.

Neste contexto, o Brasil se destaca como um grande celeiro mundial, em razão de sua vasta área agricultável, dando lugar a pastagens, plantações de cereais e monoculturas, onde cerca de 55% da área original do cerrado já foi desmatada. Apesar de gerar desenvolvimento econômico, houveram perdas irreparáveis de biodiversidade do cerrado, que implicam em perda de conhecimento de espécies da fauna e flora, que poderá inviabilizar a vida para as futuras gerações (KLINK; MACHADO, 2005; MAURO et al., 2004; NUNES; TRALDI, 2016).

Silva et al. (2008) ressaltam que nos períodos de 2003 a 2004, foram detectadas aproximadamente 104.784,04 ha de novos desmatamentos no cerrado, localizados em 129 municípios brasileiros, e em relação ao período de 2004 a 2005, observou-se que houve uma diminuição significativa nos desmatamentos detectados, os quais totalizaram 25.870 ha, distribuídos em 70 municípios. Diante disso, ressalta que o dinamismo determinado pelo mercado precisa ser apoiado e complementado por políticas

de desenvolvimento regional sustentável voltadas para potencializar e propagar os efeitos positivos da expansão da agricultura.

Nesta mesma temática, em um estudo mais detalhado, Ferreira et al. (2011), descreveu a caracterização das áreas desmatadas no cerrado, detectou que os estados brasileiros onde o cerrado já perdeu grande área natural para a expansão do agronegócio foram: Bahia, Maranhão e Piauí; e os estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins, têm destinado para estas novas áreas de expansão, para a criação de gado de corte e leiteiro.

Ocupação irregular do cerrado

A expansão do agronegócio no Cerrado está intensificando a concentração de posse da terra, pois suas as fronteiras foram abertas às lógicas de uso do espaço pelo capital, por meio de ações do Estado, que comandou o processo de transformação deste bioma, em celeiro agrícola de produção nacional, com destaque no cenário internacional. Tais situações favorecem a continuação de problemas históricos das desigualdades sociais e econômicas no país. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010; JESUS; FABRINI, 2017; SANTOS, 2008).

No ano de 1996, 59% da área do Cerrado estava ocupada, sendo 23% com pastagens cultivadas, 13% com pastagens nativa, 5% com culturas anuais, e 18% com outros usos (RIBEIRO et al., 2005).

No ano de 2013, estudos realizado pelo Projeto TerraClass Cerrado, concluíram que o Cerrado apresentava 54,5% da sua vegetação nativa, sendo que as áreas de pastagens ocupavam 29,5%, enquanto a agricultura anual representava 8,5%, e as culturas perenes ocupavam 3,1%, totalizando 41,1% do uso da terra (INPE, 2013). Assim, percebe-se a disparidade entre a

conservação das áreas de vegetação nativa do Cerrado e áreas destinadas ao agronegócio.

O censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou que cerca de 1.052.708 km² da cobertura original do Cerrado já está comprometida. Estudos mais recentes indicam que este número só tende a subir com a rápida expansão e ocupação irregular deste bioma, e outros autores estimam que se continuar no ritmo acelerado de desmatamento, até o ano de 2030 o bioma estará praticamente extinto, restando apenas manchas de vegetação protegidas por Unidades de Conservação (BRANNSTROM, 2009; BERNARDES, 2015).

Estima-se que a população mundial soma mais de 7 bilhões de habitantes, com isso, há uma grande demanda por alimentos, e outros tipos de suprimentos que grande parte é produzida em áreas de Cerrado, aumentando ainda mais a ocupação desregrada deste bioma, que consequentemente resultará no desaparecimento de áreas nativas originais, e a deterioração acentuada de sua capacidade de suporte diante dos diversos impactos ambientais (CORREA, 2011; SILVA et al., 2013).

Ameaça à vida do cerrado

Grande parte biodiversidade do Cerrado tem sofrido ameaças. Muitos destes organismos, vem perdendo o seu hábitat natural para a construção de rodovias, agronegócios, expansão acelerada da área urbana, entre outros. Em relação a fauna, Scolforo (2008), estima neste bioma que exista cerca de: 837 espécies de aves, 150 espécies de anfíbio,; 120 espécies de répteis e 67 gêneros de mamíferos. Percebe-se então, que a fauna está bastante diversificada, porém pouco se conhece a respeito da

história natural de muitas das espécies desses animais. Recentemente tem-se aumentando o interesse de pesquisadores sobre o assunto.

Nunes; Traldi (2016) em seu trabalho “Impacto da degradação do Cerrado brasileiro sobre fauna e flora”, alertam que se medidas de preservação não forem tomadas à curto prazo, a vida do Cerrado será extinta e muitas espécies continuarão sendo desconhecidas pela ciência. Assim, apesar da agropecuária ser muito importante para a economia do Brasil, esta atividade deve estar conciliada com a preservação ambiental, para que se minimize os seus impactos no ambiente.

Em relação aos recursos hídricos, o cerrado abrange três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul “Tocantins, São Francisco e Prata”, além de aquíferos, como: Bambuí, Urucuia e Guarani, por isso muitos definem o Cerrado como “Caixa d’água do Brasil” (GRECHI et al., 2012; WWF-BRASIL, 2011).

De acordo com a EMBRAPA (2004), os recursos hídricos abundantes do Cerrado são devido ao solo, onde cerca de 80% das águas pluviais são absorvidas pelo complexo sistema radicular da vegetação que infiltram e formam três dos maiores aquíferos subterrâneos do mundo: Bambuí, Urucuia e Guarani.

Vale ressaltar que, apesar do Cerrado apresentar grandes recursos hidrográficos, ele não possui diversos rios de grande porte. Diante disso, Sousa (1990) esclarece, que o fato do Cerrado de ser uma região divisora de bacias, traz como desvantagem a escassez de rios perenes. Essa escassez aumenta ainda mais com os altos índices de desmatamento, provocados pela agricultura, que é o setor que mais consome água no Brasil (BRAGA JÚNIOR; DOMINGUES, 2008; SILVA, 2011).

Flauzino et al. (2010) alertam que estas áreas dos grandes mananciais do Cerrado encontram-se atualmente vulneráveis e bastante fragmentadas por intermédios dos impactos ambientais.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho consiste em um levantamento bibliográfico dos últimos 10 anos (2008-2016) de diversos trabalhos científicos, incluindo: artigos científicos, teses, dissertações, monografias e capítulos de livros. Diante disso, trata-se de uma pesquisa descritiva, objetivando obter informações de modo independente, para descrever as implicações do objeto de estudo (SAMPLIERI et al., 2013).

O presente trabalho, realizado a partir de pesquisas bibliográficas a respeito das características do Cerrado, com ênfase em agronegócio suas implicações neste bioma. Para realizar esta pesquisa, utilizou-se como principais palavras-chave: impactos ambientais e expansão agrícola no Cerrado. Esta busca foi feita em dois bancos de dados: Scielo e Google Acadêmico.

Na literatura há escassas informações sobre o Cerrado, pois pouco se conhece sua biodiversidade e os impactos ambientais, que são ocasionados por fatores antropogênicos que afetam diretamente a fauna e a flora. Outro elemento impactante são as atividades humanas, como a agricultura, pastagens, mineração e carvoaria que desencadeiam o desmatamento acelerado e desordenado deste bioma (KLINK; MACHADO, 2005).

Diante disso, é necessário conhecimento e análise os dados encontrados para perceber o estágio atual de degradação do Cerrado, e quais as medidas de conservação e/ou preservação devem ser tomadas.

Corpus do estudo

O corpus que compõem este levantamento contou com 33 trabalhos científicos que relacionam a temática “agronegócio no Cerrado” entre os períodos de 2008-2016 (Quadro 1).

Quadro 1. Relação de trabalhos consultados entre os períodos de 2008-2016 com enfoque nos impactos ambientais do Cerrado.

ANO	REFERÊNCIA
2008	BRAGA JÚNIOR; DOMINGUES (2008); CUNHA et al. (2008); GANEM et al. (2008); SANTOS (2008); SCOLFORO (2008); SILVA et al. (2008).
2009	BRANNSTROM (2009); FERREIRA (2009); FREDERICO (2009).
2010	FLAUZINO et al. (2010); INOCÊNCIO; CALAÇA (2010); IBGE (2010); MMA (2010); RIBEIRO (2010); SCHLESINGER (2010).
2011	ARACRI et al. (2011); CORREA (2011); FERREIRA et al. (2011); WWF (2011).
2012	LEITE et al. (2012); SILVA (2011).
2013	INPE (2013); SILVA et al. (2013).
2014	SILVA; MENDES (2014).
2015	BERNARDES (2015); PIRES (2015); YOKOMIZO (2015).
2016	CAVA et al. (2016); FERREIRA et al. (2016); GRECCHI et al. (2016); GARCIA et al. (2016); LOYOLA (2016); NUNES; TRALDI (2016).

Percebe-se a evolução das publicações anualmente, desde 2008 a 2016 (Quadro 1). Os maiores picos, indicando os anos que mais houveram publicações na temática “agronegócio no cerrado”: 2008, 2010 e em 2016 com 6 publicações (Figura 1).

No trabalho de Scolforo (2008), o autor relata que recentemente tem-se aumentado o interesse de pesquisadores

para estes estudos. Principalmente para a conservação da fauna e flora do cerrado. Muitos pesquisadores consideram o Cerrado como um portador de grandes recursos naturais, porém, com os altos índices de desmatamento esses recursos, nos próximos anos, tendem a ser escassos.

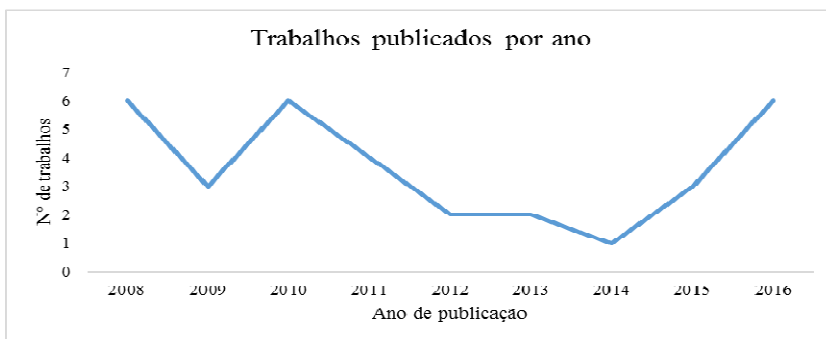


Figura 1. Número de artigos publicados por ano, de acordo com a busca para esta pesquisa

Mesmo com a evolução de publicações, o cerrado ainda não recebe a devida atenção dos órgãos governamentais, essa situação agrava-se ainda mais pela escassa informação de trabalhos científicos realizados nesta área, pois muitos ainda não veem este bioma como grande centro de biodiversidade, pois a primeira vista têm-se um “ambiente seco”, marcado por queimadas oriundas das altas temperaturas e até mesmo de ações humanas, vegetação de pequeno e médio porte, ou seja, é uma imagem de difícil apreciação. Contudo, o Cerrado abrange grandes recursos hídricos e uma fauna e flora exuberante e exótica.

Por fim, é necessário o fortalecimento dos programas de conservação e uso sustentável do Cerrado, uma vez que todos esses recursos naturais são esgotáveis. Contudo, a partir do planejamento sustentável integrando o manejo sustentável do

Cerrado para o agronegócio, os impactos ambientais tendem a ser reduzidos assegurando sua proteção (FERREIRA et al., 2016).

Considerações finais

O Cerrado é bastante apreciado pela agricultura e pastagens devido a sua superfície plana e ondulada, porém sua utilização para esta finalidade deve ser repensada, pois tal prática desencadeia uma série de impactos ambientais.

Uma de suas características desse bioma é possuir um solo pobre em nutrientes, com isso, sua vegetação é predominantemente de pequeno e médio porte, tal característica facilita a formação de pastos para a pecuária. Em relação a sua topografia, é relativamente plana e ondulada, favorecendo a agricultura mecanizada e irrigação. (LEITE et al., 2012; MACHADO et al., 2004).

Em relação à flora do Cerrado, é bastante diversificada, possuindo fisionomia única, apresentando deste formas campestres até formas relativamente densas, como os cerradões entrecortados por lagoas, rios e córregos, com água cristalina em grande quantidade. Toda esta diversidade é controlada pelo tipo de solo pobre ou menos pobre, pela irregularidade dos regimes e características das queimadas de cada local (RIBEIRO, 2010; WWF- BRASIL, 2011).

Desde modo, a agropecuária tem se expandido de forma desordenada nesse bioma, causando grande impacto, aliado ao uso desordenado e inconsequente de agrotóxicos, irrigação sem controle, pisoteio excessivo de animais, e pesada mecanização, etc... (CUNHA et al., 2008).

Outro elemento que causa impacto nesse bioma são as queimadas, oriundas de eventos naturais devido às altas temperaturas, fazem com que grande parte da biodiversidade se

perca. No Cerrado, as queimadas ocasionadas por fatores antrópicos em grande escala, é bastante comum para o estabelecimento de monoculturas, como: soja, trigo, milho, cevada, cana-de-açúcar e arroz, tal prática favorece ainda mais o empobrecimento do solo, e causam impactos ambientais de curto e longo prazo (ARACRI et al., 2011).

Para limitar a expansão da fronteira agrícola e conter a fragmentação do Cerrado, é necessário ampliar a rede de áreas protegidas, abrir espaços para novos projetos voltados para a exploração sustentável da biodiversidade, com o estímulo à sua proteção (GANEM et al, 2008).

Klink; Machado (2005), afirmam que a pobreza dos solos não se constitui um obstáculo para ocupar vastas proporções de terra pela agricultura, principalmente o cultivo de soja – considerada um dos itens mais importantes para exportação do Brasil – e as pastagens plantadas, já que esta escassez de nutrientes do Cerrado é suprida com o uso de fertilizantes e calcário, que são incorporados nos solos.

No entanto, a degradação da fauna e flora desse bioma está em estádios exorbitantes. Caso, medidas de contenção, não forem tomadas à curto prazo, espécies que já estão na lista de extinção poderão ser totalmente perdidas. Uma outra preocupação é quanto ao uso irregular do solo, onde o mesmo é contaminado por substâncias nocivas e altamente prejudiciais a vegetação, fauna e mananciais (rios e aquíferos).

No entanto, o que se espera é que haja um desenvolvimento sustentável nas áreas de Cerrado, e para que isso aconteça, é necessário a inserção de uma parte desse bioma em um programa de proteção ambiental que combata sua deterioração, que em sua maioria, é provocada pela ausência de políticas públicas que regulamentem seu uso e priorizem a difusão de objetos técnicos sustentáveis mais especializados que

possibilitem ações racionais e velozes (YOKOMIZO, 2015; FREDERICO, 2009; SCHLESINGER, 2010).

Assim, é fundamental estabelecer padrões de uso sustentável dos recursos do Cerrado, e principalmente o cumprimento da Legislação Ambiental que continua sendo um dos meios mais importantes para a fiscalização dos grandes empreendimentos agropecuários e crimes ambientais provenientes da ação antrópica. Esse planejamento deve promover o respeito às leis ambientais, em especial ao Código Florestal, a proteção dos recursos hídricos, o controle do desmatamento, a recuperação de pastagens degradadas e sua incorporação ao processo produtivo.

Referências

ARACRI, L. A. S.; AMARAL, G. M. O. A.; LOURENÇO, T. C. M. L. A expansão do cultivo da soja e as transformações do espaço agrário no Cerrado mineiro. **Revista de Geografia- PPGeo**. v.2, n.1, 2011.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**, v. 19, n. 507, 2015.

BRAGA JÚNIOR, B. P. F.; DOMINGUES, A. F. Gestão de recursos hídricos no Brasil. In: **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina- DF: Embrapa Cerrados, cap.13, p.381-413, 2008.

BRANNSTROM, C. South America's neoliberal agricultural frontiers: places of environmental sacrifice or conservation opportunity? **Ambio**, v. 38, n. 3, 2009.

CAVA, M.G.B.; ISERNHAGEN, I; MENDONÇA, A. H.; DURIGAN, G. Comparação de técnicas para restauração d vegetação lenhosa de Cerrado em pastagens abandonadas. **Hoehnea**, v. 43, n. 2, p. 301-315, 2016.

CORREA, L. A. **Bioma Cerrado**: um estudo de valoração e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. 2011. 82f. Monografia (Curso de Engenharia Ambiental). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro-SP.

CUNHA, N. R. S.; LIMA, J. E.; GOMES, M. F. M., BRAGA, M. J. A. Intensidade da exploração agropecuária como indicador de degradação ambiental na região dos cerrados, Brasil, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, p. 291-323, 2008.

EMBRAPA. **Biodiversidade do bioma Cerrado**. 2004. Disponível em: www.agencia.cnptia.embrapa.br/agencia16 Acesso em: 13/06/2017.

FERREIRA, M. E. Desmatamento no bioma Cerrado: uma análise temporal (2001-2005) com base nos dados MODIS-MOD13Q1. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: URLibService, 2007. p. 3877-3883.

FERREIRA, M. E. et al. Cerrado: o fim da história ou uma nova história? **CiênciaHoje**, v. 56. 2016.

FERREIRA, M. E. **Modelagem da dinâmica de paisagem no Cerrado**. 2009. 115f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiânia-UFG, Goiânia-GO.

FERREIRA, M. E.; SILVA, R. J.; ROCHA, G. F.; ANTONIAZZI, L.; NASSAR, A. ROCHA, J. C. S. Caracterização das áreas desmatadas no bioma Cerrado via sensoriamento remoto: uma análise sobre a expansão de culturas agrícolas e pastagens cultivadas.

BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15,. 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: INPE, 2011. p. 6727- 6733.

FLAUZINO, E. S.; SILVA, M. K.; NISHIYAMA, L.; ROSA, R. Geotecnologias aplicadas à gestão dos recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba no Cerrado mineiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG; v. 22, n.1, p. 75-91, 2010.

FREDERICO, S. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. 285f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

GANEM, R. S.; DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A. Ocupação humana e impactos ambientais no bioma Cerrado: dos bandeirantes à política de biocombustíveis. ENCONTRO NACIONAL DAS ANPPAS, 4., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008. p.1-20.

GRECCHI, R. C. et al. Análise espaço-temporal da conversão do Cerrado em áreas agrícolas na região de Sapezal, Mato Grosso, entre os anos de 1981 e 2011. **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 68, v.1, p. 91-107, 2016.

INOCÊNCIO, M. A.; CALAÇA, M. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. **Revista IDeAS**, v.4, n.2, 2010.

INPE. **Terraclass; Dados do Terraclass Cerrado**, 2013. Disponível em: www.inpe.br/noticia.php?Cod_noticia=4056 Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável- Brasil**, 2010.

JESUS, A. D.; FABRINI, J. E. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas- MS: n. 25, 2017.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado Brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, 2005.

KLINK, C. A.; MOREIRA, A. G. Past and current human occupation and land-use. In: **The Cerrado of Brasil. Ecology and natural history of a neotropical savana**. p. 69-88. Columbia University Press, New York, 2002.

LEITE, C. C et al. Historical land use change and associated carbono emissions in Brazil from 1940 to 1995. **Global biochemical cycles**, v.26, 2012.

LOYOLA, R. Resgatando o Cerrado da extinção. **EcoDebate**, 2016. Disponível em: www.ecodebate.com.br/2016/11/24/resgatando-o-cerrado-da-extincao-artigo-de-rafael-loyola/ Acesso em: 16 jun. 2017.

MACHADO, R. B.; RAMOS, M. B.; PEREIRA, P. G. P.;

CALDAS, E. F.; GONÇALVES, D. A.; SANTOS, N. S.; TABOR, K.; STEININGER, M. Estimativas de perda da área do Cerrado Brasileiro. **Relatório técnico não publicado**. Conservação Internacional Brasil: Brasília, DF, 2004.

MAURO, R. A. **Fauna e Flora do Cerrado**. Campo Grande, 2004. Disponível em: www.cnpqg.embrapa.br/~rodiney/series/ Acesso em: 15 jun. 2017.

MEDEIROS, K. M. **O planejamento ambiental e exploratório no bioma cerrado**. 2007.

MMA-Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no cerrado**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.agendasustentavel.com.br/images/pdf/003900.pdf>>; Acesso em: 30 de jun de 2017.

MYERS, N. Threatened biotas: “hotspots” in tropical forests. **The Environmentalist, Oxford**, UK. v. 8, n. 3, p. 187-208. 1988.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, fev. 2000.

NUNES, M. S.; TRALDI, A. B. **Impacto da degradação do cerrado brasileiro sobre fauna e flora**. Piracicaba- SP. 2016. Disponível em: http://www.unicerp.edu.br/images/fotos_noticias/2015/07/saudecmeioambiente/ARTIGO%2005.pdf. Acesso em: 28 jul. de 2017.

PIRES, R. S. A. **A agricultura no processo de modificação do cerrado no município de Goiás**. 2015. 42f. Monografia (Curso de Geografia) – Universidade Aberta do Brasil, UAB, Cidade do Goiás-GO.

RIBEIRO, J. F.; BRIDGEWATER, S.; RATTER, J. A.; SOUSA-SILVA, J.C. Ocupação do bioma Cerrado e conservação da sua diversidade vegetal. In: _____ **Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 383-400.

RIBEIRO, N. V. **Expansão suroalcooleira no bioma cerrado: tendências, cenários e impactos**. 2010. 84f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, GO.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANTOS, C. B. M. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 1, 2008.

SCHLESINGER, S. **Pecuária bovina no Brasil: maior produtividade com menor impacto socioambiental**. Brasília-DF, 2010.

SCOLFORO, J. R. S. Características e produção das fisionomias do Cerrado em Minas Gerais. In: _____ **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina- DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 505-610.

SILVA, E. B.; JÚNIOR, L. G. F.; ANJOS, A. F.; MIZIARA, F. Análise da distribuição espaço- temporal das pastagens cultivadas no bioma Cerrado entre 1970 e 2006. **Revista IDeAS**, v.1, n.1, 2013.

SILVA, E. B. S.; FERREIRA, L. G.; ROCHA, G. F.; COUTO, M. S. D. S. Taxas de desmatamento em áreas do bioma Cerrado para os períodos de 2003 a 2004 & 2004 a 2005. SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9., 2008. Brasília. **Anais...** Brasília, 2008. p.1-6

SILVA, E. B. O desmatamento no Extremo Oeste baiano e sua correlação com a produção de grãos entre 2005 e 2007 vistos a partir de imagens orbitais e dados censitários. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: INPE, 2011. p. 6349-6357.

SILVA, G. B.; MENDES, E. P. P. As transformações do Cerrado goiano: o processo histórico, da mineração aos dias atuais. CONGRESSO INBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES. 6., 2014. São Paulo. **Anais...** São Paulo-SP, 2014. p. 2026-2038.

SILVA, L. O.; VIDAL, M.; PEREIRA, M. G. Impactos ambientais causados pela mineração e beneficiamento de caulim. **Revista Escola de Minas: Ouro Petro**, v.54, n. 2, p. 133-136, 2001.

SOUSA, M. A. A. Relação entre as atividades ocupacionais e a qualidade da água no Cerrado. In: _____ **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora da UNB, 1990. p. 181-204.

WWF-BRASIL. **Cerrado**: o bioma: ecossistema. 2011. Disponível em: www.wwf.org.br/areas_prioritarias/cerrado/bioma/ecossistemas/ Acesso em: 03 jun. 2017.

YOKOMIZO, G. K. I. Y. **Diagnóstico da produção de grãos no estado do Amapá em 2011**. Macapá: Embrapa Amapá, 2015.

PRODUÇÃO DO BIODIESEL DE SOJA COMO ALTERNATIVA DE ENERGIA SUSTENTÁVEL EM RONDÔNIA

Alexandre Martins Abdão dos Passos⁷

Artur de Souza Moret⁸

Simone Marçal Quintino⁹

Introdução

A soja produzida no Brasil tem se destacado tanto na produção de grãos para exportação quanto na destinação para produção do biodiesel, que representa 80% da matéria prima na matriz de produção. Na safra 2014/15, o país destacou-se como o segundo maior produtor de soja no mundo, com previsão de produção de 96 milhões de toneladas, e lidera o *ranking* mundial das exportações.

Seguindo a média nacional, o estado de Rondônia, local de estudo desta pesquisa também tem apresentado excelentes dados em relação à produção de soja. Os resultados evidenciaram um aumento em área de produção de 20,72% na área plantada na safra 2014/15 em relação à safra passada, com aproximadamente 230,7

⁷ Doutor, Pesquisador A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA atuando em sistemas integrados e sustentáveis de produção vegetal. Responsável Técnico do Laboratório de Análise de Sementes da Embrapa Rondônia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

⁸ Doutor, pesquisador e professor da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Coordenador do Grupo de Pesquisa GPERS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

⁹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – doutorado. Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal.

mil hectares. A soja representa 49% de toda a produção de grãos do estado e está entre os principais itens de exportação.

Enquanto os números são economicamente animadores, o avanço em área da produção da soja, principalmente no bioma Amazônia tem preocupado pesquisadores, órgãos reguladores e a sociedade de forma geral, tanto em nível nacional quanto estadual. O artigo apresenta dados do Monitoramento da Soja divulgado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE, 2014) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2014) que apresentaram em 2014 o 7º relatório do monitoramento nas áreas que compreendem o bioma.

As preocupações não se restringem apenas à expansão da soja em todo o território nacional, como também em como produzir energia limpa para continuar gerando as riquezas e garantir a sustentabilidade do planeta. A busca por alternativas energéticas que permitam desenvolvimento socioeconômico e garantam sustentabilidade ambiental têm sido fonte de pesquisas no Brasil desde a década de 1920.

Sousa *et al.* (2006) destacaram que alternativas diversas têm sido analisadas, principalmente as oriundas da biomassa, a exemplo do biodiesel. O biodiesel é um combustível com propriedades físico-químicas semelhantes ao diesel de origem fóssil, sendo esse capaz de substituí-lo total ou parcialmente, tornando-se nos últimos anos tema frequente de pesquisas, principalmente a partir do lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PnPB) em dezembro de 2004.

Segundo os autores supracitados, o biodiesel, obtido a partir de óleos *in natura* ou residuais de origem vegetal ou animal, são alternativas energéticas que poderão transmitir uma nova dinâmica no mercado de energia, podendo afetar de forma positiva vários elos da cadeia produtiva, principalmente a agrícola

por meio da geração de emprego e renda, e criando melhores condições de fixação do homem no campo.

Quanto aos aspectos ambientais, a partir de determinados percentuais, o uso do biodiesel tende a redução da emissão de gases geradores do efeito estufa, e outros poluentes atmosféricos, sobretudo através da utilização em veículos automotivos, e secundariamente em motores estacionários (LEIRAS, 2006; SOUSA *et al.*, 2006; LEIRAS; HAMACHER; SCAVARDA, 2007).

A maior parte do biodiesel produzido em todo o mundo é derivada do óleo extraído da soja, o que tem contribuído para o seu destaque entre as *commodities* agrícolas, além de ser de suma importância para a conjuntura energética. O teor de óleo nos grãos de soja é de 18% a 20%, relativamente baixo quando comparados a outras oleaginosas, porém o desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo possibilita maior produtividade (KOHLEPP, 2010).

Com base no exposto, a pesquisa propôs responder “como o estado de Rondônia poderá aproveitar as potencialidades do cultivo da soja como alternativa de produção do biodiesel visando a geração de energia sustentável?”. Para isso realizou-se uma análise das principais potencialidades do cultivo da soja no estado de Rondônia como alternativa de produção do biodiesel na geração de energia sustentável, bem como o levantamento de dados sobre o cenário do cultivo da soja no país e no mundo e a sustentabilidade na produção do biodiesel.

Biocombustíveis

A totalidade da energia consumida no mundo, em sua grande parte provém do petróleo, carvão mineral e do gás natural, que são fontes não renováveis e possuem previsão de esgotamento

em um futuro próximo. Os combustíveis fósseis são muito poluidores afetando o meio ambiente de forma bastante agressiva, o que faz a população mundial, buscar soluções para tais problemas (GARCIA, 2007).

Para Kohlhepp (2010) os problemas dos biocombustíveis geram discussões nacionais e internacionais, ocasionados principalmente pelo aumento demasiado do preço do petróleo e das questões voltadas à redução das emissões de CO₂ e diminuição do efeito estufa oriunda do uso de energias renováveis.

Biocombustíveis são produtos de origem biológica que por meio do álcool extraído da cana-de-açúcar produz o etanol, podendo ser processado de outras plantas a exemplo da Europa que extrai da beterraba ou do amido (milho, trigo, raízes e de tubérculos), e o biodiesel produzido de vegetais oleosas (colza, girassol, soja, mamona e palmeira-de-dendê), caracterizado como um combustível biodegradável e pouco poluente (LEIRAS; HAMACHER; SCAVARDA, 2007; BRANCO, 2013).

Dados divulgados sobre a produção mundial de biocombustíveis em 2014 pelo Ministério de Minas e Energia (MME, 2015) revelam que foi de 123,7 milhões de m³ (94,0 milhões de m³: etanol, 29,7 milhões de m³: biodiesel). Os Estados Unidos foram o maior produtor, com 59,0 milhões de m³ e na segunda posição o Brasil com uma produção de 29,9 milhões de m³.

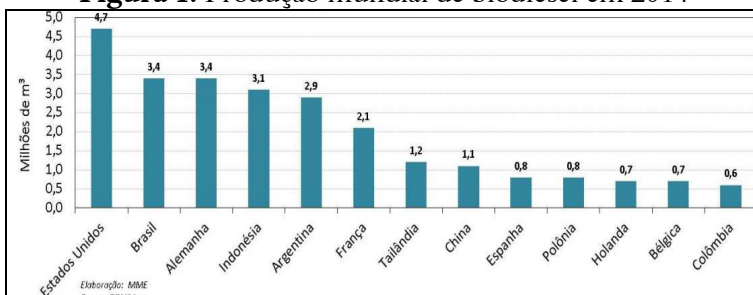
Cenário internacional e nacional da produção do biodiesel

O biodiesel é oriundo de fontes renováveis caracterizado como combustível biodegradável, podendo ser extraído pela transesterificação, ou seja, reação química estimulada por um

catalisador, de óleos vegetais ou de gordura animal com o álcool comum etanol ou o metanol (LEIRAS; HAMACHER; SCAVARDA, 2007; LEAL; RIBEIRO, 2012).

No cenário internacional, referente a produção de 2014 a oferta mundial de biodiesel foi de 29,7 milhões de m³, os Estados Unidos lideraram com 4,7 milhões de m³, seguido da Alemanha e Brasil com 3,4 milhões de m³, destacando também a produção da Indonésia, Argentina, França, Tailândia e China, conforme Fig. 1 (ABIOVE, 2014; MME, 2015).

Figura 1: Produção mundial de biodiesel em 2014



Fonte: MME (2015)

Quanto ao consumo mundial do biodiesel em 2014, o MME (2015) traz que os Estados Unidos foram o maior consumidor com 5,3 milhões de m³, seguido do Brasil com 3,4 milhões de m³. Destaca-se que até maio de 2015, a estimativa do consumo brasileiro foi de 1,6 milhões de m³, ou seja, mais da metade do consumo total referente a 2014.

A utilização do biodiesel como combustível tem se destacado mundialmente, devido a sua cadeia de produção apresentar um potencial promissor não só no setor econômico, como também no social, ambiental e tecnológico. É relevante destacar a valorização da mão de obra especializada na produção do biodiesel no setor industrial e a geração de emprego no campo

valorizando a mão de obra rural, principalmente a do produtor familiar (GARCIA, 2007; LIMA *et al.* 2007; SARTORI *et al.*, 2009).

Em 2004, o governo brasileiro iniciou o Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PnPB) e aprovou a Lei n. 11.097 de 13/01/05, definindo o biodiesel como “biocombustível” proveniente de biomassa renovável podendo substituir parcialmente ou totalmente combustíveis de origem fóssil, a ser utilizado em motores a combustão interna com ignição por compressão ou para geração de outro tipo de energia, conforme regulamento (BRASIL, 2005; PAULILLO *et al.*, 2007; SOUZA, 2011; ALVARENGA JUNIOR; YOUNG, 2013).

A mistura de biodiesel foi autorizada no país desde 2008 com o propósito de substituir o diesel mineral para utilização em veículos leves, caminhões, tratores e geradores, podendo ser parte ou totalmente (BRASIL, 2005; MME, 2015).

Existem em média no Brasil 200 espécies de oleaginosas com potencialidades para a produção de óleo, principal matéria-prima para a produção de biodiesel, possibilitando vasta oportunidade, contudo, com desafios voltados a adequação da cadeia de produção a cada agronegócio. As principais culturas são: gergelim, mamona, algodão, pinhão-mansão, canola, soja e o girassol (BELTRÃO; VALE; SILVA, 2008; SOUZA, 2011).

Em dezembro de 2015, existiam 56 plantas produtoras de biodiesel autorizadas pela ANP para operação no País, correspondendo a uma capacidade total autorizada de 20.716,51 m³/dia, distribuídas nas regiões da seguinte forma: Norte (03 und com 671,00 m³/d), Nordeste (04 und com 1.321,13 m³/d) Centro Oeste (25 und com 8.701,25 m³/d) Sudeste (10 und com 2.652,80 m³/d) e Sul (14 und com 7.370,33 m³/d) (ANP, 2015).

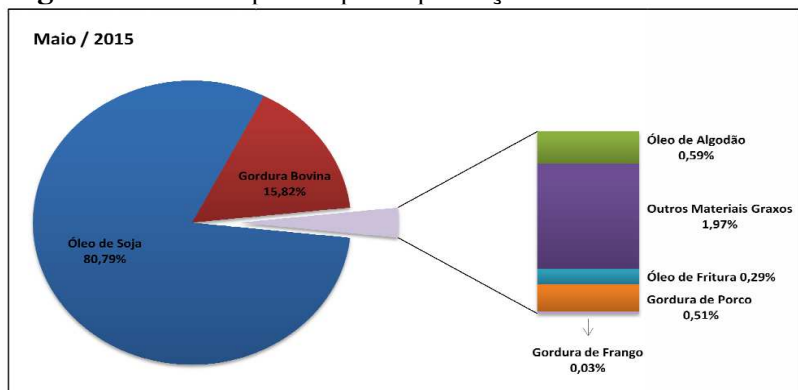
Biodiesel de soja

O Brasil possui a maior extensão de terras não utilizadas para produção agrícola, além de outras em degradação, oriundas de pastagens, apresentando-se como grande expoente na produção de biodiesel destacando a disponibilidade de mão de obra e terra, a utilização de fatores de produção com menor custo e abundantes. Há aproximadamente 90 milhões de hectares de terras que podem ser utilizadas no processo produtivo (BILICH; DA SILVA 2006; GARCIA, 2007).

Quanto à produção de biodiesel da soja, cujos valores dependem do mercado mundial para a exportação dos produtos, existem à disposição quantidade a serem produzidas e espaços suficientes para o cultivo. A sua expansão para todas as regiões do país deve-se às condições propícias para o plantio nas regiões de ecossistemas tropicais úmidos e em decorrência das sementes novas (KOHLHEPP, 2010).

A Fig. 2 apresenta a participação do óleo de soja em 80,79% como matéria-prima para produção do biodiesel no país. Segundo dados da ANP (2015) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2015), essa representatividade acompanha a média nacional em todas as regiões, sendo: Norte (63,86%), Nordeste (77,79%), Centro-Oeste (91,23%), Sudeste (59,91%) e Sul (75,64%).

Figura 2: Matérias-primas para a produção nacional de biodiesel



Fonte: ANP (2015)

A soja, com uma tecnologia agrícola já bem desenvolvida e com área de 31.908,3 milhões de hectares plantados no país (CONAB, 2015), é hoje a principal matéria-prima na produção de biodiesel. Da ótica da ocupação de terras, inclusão social e do balanço energético é uma opção ruim, porém tem se revelado uma excelente opção do ponto de vista econômico e de disponibilidade, com predomínio sobre as outras alternativas de matéria-prima (LEITE; LEAL, 2007; SILVA, FREITAS, 2008).

Aspectos da produção da soja no Brasil e na Região Norte

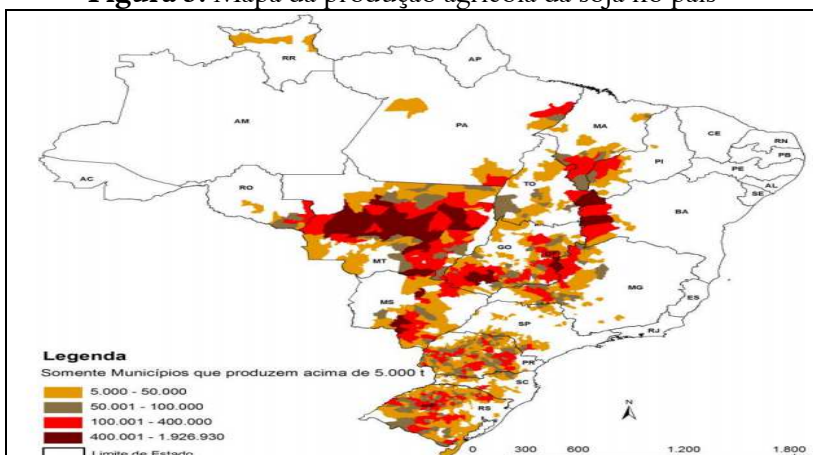
De acordo com a CONAB (2015) estima-se para 2015 o esmagamento de 41 milhões de toneladas de grãos de soja, com 11,4% de aumento em relação a 2014. Relaciona-se em parte, este aumento, ao crescente consumo interno de óleo de soja e ao acréscimo de 5% para 7% do biodiesel na mistura do diesel.

A estimativa para as exportações totais relacionadas a safra 2014/15 foi de 46,77 milhões de toneladas. Segundo a Secretaria

de Comércio Exterior (SECEX, 2015), a exportação da soja de janeiro a junho de 2015 no Brasil foi em média de 32,25 milhões de toneladas.

A CONAB (2015) evidencia que no levantamento realizado em junho de 2015, após o encerramento da colheita, registrou-se produtividade da soja de 3.016 kg/ha, sendo considerado como o segundo recorde, superado apenas pelo alcançado na safra 2010/11 com 3.115 kg/ha. A Fig. 3 apresenta o mapa nacional da produção de soja.

Figura 3: Mapa da produção agrícola da soja no país



Fonte: CONAB (2015)

Observa-se que os melhores desempenhos em área e quantidade produzida registram-se nos estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, porém o mapa evidencia que o cultivo da soja expandiu-se em todas as regiões do país, inclusive no Norte, região onde abriga parte do bioma Amazônia.

O Brasil realiza desde 2006, por meio da Moratória da Soja, o monitoramento nas áreas que compõem o bioma Amazônia. O 7º relatório apresenta que 47.028 ha foram

transformados de floresta para soja, no período da Moratória. Essa área de soja, segundo a ABIOVE (2014) refere-se a 0,9% do desflorestamento do bioma Amazônia durante o período do monitoramento; a 4,6% da área desflorestada nos 73 municípios monitorados dentro do bioma que correspondem; a 98% da área cultivada com soja e a 1,6% da área de soja do bioma Amazônia na safra 2013/14 (INPE, 2015).

O estado que apresentou maior irregularidade foi o Mato Grosso, sendo identificados 253 polígonos que não atenderam às regras da Moratória da Soja. No Pará, foram identificados 106 polígonos e em Rondônia 7 polígonos com uma área total de soja de 1.246 ha, que correspondem a 2,7% da soja detectada neste monitoramento e 0,20% da área total desflorestada no estado durante a Moratória (623.500 ha) (ABIOVE, 2014; INPE, 2015).

Sustentabilidade na produção do biodiesel de soja

No que se refere à sustentabilidade na produção de biodiesel, há certas reservas do ponto de vista ecológico e social quanto ao uso da soja como matéria-prima, destacando a baixa demanda de mão de obra, predomínio de monoculturas por latifundiários, opressão contra pequenos produtores devido a alta concentração de terra, uso excessivo de agroquímicos e possível contaminação da água, alta mecanização bem como competição pelo uso do solo com os produtores de gêneros alimentícios básicos (SARTORI *et al.*, 2009; KOHLHEPP, 2010; ALVARENGA JUNIOR; YOUNG, 2013; MOLLO NETO *et al.*, 2014).

A análise da sustentabilidade deve contemplar aspectos ambientais, sociais e econômicos (MORET *et al.*, 2009). No ponto de vista ambiental, estudos da Universidade de São Paulo mostraram que a utilização do biodiesel em substituição ao óleo diesel mineral proporciona diminuição de emissões de enxofre

(20%), hidrocarbonetos não queimados (14,2%), material particulado (26,8%), anidrido carbônico (9,8%) e óxido de nitrogênio (4,6%) (LEIRAS, 2006; LEIRAS; HAMACHER; SCAVARDA, 2007; LIMA *et al.*, 2007).

As vantagens ecológicas do biodiesel são fundamentais para o seu uso, por apresentar características como sendo biodegradável e renovável, com redução das emissões de gases tóxicos na combustão, nos motores. Por ser produzido a partir de materiais extraídos na fotossíntese, sua combustão não proporciona a elevação da concentração de CO₂ atmosférico. (PLÁ, 2005; SOUSA *et al.*, 2006; SILVA; FREITAS, 2008).

O programa de óleos vegetais para fins energéticos deverá ressaltar o controle da erosão do solo, priorizando a eficiência agrícola do processo de produção. E com isso, manter uma diversificação das culturas oleaginosas. As modernas técnicas de plantio direto, incluindo rotações de culturas, ao serem aperfeiçoadas elevarão os rendimentos agrícolas sem danificar a fertilidade natural do solo (PLÁ, 2005; SILVA; FREITAS, 2008).

Quanto a sustentabilidade econômica e social, Sousa *et al.* (2006) destacaram que a viabilidade do uso do biodiesel depende, no entanto, da sua competitividade econômica.

Além disso, a produção de biodiesel deverá gerar atividades econômicas nas localidades do interior, melhorando os níveis de vida e reduzindo a migração para as cidades, principalmente fortalecendo a agricultura familiar e assim melhorar a inclusão social, por meio do Programa Nacional de Produção de Biodiesel, regulamentado pela Lei n. 11.097, de 2005 e propiciar maior geração de emprego e renda (PLÁ, 2005; LEITE; LEAL, 2007; PAULILLO *et al.*, 2007; SARTORI *et al.*, 2009; MORET *et al.*, 2009).

A produção de oleaginosas na agricultura familiar faz com que o biodiesel seja uma importante opção para minimizar a miséria no país, devido a ocupação e abrangência de maior

quantidade de pessoas (BIODIESELBR, 2014). E ainda, gera alternativas de empregos em áreas geográficas menos atraentes para outras atividades econômicas, promovendo a inclusão social (MME, 2015).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se na sua metodologia como uma revisão de literatura abordando a temática de biocombustível, biodiesel de soja, cultura da soja no Brasil e no mundo, sustentabilidade na produção do biodiesel de soja a qual abrangeu a leitura, análise e interpretação de periódicos, livros e textos disponíveis *on-line*. Os materiais foram submetidos à triagem, a qual possibilitou o estabelecimento do plano de leitura, estruturação e desenvolvimento da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Resultados da pesquisa

Cultivo da soja no estado de Rondônia

O Estado de Rondônia, espaço geográfico em estudo, integra a região da Amazônia Legal, com área total de 237.580,83 km², sendo que 53,36% é ocupada por florestas (126.791,05 km²). As pastagens ocupam 26,77% (63.607,09 km²), a vegetação secundária com 6,23% (14.812,22 km²), a agricultura anual com 0,83% (1.986,27 km²), desflorestamento 0,18% (451,13 km²) e outros com 12,59% (29.924,06 km²) (INPE, 2014).

É um cenário que instiga muitas pesquisas, pois a segunda maior ocupação do solo é formada por pastagens, com áreas degradadas que representam um alto percentual acompanhando a média nacional (DIAS-FILHO, 2007), seguida da vegetação

secundária, que são áreas em processo de regeneração, ou seja, ambientes propícios para implantação de produção integrada.

A economia do estado tem como principais atividades: agricultura (soja, café, arroz, milho), pecuária, indústria alimentícia, extrativismo vegetal e mineral. Em relação à produção de grãos, a soja tem se destacado com previsão estimada de produção na safra 2014/15 de aproximadamente 730,6 mil toneladas, numa área de quase 230,7 mil hectares (CONAB, 2015). A Tabela 1 apresenta dados referentes a produtividade, produção e área.

Tabela 1: Comparativo dos dados da soja: produtividade, produção e área

		2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15 Previsão
Produtividade kg/ha	Brasil	2.629	2.927	3.115	2.651	2.938	2.854	3.016
	Região Norte	2.841	2.943	3.063	3.027	2.952	2.877	2.997
	Rondônia	3.080	3.142	3.215	3.221	3.216	3.180	3.167
Produção mil/ton.	Brasil	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.499,4	86.120,8	96.222,1
	Região Norte	1.414,0	1.691,7	1.977,2	2.172,2	2.661,5	3.391,3	4.230,0
	Rondônia	326,5	384,3	425,3	462,2	539,3	607,7	730,6
Área mil/ha	Brasil	21.743,1	23.467,9	24.181,0	25.042,2	27.736,1	30.173,1	31.908,3
	Região Norte	497,6	574,9	645,5	717,6	901,5	1.178,9	1.411,2
	Rondônia	106,0	122,3	132,3	143,5	167,7	191,1	230,7

Fonte: CONAB (2015), adaptada.

Os dados demonstram que a produção de soja em Rondônia possui produtividade média de 3.180 kg/ha - Safra 2013/14 (CONAB, 2015), superior à média nacional que é de 2.854 kg/ha, com previsão acima também da regional para a safra 2014/15 (3.167 kg/ha). Embora, apresente uma variação percentual de -1,11% comparado à safra anterior (2012/13).

A soja tem se apresentado como uma alternativa economicamente viável aos produtores rondonienses, sendo o produto agrícola que mais gerou receita (R\$ 601 milhões) para o estado na safra 2013/2014 (IBGE, 2014). A expectativa para a safra 2014/15 é que o produto gere 730,6 mil toneladas para o estado, com variação percentual positiva de 20,22% comparado à safra anterior.

O estado de Rondônia produziu na safra 2013/14, 1.223,7 mil/ton. de grãos conforme dados da CONAB (2015), sendo que a soja representa 49,66% do total produzido. Para a safra de 2014/15, a previsão da produção de grãos é 1.533,1 mil/ton. em todo o estado.

A soja foi introduzida no estado, segundo a CONAB (2015) na década de 80 sendo pioneiro na região Norte. Os dados da primeira safra são referentes a 1985/86 com 0,4 mil/ha de área produzida, apresentando uma produtividade de 1.250kg/ha e produção total de 0,5 mil/ton.

Em Rondônia, dos 52 municípios do estado, 26 estão cultivando a soja em uma área de aproximadamente 230,7 mil/ha. Houve uma ampliação de 20,72% na área plantada na safra 2014/15 em relação a safra passada, destacando entre os estados com a maior expansão percentual de área de soja no país. A área total de cultivo de grãos no estado conforme CONAB (2015) é de 461,9 mil/ha, sendo que a área de produção da soja representa 49,94%.

A produção da soja em Rondônia concentra-se na região do Cone Sul, e abrange os municípios de Vilhena, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Cabixi e Colorado do Oeste (GODINHO *et al.*, 2009, SILVA, 2015). Porém, é relevante destacar o crescimento da produção da soja nos últimos cinco anos na região do Vale do Jamari que compreende nove municípios dos quais cinco são produtores da oleaginosa: Ariquemes, Cujubim, Alto Paraíso, Machadinho d'Oeste e Rio Crespo.

Produção do biodiesel em Rondônia

Das 56 plantas produtoras de biodiesel autorizadas pela ANP para operação no País, apenas uma está instalada em Rondônia, município de Ji-Paraná em operação desde 2008. Porém, é relevante ressaltar que o município de Rolim de Moura foi pioneiro na produção do biodiesel no estado, iniciando sua operação em 2007 e em setembro de 2014, a empresa teve as autorizações para operação e comercialização revogadas pela agência (ANP, 2015).

A principal matéria prima para produção do biodiesel no estado é o sebo bovino, em ambas as empresas, com destaque para a empresa localizada no município de Ji-Paraná que além do sebo bovino, também processa o pinhão manso. A capacidade autorizada de produção no estado era de 62 mil litros/dia (até set/2014), sendo 45 mil litros/dia (13,5 milhões de litro/ano) e 17 mil litros/dia (5,1 milhões de litros/ano) nos municípios de Ji-Paraná e Rolim de Moura, respectivamente, com rota tecnológica metélica. A Tabela 2 apresenta os dados da produção do biodiesel no estado desde 2008, possibilitando realizar um estudo comparativo com a produção regional e nacional.

Tabela 2: Dados da produção do Biodiesel em Rondônia

Período	Brasil		Região Norte		Rondônia	
	Volume Acumulado - m ³	%	Volume Acumulado - m ³	%	Volume Acumulado - m ³	%
Jun/2015	1.609.210	100%	28.655	1,78%	3.777	0,23%
2014	3.419.838	100%	84.581	2,47%	10.977	0,32%
2013	2.917.488	100%	62.239	2,13%	13.553	0,46%
2012	2.717.483	100%	78.654	2,89%	8.406	0,30%
2011	2.672.760	100%	103.446	3,87%	2.264	0,08%
2010	2.386.399	100%	95.106	3,98%	6.190	0,26%
2009	1.608.448	100%	41.821	2,60%	4.779	0,29%
2008	1.167.128	100%	15.987	1,36%	228	0,01%

Fonte: ANP (2015) adaptada.

Observa-se que a produção do biodiesel no estado vem aumentando desde 2008, recorte temporal selecionado devido ao início da obrigatoriedade da mistura de biodiesel puro (B100) ao óleo diesel, porém, ainda é incipiente quando comparado com a produção nacional. O maior pico de produção do biodiesel no estado foi em 2013 com 13.553m³, com variação percentual positiva de 61,23% em relação a produção do ano anterior. E destaca-se uma redução da produção com variação percentual de 23,46% em relação ao período 2014/13.

O valor acumulado até o mês de junho de 2015 é de 3.777m³, com produção média mensal de 629,5 m³. Seguindo nesta expectativa, a tendência é de apresentar uma variação percentual negativa de 45,31% comparada à produção de 2014.

Vários fatores podem motivar a desaceleração da produção na região e estado, sendo pontual a revogação de autorizações de empresas no Pará e Rondônia. Em 2015, existia na região Norte três plantas de biodiesel autorizadas para operação e comercialização, sendo 01 em Rondônia (90m³/dia) e 02 em Tocantins (581m³/dia) que responde por mais de 89% da produção da região. As duas empresas do estado de Tocantins constam com a certificação do Selo Combustível Social e a

empresa de Rondônia ainda não é certificada. A falta de certificação do Selo Combustível Social impossibilita a empresa de desfrutar de incentivos fiscais, bem como o acesso e facilidades a financiamentos.

Todavia, não há informações suficientes para atribuir à redução da produção do biodiesel no estado, principalmente quando o governo anunciou o aumento de 7% em volume do teor de mistura de biodiesel ao óleo diesel, conforme Lei 13.033/2014. Porém, é importante destacar a necessidade de estudos de viabilidades de outras oleaginosas para produção do biodiesel, a exemplo da soja.

A soja e a produção do biodiesel como alternativa de energia sustentável no estado

Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel divulgado em junho/2015 (ANP, 2015), 80% do biodiesel produzido no Brasil vem do óleo de soja, porém, em Rondônia, toda a produção é oriunda do sebo bovino apesar do estado ter se destacado na produção da soja nos últimos anos.

Com a expansão do cultivo da soja no estado, tanto em quantidade produzida como em área e com produtividade (kg/ha) acima da média nacional, uma das alternativas para manter e ampliar a participação de Rondônia na produção do biodiesel seria a utilização da soja como matéria prima, assim como é realizado nos estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Principalmente, porque a soja vem apresentando, tanto nacionalmente como internacionalmente, como uma cultura de extrema relevância para a conjuntura energética, pois, o domínio tecnológico do seu sistema de cultivo possibilita grandes produtividades.

É relevante destacar, que Rondônia necessita fomentar a complexidade na cadeia produtiva da soja. Isto possibilitaria a

ampliação de plantas industriais de extração e produção do óleo para consumo humano, biodiesel e exportação; atrairia indústrias de insumos agrícolas (máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, sementes), indústria de farelos de soja (produção animal e exportação), indústria de alimentos e bebidas (farinha, extrato solúvel, proteína texturizada, massas, cereais, bebidas nutritivas) com geração de emprego e renda; fortalecimento da economia, elevação da arrecadação de impostos, inclusão social dentre outras vantagens.

O estado apenas produz a soja, não dominando nenhum processo de industrialização a exemplo da extração do óleo, procedimentos de separação por centrifugação e filtragem, processamento dos resíduos resultante do esmagamento das oleaginosas que serve como ração animal e adubo para a lavoura, etc.

O município de Vilhena, maior produtor de soja do estado, segundo Silva (2015) representou 35% das exportações em 2014, basicamente pautado em dois produtos: carnes e soja. O autor destaca que a “balança comercial de Vilhena saltou dos 8.576.706 US\$ (FOB) em 2000, para 382.238.614 US\$ (FOB) em 2014, multiplicando seu crescimento em 44 vezes” (SILVA, 2015, p.10). Os principais países em que o município exporta são: Espanha, Venezuela, Rússia, Hong Kong, Países Baixos (Holanda), Egito e Itália.

A Agrolink (2015) evidencia a soja como o principal produto exportado pelo porto em Porto Velho (hidrovia do rio Madeira), sendo exportadas 1.497.857 toneladas nos primeiros sete meses de 2015, oriundas principalmente do estado de Mato Grosso.

O cultivo da soja está consolidado no Cone Sul de Rondônia, destaca EMBRAPA (2015), e sua expansão está ocorrendo nas demais regiões do estado, especialmente em áreas

degradadas e de baixos índices produtivos, antes pertencentes a pastagens. Silva (2015) aborda que a expansão dos grãos (soja, milho e arroz) se fez em áreas em que a pecuária dominava, com espaço predominante de grandes propriedades. Porém, tem observado que na região de cultivo da soja o quantitativo de rebanho bovino registrou seu menor desempenho, com variação de 57,50% no período de 2000 a 2012. Com a expansão da soja nessa região, a pecuária foi direcionada para outras regiões do estado, ampliando a demanda por novas terras com variadas consequências.

Uma das grandes preocupações referentes a expansão do cultivo da soja no estado e na região que compreende o Bioma Amazônia é o desflorestamento. Nos estados monitorados pela Moratória da Soja, o aumento da produção se deve essencialmente ao aumento na área plantada. O Relatório divulgado pela ABIOVE (2014) e INPE (2015) referente ao 7º ano do mapeamento e monitoramento do plantio de soja evidencia que sua expansão no bioma Amazônia vem se expandindo essencialmente sobre áreas de pastagens oriundas de desflorestamentos anteriores à Moratória da Soja e que os percentuais de desflorestamentos no bioma vêm diminuindo.

Porém, o relatório mostrou a existência de sete polígonos em desconformidade com a Moratória no estado de Rondônia, com uma área total de cultivo de soja de 1.246 ha, correspondente a 2,7% da produção detectada neste monitoramento, 0,20% da área total desflorestada no estado durante a Moratória (623.500 ha) no período de 2007 a 2013 e 0,65% da área total cultivada no estado (191,1 mil/ha - safra 2013/2014).

Os municípios em não conformidade referentes a safra 2013/2014 são: Pimenteiras do Oeste (2 polígonos com área de 1.024 ha), Cabixi (2 polígonos com área de 107 ha), Vilhena (2 polígonos com área de 67ha) e Corumbiara (01 polígonos com

área de 48ha). Cerejeiras, Colorado do Oeste e Chupinguaia estão entre os 22 municípios em conformidade com a Moratória da Soja, dentre os 73 municípios analisados em todo o bioma (ABIOVE, 2014; INPE, 2015).

Os dados revelam que o avanço da produção da soja, não é responsável diretamente pelo desflorestamento do estado, conforme estima o pesquisador da EMBRAPA (2015) que 70% das áreas de pastagem de Rondônia estão com algum grau de degradação e a soja vem como uma alternativa para a recuperação destes solos, no sistema de integração lavoura-pecuária (iLP).

Nestes sistemas, o plantio da soja e outras culturas em rotação com as áreas de pasto, permitem a recuperação da fertilidade e o aumento da produção das pastagens. Outra vantagem é o cultivo de lavouras, após a colheita da soja, seguida o pastejo do gado. E, finaliza que o aumento da produção na região Norte do estado dá-se devido a proximidade do porto em Porto Velho, possibilitando que o custo da saca de soja chega a ser de quatro a cinco reais menor comparado a região do Cone Sul (EMBRAPA, 2015).

Já para o pesquisador da Universidade Federal de Rondônia, Silva (2015), a paisagem rural se transformou com a territorialização da soja, que deslocou o rebanho bovino para as demais regiões do estado, ampliando a demanda por novas terras. A soja substituirá primeiramente as áreas de pastagens, através da compra ou arrendamento de terras.

Por fim, as perspectivas da utilização dos grãos de soja que são cultivados na região para a produção do biodiesel no estado apresentam-se como uma alternativa sustentável, tanto economicamente, ambientalmente e socialmente, carecendo é claro, de estudos mais aprofundados de cada dimensão. Pois, o estado apresenta potencial para a produção de matéria-prima

(grãos de soja) e a demanda pelo biodiesel vem aumentando, principalmente pelos incentivos governamentais.

Considerações finais

O estado de Rondônia tem se destacado no cultivo de grãos de soja nos últimos anos na região Norte, com forte tendência de aumento tanto em produtividade, quantidade produzida e em área de expansão com base no histórico de produção delineado no histórico temporal referente a safra de 1985/86 a 2014/15.

A área em expansão é uma das questões mais questionadas entre autoridades, ambientalistas, órgãos reguladores e sociedade, apesar dos resultados evidenciarem que a ocupação em área se deu principalmente em áreas degradadas, antes ocupadas por pastagens. A produção de soja já conquistou grandes áreas na região Norte do estado, com plantio em aproximadamente 26 municípios dos 52 que compõem este ente federativo. Verifica-se que não há mais como recuar em relação ao cultivo dessa oleaginosa. Há necessidade de implementar estudos de viabilidades para aproveitar as potencialidades da soja no estado, a exemplo de fomentar a sua complexidade com vistas na geração de emprego, renda e crescimento da economia.

O fomento da complexidade da soja propiciará ao Estado de Rondônia a produção do seu biodiesel, pois praticamente toda a produção de soja é destinada a exportação. Com isso, os produtores de biodiesel poderão se beneficiar do PnPB (incentivos fiscais e financiamentos), com o recebimento do Selo Combustível Social, ao disporem de quotas previamente definidas e regionalmente diferenciadas de matéria-prima dos pequenos produtores rurais, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e melhoria da renda dos agricultores.

E, por fim, o mercado do biodiesel está aquecido no país, devido a exigência da Lei 13.033/2014, que aumentou para 7% em volume do teor de mistura de biodiesel ao óleo diesel. O biodiesel, inclusive o de soja tem se apresentado como alternativa sustentável, com vantagens ecológicas já que é renovável e biodegradável, reduzindo sensivelmente as emissões de gases tóxicos na combustão.

Referências

ABIOVE: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Moratória da Soja mapeamento e monitoramento do plantio de soja no bioma Amazônia - 6ºano**. 2014. Disponível em: http://www.abiove.org.br/site/_FILES/Portugues/03022014-160810-baixa.pdf. Acesso em: 29/07/2015

AGROLINK. **Produção de soja de Rondônia conquista espaço no mercado internacional**. 2015. Disponível em: http://www.agrolink.com.br/noticias/producao-de-soja-de-rondonia-conquista-espaco-no-mercado-internacional_219265.html. Acesso em: 30/07/2015

ALVARENGA JUNIOR, Marcio; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Produção de biodiesel no Brasil, inclusão social e ganhos ambientais**. 2013.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Boletim Mensal do Biodiesel**. Junho/15. 2015. Disponível em: www.anp.org.br. Acesso em: 20/07/2015

BELTRÃO, N. E. M.; VALE, L.; SILVA, O. R. F. Grãos oleaginosos. In: ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. da. (Ed.). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. cap. 4, p. 753-766.

BILICH, F., Da SILVA, R. **Análise multicritério da produção de Biodiesel**. In: XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Goiânia: 2006.

BIODIESELBR. **Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel**. 2014. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>. Acesso em: 28.07.2015

BRANCO, Luizella Giardino Barbosa. **Biocombustíveis: vantagens e desafios**. Revista Eletrônica de Energia. v. 3, n.1, p. 16-33, jan./dez. 2013

BRASIL. **Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/L/11097.htm. Acesso: 30/07/2015

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento. **Décimo levantamento, julho 2015**. Acomp. safra bras. grãos, v. 2 - Safra 2014/15, n. 10, p. 1-109, julho Brasília: 2015.

DIAS-FILHO, M.B. **Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação**. 3.ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Pecuaristas de Rondônia buscam a soja para recuperação de pastagem**. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2542016/>. Acesso em 30/07/2015.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional 2015**: ano base 2014. Rio de Janeiro: EPE: 2015. Disponível em: https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf. Acesso em: 28/07/2015

GARCIA, Marli da Silva. **Análise da viabilidade do biodiesel proveniente da soja, girassol e mamona em Dourados – Ms - Campo Grande – MS**. Dissertação: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. 2007

GODINHO, Vicente de Paulo Campos et al. **Estimativa do custo de produção de soja, em plantio direto, em Vilhena - safra 2008/2009**. Comunicado Técnico, EMBRAPA: Junho, Porto Velho: 2009.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**. 2014. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]). Acesso: 29/07/2015

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto TerraClass: Dados TerraClass 2014**. Centro Regional da Amazônia – CRA, 2014

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Moratória da Soja mapeamento e monitoramento do plantio de soja no bioma Amazônia - 6ºano**. 2015. Disponível em www.obt.inpe.br/prodes. Acesso: 19/07/2015.

KOHLHEPP, Gerd. **Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil**. Estudos Avançados. 2010.

LEAL, José Eustáquio Canguçu; RIBEIRO, Vinícius Souza. **A produção de biodiesel e o cultivo de soja na região Mercoeste**. VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Palmas: 2012.

LEIRAS, Adriana. **A Cadeia Produtiva do Biodiesel**: uma avaliação econômica para o caso da Bahia. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial da PUC. RJ: 2006.

LEIRAS, Adriana; HAMACHER, Silvio; SCAVARDA, Luiz Felipe. **Análise da viabilidade econômica da cadeia produtiva do biodiesel**: o caso da soja na Bahia. Revista Gestão Industrial, v. 03, n. 04: p. 121-133, Ponta Grossa: 2007

LEITE, Rogério Cezar de C ; LEAL, Manoel Régis L . V. **O biocombustível no Brasil**. Novos Estudos, CEBRAP 78, julho, 2007.

LIMA, José Renato de Oliveira et al. **Biodiesel de babaçu (*orbignyas*) obtido por via etanólica**. Quim. Nova, vol. 30, no. 3, 600-603, 2007

MME: Ministério de Minas e Energia. **Boletim mensal dos combustíveis renováveis**. nº 89, Junho: 2015. Disponível em: <http://www.aprobio.com.br/BoletimDCR-n89-junho-2015.pdf>
Acesso: 30/07/2015

MOLLO NETO, Mario et al. **Análise de redes para prospecção de indicadores da produção de biodiesel no Brasil**. Energ. Agric., Botucatu, vol. 29, n.4, p.306-316, outubro-dezembro, 2014.

MORET, Artur Souza et al. **Análise da Sustentabilidade do biodiesel com uso da análise de custos completos**. espaço energia, Revista técnico-científica da área de energia. Paraná, out. 2009.

PAULILLO, Luiz Fernando et. al. **Álcool combustível e biodiesel no Brasil: *quo vadis?*** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 531-565, jul/set 2007

PLÁ, Juan Algorta. **Existe viabilidade econômica para o biodiesel no Brasil?** Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 271-294, mar. 2005.

SARTORI, Marco Antônio et. al. **Análise de arranjos para extração de óleos vegetais e suprimento de usina de biodiesel.** RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 02, p. 419-434, abr/jun 2009.

SECEX: Secretaria de Comércio Exterior. **Exportações de Grãos.** 2015. Disponível em: www.comexbrasil.gov.br/conteudo/ver/chave/secex/menu/211. Acesso: 31/07/2015

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Amazônia globalizada:** da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. Confins [Online] Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 23, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/9949>. Acesso em 30/07/2015

SILVA, Paulo Regis Ferreira da; FREITAS, Thais Fernanda Stella de. **Biodiesel:** o ônus e o bônus de produzir combustível. Ciência Rural, Santa Maria, v.38, n.3, p.843-851, mai-jun, 2008.

SOUSA, Geovânia Silva de et al. **Viabilidade econômica do biodiesel e impacto do seu uso no preço da tarifa de ônibus na cidade de Itabuna, Bahia.** 2006.

SOUZA, Vander Fillipe de. **Análise da cadeia produtiva do etanol e do biodiesel.** Monografia: Universidade Federal de Lavras. Lavras: 2011

CAPÍTULO IV

Comportamento organizacional



“A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos”. (Mahatma Gandhi)

METODOLOGIA CIENTÍFICA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DAS DIFICULDADES DE ACADÊMICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO FRENTE À ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Cristiane Cardoso da Silva¹⁰
Gésica Borges Bergamini¹¹
Miriã Gil de Lima Costa¹²
Joareis Fernandes de Azevedo¹³

Introdução

A pesquisa desse artigo tem como tema “Metodologia científica: as dificuldades dos acadêmicos em Cursos de graduação frente à elaboração de trabalhos científicos”, em que durante a prática docente das pesquisadoras tornaram-se importante abordagem a partir da observação dos relatos vivenciados em sala de aula durante o período de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros. Tendo como princípio norteador a disciplina de metodologia científica, essa é que dá embasamento para a produtividade científica. Dessa

¹⁰ Licenciada em Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa) pelas Faculdades Integradas de Cacoal/RO (Unesc). Especialista em Educação Especial Inclusiva. Docente da Faculdade Integrada de Cacoal (Unesc); Docente substituta do Campus de Cacoal (UNIR) e Mestranda em Ciências da Educação.

¹¹ Doutora em Saúde Pública. Mestra em Psicologia. Especialista em Neuropsicologia Clínica. Especialista em Neurociência e Psicopedagogia. Graduada em Psicologia. gpensemagro@gmail.com

¹² Licenciada em Letras pelas Faculdades Integradas de Cacoal/RO (Unesc). Especialista em Educação Especial e Docente de LIBRAS do Campus de Cacoal/RO (UNIR) e membro do GEPAC. Mestranda em Ciências da Educação.

¹³ Psicólogo, docente do curso de Administração da UNIR-Cacoal.

forma, o objetivo da pesquisa é relatar algumas dificuldades que os acadêmicos em curso de graduação enfrentam para a elaboração do TCC. E descrever a partir da observação, as ansiedades que os discentes nessa etapa muitas vezes encontram despreparados em articular os elementos principais de uma pesquisa científica, bem como: tema, objetivo (s), justificativa, problema, a hipótese e dentre outros. E assim, para cientificidade dessa pesquisa alguns teóricos como Demo (1993), Rodrigues, Garcia e Lima (1998) e outros pode apoiar na compreensão desse estudo abordado.

Essa temática mostra-se relevante nos dias atuais para que o acadêmico tenha iniciativa a produzir na academia e não apenas fora dela, pois, na academia os discentes tem a possibilidade de sanar as dúvidas durante o processo, e assim, torna-se uma experiência e aprendizado para futuras produções. Para as pesquisadoras é de suma importância para que possa disseminar práticas que oriente e direcione os acadêmicos a desenvolver o interesse pela escrita e a publicações das suas produções no próprio âmbito acadêmico.

Dentre os relatos observados dessa pesquisa supõe-se que os acadêmicos temem a elaboração de trabalhos científicos, especificamente, ao TCC, devido à falta de conhecimentos básicos que deveriam ter adquiridos desde a primeira etapa da disciplina: metodologia científica, e que no transcorrer de outras disciplinas, os profissionais foram deficientes quanto a sua prática por não solicitarem trabalhos com as devidas exigências metodológicas.

Outro fato é: acredita-se que os acadêmicos quando chegam à academia a sua maior preocupação é conseguir alcançar a nota para a aprovação, não atentando para uma aprendizagem significativa dos procedimentos que faz necessário assimilá-los.

Diante do exposto, questiona-se: será que os acadêmicos dos últimos períodos da graduação apresentam dificuldades para organizar o Trabalho de Conclusão de Curso, que atenda aos requisitos metodológicos?

Procedimentos metodológicos

A disciplina de metodologia científica é fundamental em qualquer área do conhecimento, pois é a partir dela que o pesquisador organiza suas expectativas de escrita, imagens, áudio, tabelas, gráficos e dentre outras. Para tanto, uma pesquisa para ter cientificidade em sua produção deve atender as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigente, pois, até mesmo renomados escritos necessitam de correções de formatações e das normas que atendam as exigências metodológicas. Dessa forma, Rodrigues; Lima e Garcia (1998, p.153) afirmam que: “[...] a normalização tem como uma de suas características a capacidade de contribuir para harmonizar as peculiaridades em cada área e em cada veículo de comunicação”.

Sendo assim, dentre esses aspectos mencionados, vale dizer que o primeiro contato com as produções acontece quando o acadêmico ingressa na universidade, mas nem sempre esse público alvo esteja preparado para assimilar tantas informações ao mesmo tempo, o que acaba passando despercebidos que a disciplina de metodologia científica, a qual irá acompanhar por toda a vida acadêmica, dentro e fora dela, em caso, que o acadêmico tem a pretensão de ser um pesquisador.

Vale ressaltar que qualquer disciplina curricular é de suma importância, pois, cada discente passa a conhecer e descobrir os seus interesses e afinidades com determinados temas, o que tem contribuído para que grandes pesquisadores escrevam e publiquem as suas descobertas e amplie determinados

conhecimentos científicos. E nessa perspectiva, o acadêmico deve aproveitar as oportunidades para questionar, indagar, provocar e buscar compreender o mundo em sua volta.

Assim, Demo (1993, p.80) afirma que:

[...] pesquisa significa diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude do ‘apreender a apreender’, e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório.

Diante disso, a ciência é um estudo inacabado, que requer estudos constantes. Visto que para a organização e o desenvolvimento de alguns trabalhos precisa-se de um amparo legal, no que diz respeito às normas, instrumentos, formas, e dentre outros requisitos que devem ser considerados.

As dificuldades: trabalho de conclusão de curso

Durante o processo de orientação e acompanhamento da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) evidenciam-se vários desafios que os acadêmicos enfrentam para o desenvolvimento do pré-projeto, projeto, TCC, artigos e outras atividades de cunho científico que são solicitadas no decorrer da vida universitária. Percebe-se que as ansiedades são tantas que esquecem que os estudos de metodologia científica podem nortear para o delineamento de tais atividades. A falta de leitura e até mesmo a dificuldade de interpretação de certos comandos que são solicitados, impede-os de articular e organizar dentro dos prazos estabelecidos.

Segundo Lima e Garcia (1998, p.153) “[...] todo o processo de criação desenvolvido na universidade necessita [...] da

normalização, entendida como processo de formular e aplicar normas para acesso sistemático a uma atividade típica do meio universitário: a redação do trabalho científico”.

Mesmo que, desde o primeiro período do curso de graduação é ministrada a disciplina de metodologia científica em que os acadêmicos têm a consciência de tal importância que é a base para aprender a produzir resumos, resenhas, etc; adquire-se conhecimentos sobre a organização das ideias, aprendem a perceber o que é necessário em um pesquisa, a qual estimula a leitura e as produções com veracidade; e ainda aprendem sobre formatação de trabalhos de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Evidentemente, alguns acadêmicos menciona-se que o maior índice de dificuldade estão na interpretação dos textos, livros para discorrer sobre o assunto em uma linguagem adequada, outros relatam-se que nunca tiveram nenhum conhecimento com base teórica para com a prática escrita, sendo o primeiro contato com as produções científicas ocorre-se na faculdade; constatado por Barbosa (2007, p. 74) : “conjuntura e organização do ensino superior brasileiro a maioria dos alunos de graduação só tem a possibilidade ou ainda a obrigatoriedade de realizar a pesquisa na graduação por meio dos trabalhos de conclusão de curso”; outra dificuldade relatada pelos acadêmicos é organização do que é necessário e quais informações poderia ser suprimido sem desvalorizar ou empobrecer o trabalho; e ainda empecilhos de como fazer o referencial teórico, tendo em vista a falta de conhecimento de como encontrar autores que falem sobre o tema abordado.

Aspectos a ser considerado positivo de acordo com a prática vivenciada frente o processo de orientação do TCC, é que acadêmicos demonstram conhecer os elementos textuais que compõe a estruturação de um TCC (introdução, fundamentação

teórica, considerações finais), porém, no momento de articulá-los encontram-se dificuldades para essa elaboração. Nessa fase, alguns discentes acabam desistindo do curso, trancam a matrícula, faz plágio, ou até recorrem a pagar por trabalhos prontos, considerando então: incapaz ou insignificante a prática dessa pesquisa. Já, outros, há consideram que o TCC quando bem elaborado e orientado adquire conhecimentos para a vida acadêmica e fora dela, sendo uma base para os próximos estudos (pós-graduação, mestrado e doutorado), pois, percebe-se que todos são capazes de construir e desenvolver um trabalho relativamente complexo, e para isso, exige habilidades e competências para a produção científica. Assim, Mertten (2007, p. 40) afirma que:

[...] a realização de um TCC- tem sido vista por inúmeros alunos como algo impeditivo para a conclusão do seu curso de graduação. Poucos, ou quase nenhum, percebem a relevância de um trabalho científico, bem como o crescimento individual e coletivo durante e após a sua realização. Muitos se sentem obrigados e só o realizam por ser pré-requisito para a obtenção do título almejado.

Há acadêmicos, que considera o TCC um trabalho obrigatório e por falta de tempo, muitas vezes, contribui para a baixa qualidade e faz apenas para cumprir o requisito da disciplina e a aquisição da nota.

Dentre essa convivência prática vale ressaltar que alguns acadêmicos são criteriosos e comprometidos com a elaboração do TCC, buscando ampliar seus conhecimentos através de leitura e escrita para obter uma aprendizagem significativa e uma prática

propulsora para publicações científicas, reconhecimento acadêmico e pontuações para concursos públicos.

Relato da prática docente

Diante da prática docente evidenciamos por meio do convívio durante as nossas orientações que os acadêmicos do curso de graduação de uma determinada instituição apresentam várias dificuldades ao elaborar seus trabalhos científicos.

Nas elaborações dos trabalhos científicos podemos dizer que alguns acadêmicos sentem-se inseguros como proceder e esquecem-se de consultar as normas da ABNT (Associação das Normas Técnicas) para melhor organizar as estruturas dos trabalhos que são solicitados no decorrer da vida acadêmica. Mas, especificamente, a maior dificuldade é quanto à estrutura dos elementos que compõe o trabalho científico, pois, muitas vezes uma grande parte desses acadêmicos falta habilidade para descrever, ou seja, colocar as ideias no papel. Já que todo trabalho científico exige critérios para ordenar os conteúdos para o processo escrito da língua.

Há acadêmicos que formula todos os elementos básicos de um projeto, porém, numa conjuntura de cópias ou segue um modelo por meio de pesquisa da internet pelo fato do desespero em poder cumprir com os prazos estabelecidos. E posteriormente, quando o orientador faz a correção perde parte do trabalho, a qual o acadêmico elaborou, pelo fato de não atender o tema proposto, ou até mesmo, não corresponde com aquilo que foi articulado durante as orientações.

Diante disso, o Prodanov (2013, p. 75) ressalta que é importante que:

[...] o primeiro contato com o material bibliográfico e permite a organização e a formulação de sínteses de leitura, o que facilita a composição da revisão de literatura a que o pesquisador se propôs, tornando possível verificar a viabilidade e as limitações do estudo, com a indicação de suas variáveis e hipóteses da pesquisa e, conseqüentemente, a estipulação dos objetivos e a definição do método e dos processos a empregar no trabalho (amostra, instrumentos, procedimentos e técnicas de pesquisa).

Mas como evidenciado, nem sempre isso ocorre, pois perante as orientações constatamos que uma grande parte dos acadêmicos escolhe o tema sem antes fazer um breve levantamento das bibliografias que possa atender a demanda do assunto a ser pesquisado; a falta de afinidade e domínio sobre o tema implicam em obter bons resultados e um delineamento consistente do tema. Assim, segundo Rodrigues (2008, p. 38) afirma que “a boa apresentação de trabalhos de iniciação científica depende, antes de qualquer coisa, do planejamento de um projeto de pesquisa bem delineado”.

Dessa forma, para um trabalho científico seja produtivo e significativo requer o levantamento de dados teóricos para a sustentabilidade do tema, leituras dirigidas, organização de dados bibliográficos, escrita adequada para a área do conhecimento e dentre outros.

Vale ressaltar que a leitura é primordial para a escolha e definição de um trabalho científico, pois, durante a nossa prática temos constatado que nem sempre é o primeiro passo que o acadêmico busca para desenvolver seus trabalhos, alguns até faz leitura, mas apresenta grande dificuldade de interpretação do

contexto lido, o que dificulta para começar ou até mesmo prosseguir os trabalhos do curso.

Então, na perspectiva de realizar um trabalho com qualidade envolve vários fatores, bem como, orientações aos acadêmicos para que possam sentir-se seguros e determinados tanto para a questão escrita quanto a oralidade, já que não é apenas escrever, mas requer uma apresentação oral, situação essa que tem contribuído para a desistência de muitos acadêmicos.

Um fato evidenciado e muito comum no decorrer do trabalho de conclusão de curso dos acadêmicos é a falta de conhecimento das normas e técnicas, sendo assim, identificamos que acadêmicos nos últimos períodos têm e teve dificuldades em fazer as citações. Já que “o pesquisador deve citar em seu trabalho a autoridade em que se baseia cada afirmação, opinião ou fato. Qualquer omissão pode tirar o mérito ou seriedade da investigação”. (RODRIGUES, 2008, p. 36). Tendo em consequência disso, o plágio.

Portanto, o professor deve propor aos acadêmicos e universitários constantemente a produção de trabalhos científicos, fazendo exigências quanto à relevância científica e social, dando suporte necessário para tal elaboração.

Considerações finais

Esta pesquisa teve um intuito de relatar as experiências vivenciadas na prática frente o processo de orientação da elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) dentre outros, e para não finalizar fica tantas outras inquietações que podem ser constatada no mundo acadêmico e algumas reflexões que podem ser levantadas a fim de promover uma prática educacional da disciplina de metodologia científica, não apenas, um elemento curricular, mas primordial no percurso das

atividades acadêmicas. Em que cada docente, possa refletir e desenvolver produções que enriqueça e colabore diante as orientações e indagações que esses acadêmicos enfrentam ao delinear suas leituras e escritas.

Portanto, a disciplina de metodologia científica deve ser vista e entendida pelos acadêmicos que é a base para a organização e elaboração de qualquer trabalho ou assunto a que for desenvolvido dentro ou fora da academia.

Contudo, acreditamos que por mais que exista um amplo campo de pesquisas científicas no nosso país, cada profissional da área de educação deve trabalhar o desenvolvimento de produções científicas continuamente e sempre buscar novos conhecimentos para assegurar pesquisas de qualidade fomentando nas universidades, nas academias, nas escolas, e outros meios de comunicação à disseminação do saber científico, com a mediação do professor.

Referências

BARBOSA, S.M. **A formação do pesquisador na graduação: análise das principais obras de metodologia do trabalho científico**. 2007. 119f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.

DEMO, P. **Desafios modernos de educação**, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RODRIGUES, M. L. F.; LIMA, M. H. T. F.; GARCIA, M. J. O. **A normalização no contexto da comunicação científica**. Perspect. Cienc. Inf., Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 137-146, jul./dez. 1998.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. **Como referenciar e citar segundo o Estilo Vancouver**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, 2008.

MERTTEN, Kahlmeyer, Roberto S.{ET AL.}. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Linguagem e métodos. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MOTIVAÇÃO DO TRABALHADOR BANCÁRIO: ESTUDO DE CASO EM UM BANCO PÚBLICO

Rosana Rodrigues Barbosa¹⁴
Joareis Fernandes de Azevedo¹⁵
Jussilaine Luzia Lyra Guimarães¹⁶
Geraldo da Silva Correia¹⁷

Introdução

O mundo está passando por intensas mudanças nas esferas política, econômica, social e humana. A globalização tem causado transformações importantes nas relações sociais, em que se incluem as modificações na força de trabalho e na reorganização do mercado mundial. Estas mudanças estão provocando a renovação do modelo de gestão, principalmente na gestão de pessoas (TACHIZAWA et. al. 2006; TAVARES, 2010; DUTRA, 2013).

É notório que as organizações estão buscando cada vez mais ser um diferencial quanto à satisfação, conquista e retenção das pessoas, obtendo resultados positivos quando são aproveitadas as habilidades humanas mais refinadas, proporcionando um ambiente que os incentive a desenvolver suas capacidades (DAVIS E NEWSTROM, 2004).

¹⁴ Acadêmica do 8º período do curso de Administração da UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia. *E-mail*: rosanabarbosa.bela@hotmail.com.

¹⁵ Docente da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, vinculado ao Departamento Acadêmico de Administração de Cacoal.

¹⁶ Professora Substituta da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Departamento Acadêmico de Administração de Cacoal.

¹⁷ Docente da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis de Cacoal.

Um exemplo mais conhecido mundialmente de organização é o Laboratório Sabin, que no ano de 2015 recebeu o “Prêmio Ser Humano 2015”, concedido por ser uma das organizações que mais integram pessoas para formar equipe de alto desempenho. Com 30 anos de atividade no setor de serviços em saúde, o Laboratório Sabin procura manter as práticas de desenvolvimento de funcionários que conseguem atingir aspectos sociais, de autoestima e, principalmente, de autorrealização (RBA. REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO, 2015).

Teorias explicam que a realização, com excelência ou não, das atividades provém da satisfação das pessoas com o ambiente em que trabalham e com as tarefas que realizam (DAVIS E NEWSTROM, 2004). Embora as novas teorias indiquem a importância de se valorizar os indivíduos nas organizações, a motivação humana para o trabalho permanece ainda como um dos grandes desafios dentro da realidade organizacional.

Uma pesquisa realizada em 2013 com trabalhadores de diversas empresas públicas e privadas, com o intuito de identificar a percepção deles sobre o que faz de uma empresa um excelente lugar para se trabalhar demonstrou, que a maioria considera uma empresa melhor para se trabalhar quando está satisfeito e motivado (51,1%), e quando há aprendizagem e desenvolvimento (25%). A pesquisa revelou também que o nível de satisfação e motivação é menor no setor público (GUIA VOCÊ S.A, 2013).

Neste sentido, torna-se necessário a adoção de uma gestão de pessoas modelada em princípios que atendam não só aos interesses e expectativas da pessoa, mas também da empresa, propiciando assim uma relação produtiva entre ambos (TAVARES, 2010; DUTRA, 2013). Considerando essa conjuntura, a pesquisa buscará responder **quais fatores organizacionais influenciam na motivação dos**

funcionários de um Banco Público situado em Cacoal e Pimenta Bueno?

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os fatores organizacionais que influenciam na motivação dos funcionários de um banco público de capital misto. Já os específicos: descrever como o setor de recursos humanos trabalha os aspectos motivacionais de seus funcionários, identificar os principais fatores que influenciam na motivação dos funcionários e verificar fatores de desmotivação dos funcionários.

A realização deste estudo se justifica pela importância de recursos humanos em uma organização para eficácia da realização de sua missão. Por isso, verificar a percepção dos funcionários em relação à motivação se torna relevante, pois os efeitos da falta de motivação no trabalho podem gerar graves problemas tanto para as organizações quanto para as pessoas. Em relação aos locais de trabalho pode haver perdas de seus padrões de qualidade na prestação de serviços, pela falta de comprometimento e fraco desempenho, já em relação aos trabalhadores, as consequências negativas estão ligadas à saúde física e mental, ao estresse e ao absenteísmo (TAVARES, 2010; ZACCA, 2011).

Nehme (2005) esclarece que esses casos vêm aumentando nos bancos, tendo como principais causas: infraestrutura inadequada, aumento da carga de trabalho e pressão por resultados. O estresse também é um dos grandes inimigos da motivação e da produtividade (PIRES, 1996).

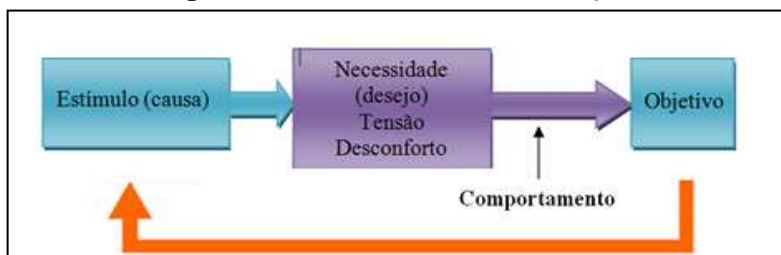
Motivação: aspectos gerais

Vários são os conceitos sobre motivação, no ponto de vista dos estudiosos que analisam a motivação no ambiente de trabalho defendem a ideia que a motivação é um fator interno que influencia o comportamento das pessoas. As pessoas são

motivadas por necessidades humanas e alcançam suas satisfações por meio dos grupos sociais com que interagem (VERGARA, 2000; CHIAVENATO 2003).

Para Bergamini (2010, p. 30) “a motivação é um processo intrínseco ao indivíduo, que o impulsiona, que o leva a atuar, a comportar-se de determinada maneira em direção ao mundo exterior”. Pode-se compreender, que quando se refere a recursos humanos, faz a alusão a uma série de ações que buscam criar e manter alto estado de ânimo das pessoas. Ao dizer que um grupo está ou não motivado, na realidade está avaliando os resultados do processo de motivação (TOLEDO, 1992, p. 38).

Figura 1- Modelo básico de motivação



Fonte: Chiavenato (1995)

Chiavenato (1995), explica no modelo, que a motivação inicia-se com um estímulo, gerando uma necessidade, provocando um comportamento para atingir um objetivo. Se o comportamento for eficaz, o indivíduo ficará satisfeito em relação àquela necessidade. Caso esta necessidade não seja satisfeita, a pessoa pode ficar frustrada e tensa, o que pode ocasionar diversos tipos de comportamentos, como agressividade, descontentamento, apatia, indiferença. Em outros casos, essa necessidade pode ser transferida ou compensada, ou seja, a satisfação de outra necessidade pode compensar a não satisfação da anterior.

Portanto não há uma teoria que garanta a motivação, pois supor que os mesmos estímulos causam as mesmas reações em todos os colaboradores é menosprezar sua individualidade.

Motivação e desempenho humano

A motivação é um componente importante na gestão de pessoas, é ela quem irá determinar os níveis de desempenho pessoal e profissional obtidos. Na organização, está diretamente relacionada com sentimento de pertença, produtividade e valorização, atribuídas interna e externamente (TAVARES, 2010).

O processo motivacional é inerente a todo ser humano, é algo comum a todo ser humano ter a conduta de buscar atender às suas carências (BERGAMINI, 1988, p. 29). Os incentivos como "prêmios" esperados para os quais os motivos se dirigem não devem limitar-se a prêmios financeiros, como maiores salários ou gratificações, mas também prêmios intangíveis como elogios, reconhecimento ou poder (TAVARES, 2010). É muito importante o papel do colaborador dentro da organização. Por isso é imprescindível que existam fatores dentro de seu ambiente de trabalho que lhe tragam estímulo para um bom desempenho

Teorias clássicas sobre motivação de conteúdo estático e de processo

A hierarquia das necessidades segundo Maslow

Maslow formulou uma teoria da motivação com base no conceito de hierarquia de necessidades que influenciam o comportamento humano. À medida que o homem satisfaz suas necessidades básicas outras mais elevadas assumem o predomínio

do seu comportamento. (CHIAVENATO, 1995). Maslow classificou as necessidades em inferiores (as fisiológicas e de segurança) e em superiores (as sociais, de estima e de auto-realização), conforme características abaixo (PEREZ-RAMOS, 1990, p. 128):

- a) Necessidades fisiológicas – respondem à finalidade de manter a homeostase do organismo, sendo sua satisfação indispensável à sobrevivência do indivíduo;
- b) Necessidades de segurança – compreendem o desejo de proteger-se contra o perigo, a ameaça e a privação, tanto em relação ao indivíduo como de sua família;
- c) Necessidades sociais – referem-se ao desejo de pertencer, de formar parte, de participar, de ser aceito pelos outros, de dar e receber afeto e amizade;
- d) Necessidades de estima - traduzem o desejo do indivíduo de destacar-se no grupo do qual participa e de ser prestigiado pelos demais;
- e) Necessidades de auto-realização – incluem o desejo de crescimento psicológico, de aprimoramento das capacidades pessoais e de excelência nas realizações, constituindo assim, um desafio permanente na vida do indivíduo.

Foram feitas tentativas no sentido de relacionar a teoria de Maslow com as exigências de funcionários dentro do ambiente de trabalho, constataram que as necessidades fisiológicas seriam as ligadas a salário e benefícios. As necessidades de segurança estariam vinculadas a segurança no trabalho, auxílio doença, planos de previdência, proteção contra injustiças. As necessidades sociais, ligadas à participação, amizade e prestatividade a colegas

de trabalhos e superiores. As de autoestima podem ser satisfeitas pelo reconhecimento e elogio por parte dos superiores. As necessidades de autorrealização podem ser atingidas quando se proporcionam trabalho gratificante e interessante, nos quais as habilidades são mais usadas de maneira ampla, com maior complexidade.

Teoria dos dois fatores de Herzberg

Frederick Herzberg desenvolveu várias pesquisas nos anos de 1960 e formulou a teoria dos dois fatores que permitiu fazer suposições fundamentais para compreender o comportamento dos funcionários nas organizações por meio de estudos dos fatores intrínsecos e extrínsecos. Segundo Perez-Ramos (1990, p.129):

Os fatores de ordem intrínseca, denominados “motivadores”, incluem variáveis de caráter mais pessoal, como as de realização, reconhecimento, sentido de responsabilidade, atração e desafio do próprio trabalho, possibilidade de progresso e crescimento psicológico. Os fatores extrínsecos são chamados “fatores de higiene”, porque incluem aspectos de natureza preventiva e ambiental, não relacionados diretamente com a tarefa ou trabalho em si mesmo. São elas as normas administrativas, os sistemas de salários, o relacionamento entre os membros da organização, os estilos de supervisão, entre outros.

Conforme Motta e Vasconcelos (2006) “o atendimento das necessidades básicas dos indivíduos é condição necessária, mas não suficiente, para a manutenção de boa produtividade no

trabalho”. Herzberg trata dos fatores higiênicos de satisfação, condições mínimas de trabalho que um indivíduo deve ter para satisfazer suas necessidades básicas de segurança e de inserção social (GALHANAS, 2009). Para Chiavenato (1994, p. 72), os fatores higiênicos são chamados “[...] fatores insatisfacientes, uma vez que sua influência sobre o comportamento não consegue elevar substancial e duradouramente a satisfação”.

Maitlan (2000, p. 9) afirma que um ambiente de trabalho saudável e seguro, por si só, não irá motivar os funcionários a trabalharem com maior desempenho, porém deixa-os satisfeitos o bastante para que outros fatores possam motivá-los, todavia se as condições de trabalho geram insatisfação, as pessoas tendem a desmotivar. Em contrapartida, os fatores motivacionais ou intrínsecos estão relacionados ao aprendizado e à realização do potencial humano no trabalho.

Quadro 1: Comparativo da teoria dos dois fatores de Herzberg

FATORES HIGIÊNICOS	FATORES MOTIVACIONAIS
Condição de trabalho	O trabalho em si
Pagamento	Responsabilidade
Segurança no trabalho	Senso de realização
Relações no trabalho	Reconhecimento
Práticas de supervisão e administração	Perspectivas de evolução
Políticas e administração da empresa	

Fonte: Adaptado de Maitlan (2000, p. 10)

Herzberg sugere a ênfase nos fatores associados com o trabalho em si ou com os resultados diretos dele, como chances de promoção, oportunidades de crescimento pessoal, reconhecimento, responsabilidade e realização (PEREZ-RAMOS, 1990; MAITLAN, 2000). Um ponto importante da teoria de

Herzberg é o fato de ter aplicação prática no ambiente de trabalho, por ser exposta de maneira simples e sistemática, sendo compreensível a maioria dos gestores das organizações.

A teoria das expectativas de Vroom

O modelo contingencial proposto por Victor H. Vroom mostra que “a motivação para o desempenho que um indivíduo possui apoia-se na antecipação que ele faz de eventos futuros” (LOBOS, 1975). O processo motivacional é desenvolvido conforme as percepções que o indivíduo tem da relação entre os esforços que conscientemente estima que deve realizar para alcançar um determinado objetivo, ou meta, e o valor que lhes atribui (ROBBINS 2005; PEREZ-RAMOS, 1990).

A teoria de Vroom (1997) sobre a motivação embasa e direciona o administrador para compreender e identificar quais fatores motivam as pessoas nas organizações, norteados a ação dos funcionários para alcance de tão desejada qualidade de produtos e serviços. É um produto dos três fatores identificados na teoria, apresentados na seguinte fórmula: $\text{Motivação} = \text{Valência} \times \text{Expectativa} \times \text{Instrumentalidade}$, sendo que nenhum dos fatores pode estar ausente. É o conjunto desses elementos que determina o grau de motivação de uma pessoa para o trabalho.

a) do atrativo (valência) de certas recompensas ou "resultados" que advêm de tal desempenho; b) das percepções que se tem da força que apresenta a relação entre o desempenho e a ocorrência dos “resultados” (Instrumentalidade); c) da percepção do vínculo que existe entre o esforço orientado para o desempenho e o subsequente desempenho efetivo (expectativa). Estima-se, ademais, que quanto maiores forem a

valência dos "resultados", a instrumentalidade e as expectativas, maior será a motivação que o indivíduo tem no que diz respeito a manter seu desempenho a um determinado nível. (LOBOS, 1975)

Em outras palavras, se uma pessoa pensa que tem possibilidade de executar uma determinada tarefa (Instrumentalidade) e que sua efetiva realização poderá levá-la a alcançar uma meta desejada (expectância), à qual atribui grande valor (valência), pode-se afirmar que essa pessoa está bastante motivada (PEREZ-RAMOS, 1990; VIEIRA, 2006).

No entanto se o desejo não for acessível para a pessoa, há então pouca probabilidade dessa pessoa trabalhar com mais afinco, logo não se sentirá motivada (MAITLAN, 2000). A teoria das expectativas pode ser utilizada para prever as condições sob as quais o salário motiva os empregados, pois a teoria indica em princípio, que o salário é um fator motivacional quando possui valor positivo; é percebido como dependente de um alto desempenho; o esforço desenvolvido para alcançá-lo é percebido como determinante de um alto desempenho.

Evidentemente, também pode ocorrer que um alto desempenho provoque outros resultados de valor negativo (por exemplo, cansaço, atritos entre grupos, ausência de interação social, etc) ou evite a ocorrência de outros resultados de valor positivo (por exemplo, orgulho derivado da boa qualidade do trabalho). Logo, a teoria das expectativas especifica apenas as condições sob as quais o salário possa contribuir na motivação para se obter um alto desempenho (LOBO, 1975).

O modelo proposto por Vroom foi desenvolvido por Lawler III que o relacionou com o dinheiro. Lawler III (1997, p. 138) corrobora a respeito de sistemas de recompensas que as recompensas extrínsecas, tais como salário e promoções podem

desempenhar papel muito importante em influenciar a motivação. O dinheiro permitiria a satisfação das necessidades descritas por Maslow e o indivíduo se dedicaria a obter um bom desempenho para obter o dinheiro e conseqüentemente teria condições de realizar-se profissionalmente.

Procedimentos metodológicos

Neste artigo foi utilizada a pesquisa descritiva, pois “expõe características de determinada população ou de fenômeno (VERGARA, 1998). De acordo com Prodanov e Freitas (2013) é quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Também é uma pesquisa bibliográfica porque foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações sobre o assunto-tema. E de campo, pois foram coletados dados em campo, ou seja, coletados dados no local que se realizou a pesquisa (ANDRADE, 1995; VERGARA, 2006).

Quanto ao método, a pesquisa se configura no dedutivo, pois segundo Marconi e Lakatos (2003) têm suas proposições enfocadas na situação geral para explicar as particularidades e chegar às conclusões. Foi empregada a abordagem qualitativa que segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa possuiu uma relação entre o indivíduo e o ambiente pesquisado e a interpretação dos resultados obtidos em seu processo são básicos. E também a pesquisa quantitativa que considera tudo o que pode ser calculado.

Quanto às técnicas da coleta de dados, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, feita a partir de documentos já publicados sobre o assunto, tais como em jornais, livros, revistas, além de publicações de artigos, teses e dissertações. Pesquisa documental, pois foram utilizados documentos internos da organização, que segundo Prodanov e Freitas (2013) são documentos de segunda

mão os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

Houve a pesquisa de campo, especificamente um estudo de caso, que segundo Freitas e Prodanov (2013) consiste em “coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”. No que se refere aos instrumentos, para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados questionários, já que é uma técnica onde há uma série de questões, cujas respostas devem ser preenchidas pessoalmente pelos informantes (FACHIN, 2003).

O questionário contou com 17 perguntas, sendo 16 perguntas fechadas e 1 aberta. O público alvo da pesquisa foi um Banco Público de capita misto. Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistados 32 funcionários, sendo 24 funcionários da agência de Cacoal e 8 da agência de Pimenta Bueno.

A análise dos dados foi feita utilizando a ferramenta Excel e Word onde a pesquisadora tabulou os dados obtidos, gerando gráficos e porcentagens. A pesquisa cumpriu todos os aspectos éticos para a coleta de dados, onde os participantes não foram identificados. Seguiu o manual de elaboração de artigo científico do curso de administração da Universidade Federal de Rondônia – UNIR (SILVA; NETO; QUINTINO; 2010). Para uma maior facilidade na análise dos resultados as agências serão identificadas como agência A para representar Cacoal e agência B para representar Pimenta Bueno.

Resultados da pesquisa

Perfil dos participantes

A pesquisa foi aplicada no mês de maio e junho de 2017 e contou inicialmente com 32 funcionários, no entanto com a aplicação do questionário houve a participação de 28 respondentes. O perfil dos funcionários da agência A revela que a maioria é homem, casados, com idade acima de 40 anos, entre 11 e 20 anos de trabalho, ocupantes de cargos de supervisor, gerente e técnico bancário, com bom nível de escolaridade (ensino superior, pós-graduação). Em relação ao perfil da agência B, são do sexo masculino, casados, idade entre 31 e 40, entre 1 e 5 anos de trabalho, com maior nível de escolaridade (pós-graduados).

Aspectos motivacionais

Galhanas (2009) afirma que as políticas de recursos humanos estão intimamente relacionadas com o nível de motivação dos funcionários. Quanto a isso o setor de recursos humanos do banco fornece um leque de programas para promover o bom desempenho e a motivação de seus empregados. Os gestores passaram a depender cada vez mais do grau de envolvimento, comprometimento e competência das pessoas com seus objetivos estratégicos e negócios (DUTRA, 2013).

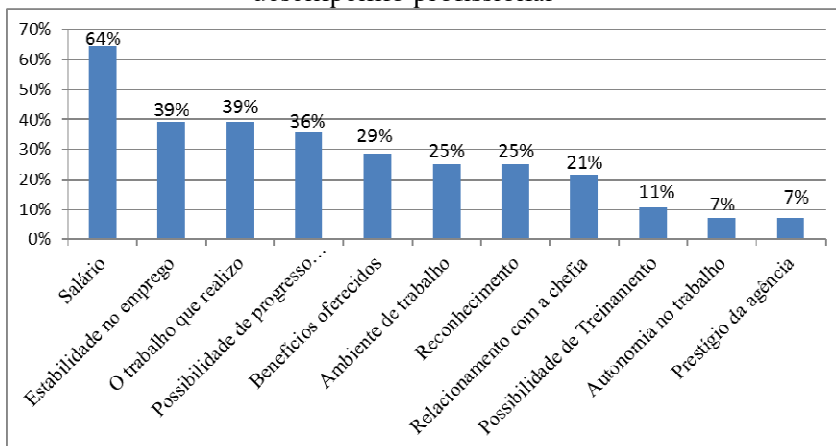
Pois um funcionário ao iniciar suas funções deve fazer diversos cursos de ensino à distância, que são obrigatórios para progressão funcional. Existem também outros cursos cujas certificações são exigíveis, previamente, para a participação em processos seletivos, exercício funcional, movimentações e em programas educacionais (aprimoramento de idiomas, ensino superior e pós-graduação).

Nas suas dimensões sociais promove diversos propósitos: contribui na formação de novos líderes, aperfeiçoa o plano de cargos, carreiras e salários e uma política de avaliação, voltados para o pleno desenvolvimento da carreira das pessoas e às necessidades da organização, atualmente está em processo o novo plano de cargos e salários que será aprovado em 2018. Além de intensificar o programa de qualidade de vida voltado para o bem-estar, por meio da prática de ginástica laboral. A matriz também divulga textos informativos, campanhas e filmes, pela intranet e TV digital, buscando sensibilizar e despertar a consciência dos empregados tanto para a prevenção de doenças ocupacionais e não ocupacionais como para o que diz respeito à ergonomia e segurança no trabalho.

Análise do questionário aplicado aos funcionários

De acordo com a percepção dos funcionários das agências, os principais fatores que os influenciam a ter um bom desempenho é o salário (64%), seguido de estabilidade no emprego (39%), o trabalho que realizam (39%) e a possibilidade de progresso profissional (36%). Esses dados corroboram com a teoria de Vroom (1997) que foi posteriormente desenvolvida por Lawler III (1997) onde salienta que o salário e promoções podem desempenhar papel muito importante em influenciar a motivação.

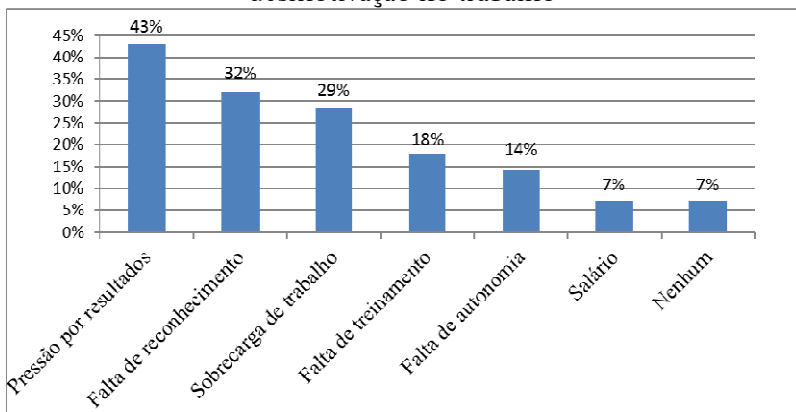
Gráfico 1: Principais fatores de motivação para um bom desempenho profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O dinheiro permite a satisfação das necessidades descritas por Maslow fazendo com que indivíduo se esforça para ter um bom desempenho para obter o dinheiro. A pesquisa também indica que não só o salário motiva, mas o que o trabalho lhes proporciona em si mesmos (estabilidade no emprego, o trabalho que realizo e possibilidade de progresso profissional) (PEREZ-RAMOS, 1990; MAITLAN, 2000).

Gráfico 2: Principais fatores que geram mais desmotivação no trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Pesquisas como Nehme (2005) e Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo em 2011, esclareceram que o estresse está aumentando nos bancos devido ao aumento da carga de trabalho e pressão por resultados, e Pires (1996) afirma que o estresse é um dos grandes inimigos da motivação. Os dados continuam a corroborar o que os autores enfatizaram anos atrás, pois pressão por resultados é um dos fatores que mais desmotivam (43%), seguido de falta de reconhecimento (32%), sobrecarga de trabalho (29%), falta de treinamento (18%), falta de autonomia (14%) e o salário (7%).

Considerações finais

O tema resultou numa análise dos fatores motivacionais que influenciam no desempenho dos funcionários de duas agências de um banco público, descrevendo como o setor de recursos humanos trabalha os aspectos motivacionais, com a identificação dos principais fatores que acarreta na motivação e na

desmotivação dos funcionários. O referencial teórico tem a participação de autores que corroboraram com suas obras, de forma relevante para a pesquisa, embasada na teoria de Herzberg (1997) e Vroom (1997).

Observou-se que todos os objetivos foram alcançados, pois se verificou que o banco fornece um leque de programas para promover o bom desempenho e a motivação. Como a possibilidade de progresso profissional, por meio de cursos de ensino à distância, que são obrigatórios para progressão funcional; de programas educacionais, onde são pagos cursos para o aprimoramento de idiomas, ensino superior e pós-graduação, cursos estes diretamente vinculados aos negócios do banco, como forma de elevar o seu grau de qualificação.

Na percepção dos funcionários das agências, 64% acreditam que o salário é um dos principais fatores que os influenciam a ter um bom desempenho, a pesquisa demonstra que o salário por si só não motiva, mas também a estabilidade no emprego, o trabalho que realizam e a possibilidade de progresso profissional. Logo é importante salientar que as necessidades e os anseios variam de pessoa para pessoa em função dos seus objetivos pessoais, sendo o significado dado a cada ação relacionado à escala pessoal de valores. Percebe-se que esses funcionários valorizam a recompensa pecuniária e o trabalho que fazem e querem progredir profissionalmente, fatores estes de crucial importância para o alcance dos objetivos do banco público.

Quanto aos fatores desmotivadores, 43% responderam que sofrem pressão por resultados e é um dos fatores que mais desmotivam, seguido de falta de reconhecimento e sobrecarga de trabalho. Pelo resultado obtido pode haver perdas de seus padrões de qualidade na prestação de serviços, e comprometer a saúde física e mental desses funcionários. A falta de reconhecimento gera desânimo, fazendo com que a tarefa seja executada de

qualquer maneira, aumentando o nível de desvalorização do trabalho.

Sugere-se um melhor *feedback* entre a matriz e os funcionários das agências para que compreendam o real impacto das suas políticas de recursos humanos nos trabalhadores, para assim, criar estímulos que atendam aos seus reais anseios, pois os funcionários possuem necessidades diferentes. É interessante compreender o que é importante para cada um deles, isso vai permitir a individualização das metas, dos níveis de envolvimento e as recompensas, no sentido de alinhá-los com as necessidades individuais.

Esta pesquisa oferece as limitações para a generalização em outras organizações e ambientes diferentes dos quais foi conduzida. Além disso, a pesquisa foi aplicada apenas em duas agências da empresa pública, não permitindo uma maior abrangência. Recomenda-se para trabalhos futuros também uma nova pesquisa na instituição em estudo, já que serão implantadas novas estratégias de gestão de pessoas em 2018, objetivando comparar os impactos na motivação desses funcionários com essas novas estratégias.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo, Atlas, 1988.

_____. BERALDO, Deobel Garcia Ramos. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho**. São Paulo: Pioneira Thomson, v. 2, 2004.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas**. 1ª ed. – 12 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**, 4 ed. São Paulo, Saraiva, 2003.

GALHANAS, Carla Regina Gouveia. **A Motivação dos Recursos Humanos nos Novos Modelos de Gestão da Administração Pública**. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/104005.5/1757>>. Acesso em 08 abr.2017.

GUIA 2013 VOCÊ S/A. **As melhores Empresas para Você Trabalhar**. São Paulo. Setembro, 2013. Disponível em <<https://issuu.com/exame/docs/voce-mecc>>. Acesso em 10 mai. 2017.

HERZBERG, F. Mais **uma vez: como motivar seus funcionários**. In: **Gestão de pessoas, não de pessoal**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LAWLER III, Edward E. **Motivação nas organizações de trabalho** In: BERGAMINI, C., CODA; R. (Org.). **Psicodinâmica da vida organizacional – Motivação e liderança**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LOBOS, Julio. **Teorias sobre Administração no Trabalho**. Ver. Adm. de Empres. São Paulo, v. 15 n. 2, p. 17-25, abril 1975. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S0034-75901975000200002>. Acesso em 06 abr. 2017.

MAITLAN, Iain. **Como Motivar Pessoas**. Tradução Pedro Marcelo Sá de Oliveira e Giorgio Cappelli- São Paulo: Nobel, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia científica**. 5. Ed. Atlas: São Paulo, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral de Administração**. 3.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

NEHME, F. R. (2008) **LER Cresce entre Bancários da Região**. Disponível em: <<http://www.sindicatomercosul.com.br>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

PEREZ-RAMOS, Juan. **Motivação no trabalho: abordagens teóricas. Psicol. USP**, São Paulo, v.1, n. 2, p. 127-140, dez. 1990, v.1, n. 2, p.127-140. Disponível em: <http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200004&lng=pt&nr m=iso> Acesso em 23 fev. 2016

PIRES, Wanderley Ribeiro. **Qualidade de vida**. 2ª Ed. Cartgraf, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RBA. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília: CFA, HSM, Ed. 109, novembro/dezembro 2015.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SILVA; Adriano Camiloto; NETO, Diogo Gonzaga Torres; Quintino, Simone Marçal. **Manual do artigo científico do curso de administração**. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Com Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**, 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TAVARES, Maria Serafina Rocha Alves. **Motivação e desempenho dos funcionários da Administração Pública Cabo-Verdiana Actual**. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, 2010, Lisboa. Disponível em <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/182>>. Acesso em 09 set. 2016

TOLEDO, Flávio. **Administração de pessoal: desenvolvimento de recursos humanos**, 8 ed. São Paulo, Atlas.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Maria Irene Marques. **Motivação profissional e expectativas de liderança dos docentes**. Dissertação de Mestrado Aveiro: Universidade de Aveiro, 2006. Disponível em <<http://ria.ua.pt/handle/10773/3342>>. Acesso em 08 de abr. 2017.

VROOM, Victor Harold. **Gestão de pessoas, não de pessoal:** os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ZACCA, Cristiano Nessi. **Motivação no emprego público:** um estudo de caso numa empresa pública do setor bancário. Pós-graduação em Administração Pública Contemporânea. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <<http://www.lume.ufrg.br/handle/10183/70060>>. Acesso em 20 de set. 2016.

O QUE SE DISCUTE SOBRE TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY* NA GESTÃO DO SETOR PLURAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ENTRE 2000 E 2016

Alexandre de Freitas Carneiro¹⁸

Laíza Sampaio Geremia¹⁹

Elder Goles Ramos²⁰

Carlaile Largura do Vale²¹

Introdução

As entidades que compõem o terceiro setor desempenham um papel de cunho social, econômico e político e atuam de forma relevante para o desenvolvimento de países ainda considerados em desenvolvimento (PORTULHAK *et al.*, 2017). Tendo em vista as inúmeras dificuldades encontradas pelo Estado em solucionar alguns problemas, o terceiro setor se originou quando se questiona o papel ineficiente do Estado em relação ao bem comum da sociedade e assegurar os direitos sociais em um ambiente em que há uma aceleração no aumento dos problemas sociais devido às relações de exploração do atual modelo econômico, presente vários países, e em muitos deles, um crescimento da miséria, concentração de renda, desemprego,

¹⁸ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis de Vilhena.

¹⁹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis da UNIR/Vilhena.

²⁰ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis de Vilhena.

²¹ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Engenharia de Produção de Cacoal. Membro do grupo de pesquisa GEPAC.

entre outras características (HSU; ROJO; SILVA, 2015; ARAUJO *et al.*, 2015).

As organizações que compõem o terceiro setor são entidades que não têm como finalidade o lucro, seu objetivo principal é o social. Para se manter em suas atividades, necessitam de captar recursos para o início ou a continuação de seus projetos e, tais fundos, utilizam como principal recurso estratégico a prestação de contas.

De acordo com Mintzberg (2015), o terceiro setor é uma peça primordial para o equilíbrio da sociedade, pois a sociedade sempre buscou os extremos de cada ponta, esquerda *versus* direita, como por exemplo, comunismo *versus* capitalismo e nacionalização *versus* privatização, dois pontos distintos buscando as extremidades. Além disso, dessa importância social, justifica-se o estudo porque estas organizações precisam mostrar credibilidade, por meio de prestação de contas com transparência para os *stakeholders*, referentes aos seus projetos e atividades desenvolvidas. Devem demonstrar de forma ética e transparente a aplicação dos recursos obtidos, mantendo a espontânea e clara relação dessas entidades com o setor público e a sociedade em geral, tendo em vista que, a transparência evidenciada por elas demonstram, verdadeiramente, seus objetivos, o que contribui para manter a credibilidade junto aos seus doadores (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011).

Neste contexto, o problema de pesquisa é: O que se discute sobre transparência e *accountability* na gestão das organizações do terceiro setor entre os anos de 2000 e 2016? Portanto, o objetivo é analisar as discussões sobre transparência e *accountability* na gestão das organizações do terceiro setor por meio do método bibliométrico, do tipo revisão integrativa, em duas bases de dados científicas.

Caracterização do terceiro setor (setor plural)

Nos Estados Unidos, o terceiro setor surgiu com a visão social de organizações sem fins lucrativos, com proibição de fazer a divisão do *superávit* ao final do período, pois essas entidades não têm finalidade lucrativa, e sim, prestar serviços sociais. Esse setor engloba vários tipos de organizações sem fins lucrativos e, no Brasil, uma das principais formas de atuação desse setor é composta pelas Organizações Não-Governamentais (ONG) (MAÑAS; MEDEIROS, 2012).

O terceiro setor tem como seu papel principal voltado para práticas sociais e buscar preencher as lacunas que de alguma forma o primeiro e o segundo setor não conseguem preencher, pois o terceiro setor desempenha o papel de supridor das necessidades de uma parcela da sociedade, carente de assistência social, educacional e cultural, não suficientemente satisfeitas pelo Estado (OLIVEIRA *et al.*, 2008). O primeiro setor é o Estado que tem como finalidade a atender as demandas públicas como: saúde, educação e segurança e proporcionar o bem estar para toda a sociedade, cujas atividades são mantidas através de arrecadação tributária, entre outras receitas. O segundo setor é composto pelo mercado que tem como finalidade principal o lucro. E no escopo desta pesquisa, o terceiro setor que é caracterizado pelas instituições de caráter privado, com a finalidade principal o bem estar social (SOUZA, 2012).

Mintzberg (2015) sugere que se evite usar o termo “terceiro setor” e propõe que se use o termo “setor plural” para classificar as atividades que ocorrem nesse segmento. A justificativa deste autor, o uso deste termo ocorre por causa da variedade de associações do setor, bem como a pluralidade de suas associações e propriedade. Outra razão é porque há um conjunto de rótulos infelizes com qual tem sido identificado o “terceiro

setor”: é como se fosse uma terceira categoria, uma reflexão tardia, pois na sociedade civil é o rótulo mais antigo e mais confuso, mal conseguindo descrever suas finalidades. Deve-se evitar também usar o conhecido termo “setor voluntário”, como se esse fosse um trabalho informal.

Para Portulhak, Delay e Pacheco (2015), o terceiro setor caracteriza-se por um conjunto de organizações que se apresentam como alternativa às desvantagens apresentadas pelo mercado e pela burocracia do governo, proporcionando maior flexibilidade e eficiência ao mercado com a previsibilidade da burocracia pública. Segundo Salamon (1997 apud MAZZIONI; SCHULZ; KLANN, 2014), as organizações sem fins lucrativos têm a capacidade de reforçar a sociedade civil por seu papel de guardiãs dos valores, pela prestação de serviços, devendo constituir-se no “centro” da sociedade.

Estas organizações surgem diante da impossibilidade do estado em solucionar tais problemas, ou seja, para tentar preencher as lacunas encontradas na sociedade. Neste contexto, as organizações do terceiro setor fornecem acesso à saúde, educação, além de desenvolver ações de combate à pobreza, a violência e a corrupção. Estas organizações são diariamente submedidas a implantação de novos projetos (TONDOLO; BITENCOURT; TONDOLO, 2016).

Tais entidades recebem recursos financeiros e não financeiros de diferentes grupos de interesse nas esferas pública e privada, da sociedade e do governo, em níveis federais, estaduais e municipais, como benefícios fiscais previstos pela legislação, os quais exigem a prestação de contas de forma transparente e adequada. Para atender a essa exigência, faz-se necessário um apropriado sistema de planejamento, controle e *accountability*, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisões e prestação de contas (CASTRO *et al.*, 2014).

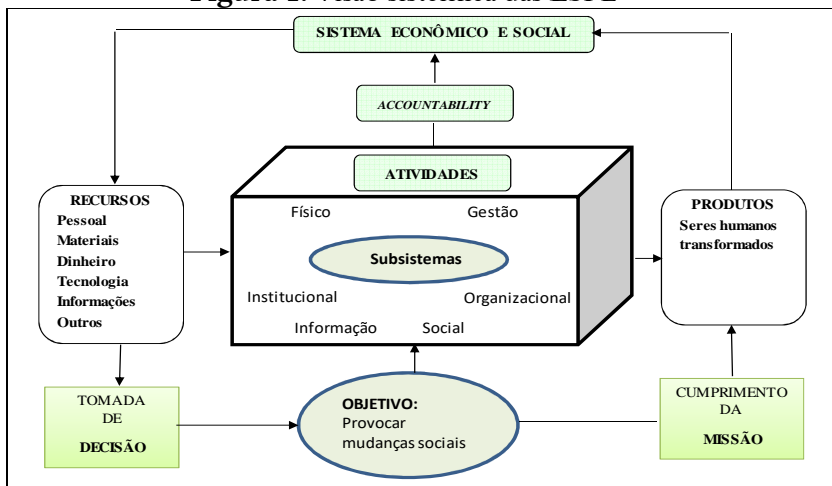
As entidades do terceiro setor têm o papel de programar na sociedade um novo propósito de se manifestar, de modo que consiga provocar mudanças sociais. Para que se consiga realizar essa mudança, é necessário que as entidades desenvolvam projetos, com origem de recursos obtidos no sistema econômico social. E, em resumo, os recursos, as atividades, os processos e os produtos são partes integrantes de um conjunto para a consecução de um objetivo social (OLAK; NASCIMENTO, 2008).

***Accountability* e transparência pública**

Para Olak e Nascimento (2008), as organizações do terceiro setor têm caracterizado três elementos para uma postura gerencial e de controle aplicado às entidades sem fins lucrativos: transparência (*accountability*), relatórios de avaliação (desempenhos) e instrumentos de comunicação (relatórios contábeis). Muitas destas organizações surgiram por iniciativas de pessoas que não tem o domínio e o conhecimento no uso de administração que, por consequências, têm inúmeras dificuldades de fazer uso das ferramentas disponíveis da contabilidade gerencial (MARIO *et al.*, 2013).

O uso da transparência da organização do terceiro setor é uma ferramenta importante, pois estará fazendo uso da *accountability*, termo este que vem sendo muito estudado dentro das gestão pública (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011). A relação entre *accountability* e terceiro setor pode ser analisada com base na figura 1.

Figura 1: Visão sistêmica das ESFL



Fonte: Adaptação por Biudes *et al.* (2014) de Olak e Nascimento (2010).

Não há um consenso entre os autores sobre a definição de *accountability*. Para Santos, Peixe e Pereira (2016), seria o agir com responsabilidade, independente da posição social (político, burocrata ou cidadão). Quanto mais responsável for o ato em relação às suas ações, mais *accountable* ele será ante aos cidadãos que lá são representados pelos agentes públicos. Porém, pode-se destacar que a sociedade é que tem um papel importante no processo de implementação e materialização de seus mecanismos para recompensar os envolvidos no processo nos exercícios de seus cargos públicos (SACRAMENTO; PINHO, 2012).

Pesquisas demonstram que a transparência é relevante para as entidades sem fins lucrativos devido ao seu nível de doações recebidas, ou seja, quanto maior o número de informações prestadas e apresentadas pelas entidades, maior o nível de captação de recursos das entidades (ARAÚJO *et al.*, 2015). Isso demonstra o grau de importância da transparência

para aquelas entidades, as quais têm como característica as doações de empresas e de pessoas físicas. Na prestação de contas, a entidade demonstra em relatórios e demonstrativos contábeis a situação em que a empresa se encontra. Já o conceito de transparência é mais amplo que a simples obrigação de divulgar as informações (prestação de contas). A transparência busca trazer a informação tempestivamente de modo qualitativo e quantitativo detalhada, com informações de cunho financeiro e não financeiro de modo que todos os usuários da informação contábil venham a compreender (SILVA *et al.*, 2015).

A teoria de Slomski, Resende, Cruz e Olak

Slomski *et al.* (2012) apresentam uma sugestão de como devem ser elaboradas e apresadas as demonstrações contábeis, de maneira que possam ser utilizadas de forma útil por seus *stakeholders*. As demonstrações que são exigidas legalmente às entidades do terceiro setor estão dispostas na NBC TG 26 e são: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas. A teoria defendida por aqueles autores é que as organizações do terceiro setor devam elaborar e publicar o Balanço Orçamentário.

A proposta desses autores é de que, além das demonstrações exigidas legalmente, sejam também utilizados sistemas orçamentários nas entidades do terceiros setor, para que os as caraterísticas das informações contábeis sejam preservados, principalmente os de comparabilidade, pois ao se executar um sistema orçamentário é possível que se compare os recursos previstos com os executados. A justificativa dos autores para que se utilize da demonstração do Balanço Orçamentário, é que essas entidades recebem dotações públicas e benefícios fiscais e, por

conta disso, deveria ser uma preocupação dessas entidades a devida transparência e *accountability*.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada na pesquisa se classifica como uma abordagem qualitativa, e quanto aos seus objetivos se apresenta como um estudo exploratório e descritivo e, quanto ao método, se caracteriza como um estudo bibliométrico. Segundo Chueke e Amatucci (2015) e Silva *et al.* (2016), os estudos bibliométricos podem colaborar na tarefa de sistematizar as pesquisas realizadas num determinado campo de saber e endereçar problemas a serem investigados em pesquisa futuras, de forma a auxiliar nas próximas pesquisas ao se elaborar uma visão resumida e facilitar e indicar caminhos para novos estudos. Servem ainda para identificar tendências e o crescimento do conhecimento em uma área (VANTI, 2002).

A abordagem com referência aos seus objetivos caracteriza uma pesquisa exploratória, pois como explica Farias Filho e Arruda Filho (2013), qualitativa porque parte de uma visão e interpretação de fenômenos que não pode ser traduzida em números, e exploratória, por proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vista a torna-los explícitos. A coleta de dados foi realizada por meio de consulta na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), por meio de busca refinada com a utilização das palavras-chaves. As etapas da pesquisa estão apresentadas e resumidas no quadro 1. O período de coleta dos dados foi no dia 19 de Abril de 2017. De 14 artigos encontrados, um artigo foi encontrado nas duas bases de dados.

Quadro 1: Etapas da pesquisa

1. Problema de pesquisa:	O que se discute sobre transparência e <i>accountability</i> na gestão das organizações do terceiro setor entre os anos de 2000 até 2016?
2. Base de dados:	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i> (Spell); <i>Scientific Electronic Library Online</i> (Scielo).
3. Critérios de pesquisa, primeira etapa:	Processo de busca de publicações utilizando as palavras “Transparência”, “ <i>Accountability</i> ”, “Evidenciação”, “ <i>Disclosure</i> ”, “Terceiro Setor”, “Entidades sem fins lucrativos”, “Organizações não governamentais”, “Organizações sem fins lucrativos” no título, resumo ou palavras chaves”.
4. Critérios de pesquisa, segunda etapa:	Processo de seleção das publicações utilizando as palavras “Transparência”, “ <i>Accountability</i> ”, “Evidenciação”, “ <i>Disclosure</i> ”, “Terceiro setor”, “Entidades sem fins lucrativos”, “Organizações não governamentais”, “Organizações sem fins lucrativos”.
5. Aplicação da pesquisa e possíveis exclusões:	Triagem pela leitura dos Resumos, Palavras-chave e Introdução dos artigos.
6. Passos	1. Elaborar o protocolo de pesquisa; 2. Identificar os estudos mais relevantes no campo; 3. Avaliar a qualidade dos estudos levantados; 4. Sintetizar os dados coletados; 5. Integrar os resultados obtidos (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).
7. Análise interpretativa dos dados	Realização de análise interpretativa.

Fonte: Os autores (2017)

Resultados da pesquisa

Essa seção foi organizada de modo a apresentar uma breve descrição da distribuição dos artigos por periódico e ano de publicação e, após, analisar o conteúdo das discussões sobre o tema de forma descritiva, para posterior revisão integrativa com identificação de categorias de estudos.

A tabela 1 apresenta a distribuição analisada por periódico/revista e por ano. Os anos compreendidos entre 2000 a 2004, assim como 2008, 2009 e ano 2012 não obtiveram resultados, ou seja, são períodos sem publicações sobre o tema.

Tabela 1: Distribuição dos artigos por ano/periódicos

Periódicos	2005	2006	2007	2010	2011	2013	2014	2015	2016	Total	%
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	1									1	7
Revista de Administração Contemporânea		1								1	7
Enfoque: Reflexão Contábil			1							1	7
Contabilidade Vista & Revista				1						1	7
Revista Administração em Diálogo					1					1	7
Sociedade, Contabilidade e Gestão					1		1	1		3	21
Revista de Contabilidade e Organizações					1					1	7
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade					1					1	7
Pensar Contábil						1				1	7
Pensamento e Realidade							1			1	7
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade									1	1	7
Administração Pública e Gestão Social									1	1	7
Total	1	1	1	1	4	1	2	1	2	14	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificou-se que o periódico que mais teve publicações foi a Revista Sociedade, Contabilidade em Gestão com três artigos dos 14 achados, o que equivale de 21%. Os demais periódicos tiveram um artigo cada, ou seja, 7%. Quanto à análise de distribuição anual, em 2011 foi o ano que teve o maior número de publicações, com quatro estudos.

Análise das discussões sobre transparência e *accountability* no terceiro setor

Essa seção é descritiva e analisa os estudos revisados segundo seus objetivos, método e conclusões dos autores, e segue a ordem cronológica das publicações mais atuais para as mais antigas.

Com o objetivo de verificar o nível de evidenciação contábil das organizações do terceiro setor, Zittei, Politel e Scarpin (2016) analisaram as entidades que participaram do projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil, do qual tinha como objetivo quatro finalidades iniciais: o desenvolvimento dos princípios de transparência e prestação de contas; implementação das ações de transparência e prestação de contas; inclusão de princípios de transparência e prestação de contas para o fortalecimento do ambiente institucional; e disseminação dos resultados do projeto. Participaram inicialmente 76 entidades, e foram utilizadas para a amostra final 15 entidades que divulgaram em seus *websites* as prestações de contas até 10 de agosto de 2012. Para conseguir o objetivo da pesquisa foi elaborado um constructo com 53 itens de evidenciação contábil do CPC 26 e incluídos 10 itens sobre evidenciação da norma NBC T 10.19. O resultado da pesquisa demonstrou um nível médio de evidenciação, que é de 27%, ou seja, as entidades atenderam parcialmente a exigência da norma.

A pesquisa de Pacheco, Macagnan e Seibert (2016) foi aplicada nas fundações educacionais e assistenciais no Rio Grande do Sul e tinha como objetivo identificar os fatores explicativos do nível de evidenciação de informações, disponíveis nas páginas eletrônicas das organizações. A amostra foi composta por 48 fundações. O nível de evidenciação das foi mensurado a partir de

uma elaboração de um instrumento de pesquisa contendo 100 indicadores de obrigações voluntárias e obrigatórias. No segundo momento da pesquisa foram elaboradas sete hipóteses que foram testadas por meio de regressão linear. A análise econométrica da regressão linear possibilitou chegar aos seguintes resultados: constatou-se que os indicadores identificados como obrigatórios são menos divulgados do que os voluntários; nos itens voluntários, a pesquisa mostra que as fundações têm mais interesse em demonstrar e contar sua história; das sete hipóteses apresentadas, quatro foram rejeitadas e três não foram rejeitadas estatisticamente. A pesquisa demonstrou que, quanto maior for o nível de doações, organizações beneficiadas e o número de pessoas envolvidas nos projetos, maior será o nível de evidenciação de informações das fundações em suas respectivas páginas eletrônicas.

Em 2015, o estudo realizado procurou analisar os métodos que estão em vigor, para divulgação das demonstrações financeiras, a partir de relatórios divulgados nos sites das organizações, no qual Good, Borba e Maragno, para efeito de amostragem, utilizaram as demonstrações financeiras divulgadas ao público de "Top 100 ONG 2013". Esse *ranking* é anualmente divulgado ao pelo *The Global Journal*, onde têm elencadas as organizações que são consideradas com a melhor prática de acordo com a metodologia correspondente, incorporando a divulgação e transparência, entre outros critérios. Além disso, o *ranking* inclui ONGs de qualquer tamanho, desde pequenas organizações de base, até organizações de renome mundial que, para fins de pesquisa foram catalogados e agrupados de acordo com sua natureza. Ao total foram criados seis grupos: receitas, doações, subsídios, juros, outros, e híbrido. O estudo evidenciou predominância da categoria de “doações” nos recursos que entram nas organizações, bem como o fato de que as origens de

mais da metade desses valores não foram divulgados no item de “subsídios”, que representam um importante método para ONGs adquirem financiamentos com rendimentos relacionados não só com porções das mesmas que estão isentas de restrições. Esta categoria foi mais autoexplicativa do que “doações” e “receitas”. Os autores relataram alguns desafios, e defendem um maior detalhe, uniformidade e divulgação *on-line* de informações financeiras das ONGs em formação, e ainda, relataram ambiguidade nos termos contábeis que pode ter comprometido o agrupamento destes.

Em 2014, a pesquisa desenvolvida por Campos, Moreira e Scalzer, tinha como objetivo verificar os níveis de transparência do Terceiro Setor nas Organizações membros do Grupo de Institutos Fundações e Empresas – GIFE, por meio de um estudo exploratório e descritivo usando a análise de conteúdo. A pesquisa exploratória, com coleta de dados em 2011, buscou as demonstrações publicadas nos *websites* das fundações. A pesquisa obteve os seguintes resultados a partir de 14 entidades: 10 delas apresentaram a demonstração de resultados e apenas oito tinham o Fluxo de Caixa e notas de rodapé. Em relação aos incentivos à divulgação, a partir de uma análise de correlação, os itens estatisticamente mais significantes para as variáveis foram: Lucro Líquido e Patrimônio Social.

No estudo realizado por Brito e Perez (2014) foi abordado um tema pouco explorado no Brasil, que são as práticas de *accountability* no terceiro setor. Considerando que as práticas de prestação de contas do terceiro setor não são explícitas, o estudo visa descrever de que forma acontece, e para tanto, foram utilizadas as organizações que atuam na área de assistência social, em Santos-SP, que são cadastradas no órgão competente. Foram feitas entrevistas com perguntas abertas, mas estruturadas. As respostas foram agrupadas segundo sua semelhança e após a

análise de dados foi possível identificar que as entidades praticam a *accountability* através de relatórios, publicação do balanço e demonstrativos financeiros, e de ofícios como forma de agradecimento, mas foi constatado que as entidades praticam uma *accountability* direcionada aos grandes financiadores, os pequenos doadores não ficam a par da forma como suas doações foram utilizadas.

O estudo de 2013, desenvolvido por Mário *et al.*, que buscou identificar o nível de evidenciação contábil das fundações privadas do município de Belo Horizonte-MG, por meio de informações contidas no SICAP, evidenciou que as fundações praticam a evidenciação em nível satisfatório, mas quando analisados de forma detalhada e explicativa, muitas entidades não atendem as normas contábeis. Destaca-se as notas explicativas e o relatório de atividades que são os itens menos evidenciados. A pesquisa conclui que o nível geral de evidenciação não é considerado satisfatório, pois as fundações não permitem a identificação das gratuidades oferecidas à sociedade e os benefícios gozados, pois estes possibilitam calcular se o retorno social está sendo positivo. Destacou-se ainda que o terceiro setor tem muito a evoluir em termos de evidenciação.

No estudo de caso de Silva *et al.* (2011) teve como propósito estudar as etapas e dificuldades encontradas na elaboração do balanço social em uma organização não governamental, na cidade de Fortaleza-CE, uma instituição que é qualificada como OSCIP e atua no setor de microcrédito. Foi utilizada uma entrevista com questões abertas e o estudo concluiu que existem dificuldades, principalmente em relação à coleta dados e das informações necessárias para elaboração do balanço social. Porém, apesar de o balanço social não ser publicado, se mostrou de grande importância para a organização, ao serem questionados sobre os critérios utilizados para escolher o modelo.

Afirmaram que apesar de não ter uma lei que determine a obrigatoriedade de apresentação, utilizam o modelo do Ethos, que por sua vez, extrapola em quantidade de detalhes os dados que refletiam a atuação da organização.

No estudo de Lima e Pereira (2011), o objetivo dos autores foi de verificar o nível de *disclosure* das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil, e para testar as hipóteses estabelecidas, foi usado um modelo de regressão linear múltipla numa amostra de 146 entidades cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social. O estudo demonstrou que a maioria das melhorias que têm ocorrido na *accountability* das instituições de ensino superior ocorreram devido as mudanças nas legislações no que diz respeito a forma de prestação de contas dessas instituições. Constatou-se ainda que, existe relação apenas entre os índices de *disclosure* e as características corporativas “gratuidade” e “subvenção”, não se observando associação entre esse índices e as demais variáveis.

Carneiro, Oliveira e Torres (2011) tinham como finalidade de pesquisa a transparência e a prestação de contas das entidades sob a ótica da *accountability*, a fim de identificar o interesse em demonstrar a origem e a alocação de recursos recebidos pelas entidades e para a realização da mesma foi pesquisado as associações sem fins lucrativos cadastradas na Secretária Municipal de Fazenda do município Vilhena-RO e num total de 42 associações. Segundo os resultados da pesquisa, ficou evidente que as prestações de contas ocorrem mais pela obrigatoriedade de justificar o uso dos recursos recebidos do governo, para seguir a legislação e aos associados e/ou beneficiários diretos, do que dar transparência e evidencição das suas atividades a toda a sociedade e aos doadores privados de recursos.

Com o objetivo de entender o processo de *accountability* das instituições como instrumento de legitimação da atuação destas no sistema internacional, a pesquisa de Boscov (2011) é uma contribuição para o crescente debate sobre *accountability* em organizações não governamentais. O autor concluiu que a legitimidade pode ser alcançada de várias maneiras, como a identificação do cidadão comum com suas causas ou por meio do processo de *accountability*.

Silveira e Borba (2010) analisaram a conformidade das prestações de contas com as normas contábeis e, para se chegar aos resultados, a pesquisa se baseou em um estudo exploratório de abordagem quantitativa. O estudo analisou as fundações da área de Educação e Pesquisa de Santa Catarina. O que chamou mais atenção no estudo foi a apresentação da receita com e sem gratuidade e dos benefícios fiscais usufruídos, mas nenhuma fundação demonstrou em suas notas explicativas. Em números gerais, 67% dos itens analisados apresentaram indicação positiva de evidenciação. Assim, percebeu-se que o nível de evidenciação encontrado é inadequado, pois os itens avaliados referem-se a um padrão mínimo que deveria ser alcançado por todas as fundações.

Em 2007, Bettiol Junior, Varela e Martins analisaram a Fundação Zerbini, que de acordo com a teoria, a fundação deveria elaborar suas demonstrações financeiras de maneira a apresentar para os usuários externos os dados que possibilitem avaliar sua capacidade de continuar provendo serviços à sociedade. O objetivo do estudo foi apresentar as teorias do Patrimônio Líquido e explicar como elas influenciam na formulação de normas práticas pelos órgãos reguladores da contabilidade no Brasil e nos Estados Unidos da América, e a consequente elaboração e divulgação de informações contábeis. A dificuldade de evidenciar as informações pela fundação pôde ser observada no conjunto de informações contábeis publicadas, pois as

demonstrações financeiras, parte principal do relatório, não permite a visualização clara e direta das restrições do uso do ativo pela organização. Os resultados indicam que as normas adotadas nas demonstrações financeiras nos EUA procuram respeitar as especificidades quanto à necessidade de informações, fato não observado nas normas brasileiras.

No estudo de caso desenvolvido por Rodrigues e Malo (2006), o propósito foi estudar a organização Doutores da Alergia, que tinha como questão o conceito de governança e de suas implicações para as organizações sem fins lucrativos. A pesquisa se desenvolveu por meio de uma narrativa pessoal da autora, entre 1999-2000, onde permaneceu como diretora executiva da organização, e assim, pôde vivenciar os problemas relacionados aos processos decisórios e estruturas de governança. O estudo concluiu que a estrutura da empresa, baseada em dois grupos, desfez a lógica de centralização da decisão e reforçou uma identidade comum entre todos os membros. A estrutura descentralizada e participativa também diluiu conflitos anteriores e viabilizou processos de aprendizagem organizacional através das trocas entre os membros.

Borely e Cardozo (2005) tinham como finalidade de sua pesquisa ressaltar a importância dos controles sobre os recursos financeiros aplicados pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), utilizando-se da auditoria como ferramenta estratégica. A auditoria se tornou uma ferramenta estratégica para se transmitir segurança a todos os aplicadores de recursos em entidades de interesse social, no que se refere ao entendimento da legislação, ou seja, os usuários esperam que os auditores realizem seu trabalho com competência e integridade.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi de analisar as discussões dos artigos científicos no âmbito das organizações do terceiro setor sobre transparência e *accountability* entre os anos de 2000 e 2016. A pesquisa demonstrou que o tema vem sendo discutido na academia de forma inconstante, pois em alguns anos não se observou publicações.

Para o terceiro setor a transparência é de grande importância, tendo em vista que é uma ferramenta que deve ser utilizada para demonstrar aos *stakeholders* como estão sendo aplicados os recursos que foram investidos, no entanto, como se pode observar no estudo de Campos, Moreira e Scalzer (2014), apenas 6 das 14 organizações pesquisadas publicaram todas as demonstrações obrigatórias, o que indica que menos da metade das entidades se preocupam com a transparência em suas organizações.

No quadro 2 apresenta-se uma síntese com classificação por assunto (ou tema) referente ao tema Transparência e *Accountability* nas entidades do terceiro setor. Identificaram-se seis categorias de estudos.

Quadro 2: Síntese das discussões sobre
Transparência e *Accountability*.

Categorias/Assunto/Tema	Quantidade	Autores
1. Transparência	3	Campos, Moreira e Scalzer (2014); Silva <i>et al.</i> (2011); Silveira e Borba (2010);
2. <i>Accountability</i>	3	Brito e Perez (2014); Carneiro, Oliveira e Torres (2011); Boscov (2011);
3. Evidenciação	4	Zittei, Politelo e Scarpin (2016); Macagnan e Seibert (2016); Mário <i>et al.</i> (2013); Bettiol Junior, Varela e Martins (2007);
4. <i>Disclosure</i>	2	Good, Borba e Maragno (2015); Lima e Pereira (2011);
5. Controle	1	Borely e Cardozo (2005);
6. Governança	1	Rodrigues e Malo (2006).
Total	14	

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Sobre a *Accountability* os estudos afirmaram que as entidades praticam uma *Accountability*, mas ela é direcionada aos grandes financiadores, ou seja, isto ocorre mais por uma obrigatoriedade de justificar o uso dos recursos do que para dar transparência, que pode estar relacionado ao fato de as entidades estarem focadas em apenas manter seus convênios existentes (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011; BRITO; PEREZ, 2014).

O estudo revelou também que a publicação de artigos relacionados à categoria Evidenciação, foi o que teve mais publicações no período analisado, pode ser pelo fato de que para as organizações sem fins lucrativos, a evidenciação de demonstrações revela aos interessados o nível de transparência em que a organizações possuem.

Ao se analisar os resultados da pesquisa com a teoria de Slomski, Resende, Cruz e Olak, descrita na seção 2.3, não houve estudo relacionado à mesma, ou seja, em relação às demonstrações exigidas legalmente sejam também utilizados sistemas orçamentários nas entidades do terceiros setor, com a devida elaboração e publicação do balanço orçamentário nas organizações do terceiro setor.

Foi possível concluir que as entidades buscam seguir a legislação, mas não atentam para a utilidade da informação quanto à tomada de decisão, um dos princípios defendidos pela doutrina da Contabilidade. Quanto à divulgação de informações ou evidenciação, as entidades atendem parcialmente a exigência da norma, no entanto, percebe-se que tal atitude em relação à divulgação se dá, pois esse é um dos requisitos que os financiadores de projetos exigem para manutenção dos convênios (ZITTEI; POLITELO; SCARPIN, 2016).

Referências

ARAÚJO, J. P. F, *et al.* Evidenciação das demonstrações contábeis das entidades portadoras do Título de Utilidade Pública Federal de Rondônia, **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 6, n. 3, jan./jul. 2015.

BETTIOL JUNIOR, A.; VARELA, P. S.; MARTINS, G. A. Implicações das teorias do patrimônio líquido sobre as informações contábeis divulgadas por instituições do terceiro setor. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 26, n. 2, p. 57-71, 2007.

BIUDES, T. J. S. *et al.* Percepção de contadores e gestores das organizações do terceiro setor da cidade portal da Amazônia sobre o CPC 00 e teorias. In. XVI Encuentro AECA, **Anais...** Leiria, Portugal: Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, 2014.

BORELY, A. M.; CARDOZO, J. S. S. Auditoria como ferramenta estratégica de controle das ONGs. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 1, p. 41-58, 2005.

BOSCOV, C. *Accountability* para a paz perpétua. **Revista Administração em Diálogo**, v. 13, n. 1, p. 134-156, 2011.

BRITO, T. S.; PEREZ, O. C. *Accountability* nas organizações do terceiro setor. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, p. 99-116, 2014.

CARNEIRO, A. F.; OLIVEIRA, D. V.; TORRES, L. C. *Accountability* e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, 2011.

CASTRO, V. R. *et al.* Instrumentos contábeis e gerenciais nas pesquisas relacionadas a organizações do terceiro setor. In. XI

Congresso USP iniciação Científica em Contabilidade, **Anais...** São Paulo: Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil, 2014.

CAMPOS, G. M.; MOREIRA, R. L.; SCALZER, R. S. Financial reporting: reflection on transparency in the third sector. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, p. 130-142, 2014.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**, São Paulo, Atlas, 2013.

GOOD, K. J.; BORBA, J. A.; MARAGNO, L. M. D. Supporting stakeholder relationship management via disclosure on resource origins: evidence from the World's Top NGOs. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 139-156, 2015.

HSU, P. L.; ROJO, C. A.; SILVA, E. Gestão do terceiro setor: panorama de estudos publicados no Brasil de 2005 a 2015. In: 13º Congresso Internacional de Administração, **Anais...** Ponta Grossa, 2015.

INSTITUTO SOCIAL IRIS. **Fórum Nacional Aplicado ao Setor Público**. Tópico: O que é *Accountability*? Disponível em: <http://www.socialiris.org/fncasp/digital/index.php?option=com_kunena&func=view&catid=23&id=26&Itemid=146>. Acesso em: 06 abr. 2017.

LIMA, E. M.; PEREIRA, C. A. Associação entre índices de disclosure e características corporativas das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, p. 23-48, 2011.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012.

MÁRIO, P. C. *et al.* A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./abr. 2013.

MÁRIO, P. C.; PAULA, C. L. S.; ALVES, A. D. F.; JUPETIPE, F. K. N. Evidenciação das fundações privadas de Belo Horizonte: prestação de contas e qualidade da informação. **Pensar Contábil**, v. 15, n. 56, p. 29-41, 2013.

MAZZIONI, S.; SCHULZ, S.J.; KLANN, R.C. A demonstração do valor adicionado expandido aplicada em uma entidade sem fins lucrativos. **Future Studies Research Journal**, v. 6, n. 1, p. 83–110, jan./jun. 2014.

MINTZBERG, H. **Renovação Radical**: uma estratégia para restaurar o equilíbrio e salvar o planeta. Tradução: Francine Facchin Esteves. Porto Alegre: Bookman, 2015.

OLIVEIRA, M. C. *et al.* A utilização dos demonstrativos contábeis como instrumento de apoio a gestão nas organizações não governamentais: um estudo de caso no estado do Ceará. **Revista Alcance**, Ceará, v. 15, n. 1 p. 61-80, jan./abr. 2008.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, R. R.; MACAGNAN, C. B.; SEIBERT, R. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações de organizações do terceiro setor. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 2, p. 72-93, 2016.

PORTULHAK, H.; VAZ, P. V. C.; DELAY, A. J; PACHECO, V. A qualidade da prestação de contas das entidades do terceiro setor: uma

análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p. 45-63, 2017.

PORTULHAK, H.; DELAY, A. J; PACHECO, V. Prestação de contas por entidades do terceiro setor e seus impactos na obtenção de recursos: um olhar sobre o comportamento dos doadores individuais. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 39-47, set./dez. 2015.

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos doutores da alegria. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 29-50, 2006.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A.G., Corrupção e *Accountability* no Brasil: um olhar a partir de organizações da sociedade civil. In. XXXVI Encontro da ANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad. 2012.

SANTOS, P. S. A.; PEIXE, B. C. S.; PEREIRA, J. M. *Accountability* política Vs. *Accountability* cidadã: uma análise econométrica. In. X Congresso ANPCONT, **Anais...** Ribeirão Preto: Anpcont, 2016.

SILVA, F. Q. *et al.* Estudo bibliométrico: orientações sobre sua aplicação, **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 2, abr./jun. 2016.

SILVA, R. C. F. *et al.* As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas Oscips do RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 24-44, set./dez., 2015.

SILVA, T. L.; OLIVEIRA, M. C.; ARAÚJO, O. C.; BUGARIM, M. C. C. Etapas e dificuldades de elaboração do balanço social de organizações não governamentais: um estudo de caso. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2011.

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, p. 41-68, 2010.

SLOMSKI, V. *et al.* **Contabilidade do terceiro setor**: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, F. J. *et al.* Prestação de contas no terceiro setor: uma análise das entidades possuidoras do título de utilidade pública federal no estado do Rio Grande do Norte. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 105-116, 2012.

TONDOLO, R. R. P.; BITENCOURT, C. C.; TONDOLO, V. A. G. Social capital in temporary inter-organizational projects a third sector perspective. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 363-388, 2016.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. Nível de evidenciação contábil de organizações do terceiro setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, abr./jun., p. 85-94, 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR O PERFIL DO TOMADOR DE CRÉDITO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL, RO

Higo Vale de Oliveira²²
Ademir Luiz Vidigal Filho²³
Lucelia Largura do Vale Vidigal²⁴
Carlaile Largura do Vale²⁵

Introdução

O fortalecimento da agricultura familiar vem tornando uma das maiores ferramentas econômicas para a geração de receita no país, mesmo tendo a maior parte da população situada no perímetro urbano o país se sobressai como um dos maiores celeiros agrícolas do mundo, os agricultores familiares possuem um valor relevante para a fomentação da economia local de seu município e seus respectivos estados. Na visão de Brose (1999) o desenvolvimento de uma determinada região que se baseia na agricultura familiar depende fundamentalmente de intervenções

²² Egresso do Curso de Administração da UNIR/Cacoal. *E-mail:* higo.vale1@gmail.com

²³ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Administração de Cacoal e membro do GEPAC. *E-mail:*ademir.vidigal@unir.br

²⁴ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Administração de Cacoal e membro do GEPAC. *E-mail:* lucelia.vale@unir.br

²⁵ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, vinculado ao Departamento Acadêmico de Administração de Cacoal e membro do GEPAC. *E-mail:* carlaile.vale@unir.br

estatais, regulando as assimetrias do mercado através das políticas públicas.

O Governo Federal disponibiliza subsídios de investimento e desenvolvimento agrícola sendo principal o PRONAF – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar cujo objetivo é fomentar e fortalecer a produtividade agrícola realizada pelos agricultores familiares, favorecendo o desenvolvimento tecnológico, oferecendo alternativas de financiamentos contribuindo para a redução da pobreza rural que é uma característica social.

Nesse contexto a pesquisa teve como principal objetivo responder o seguinte questionamento: *Qual o perfil do tomador de crédito dos produtores rurais no município de Cacoal-RO?*. Objetivo Geral da pesquisa foi identificar o perfil do tomador de crédito rural no município de Cacoal-RO sendo os objetivos específicos: verificar as linhas de créditos voltadas à agricultura familiar, descrever o perfil dos tomadores de crédito rural no município de Cacoal-RO, identificar os motivos que conduzem os agricultores familiares a buscarem o crédito, identificar como as famílias aplicam os recursos oriundos do crédito concedido.

O estudo justifica-se pelo crescimento da agricultura familiar no país, principalmente aos recursos disponibilizados através do Governo Federal, mais especificamente o PRONAF, que através destes recursos disponibilizados por órgãos de créditos financiadores como Banco do Brasil, BNDES e outros trazem um novo âmbito que tangem a agricultura familiar. De acordo com Brasil (1995), pela resolução N° 2191 do Banco Central do Brasil, e instituído em 1996, pelo Decreto N° 1946, o programa nacional do fortalecimento da agricultura familiar trouxe para a sociedade um novo parâmetro de aquisição de créditos.

Políticas públicas

Para atingir resultados de um bem comum em uma sociedade o governo utiliza as políticas públicas que são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. São certas que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade, ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo. (LOPES 2008 p. 5).

Segundo Rua (2009) a avaliação de políticas públicas é um processo estritamente formal, visto que consiste no exame sistemático das intervenções planejadas, com base em critérios explícitos e procedimentos de coleta e análise das informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e/ou impactos. Souza (2006) expõe que no contexto de políticas públicas há diversos envolvidos, sendo estes chamados de atores sociais, pessoas, grupos ou organizações que participam de algum “jogo social”, que possui um projeto político, controla algum recurso relevante, tem, acumula (ou desacomoda) forças no seu decorrer e possui, portanto, capacidade de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto.

Em meados de 1990 houve uma série de movimentos estabelecidos por trabalhadores rurais a fim de que o governo promulgasse uma implantação de políticas públicas voltadas para os incentivos da produção familiar, estes liderados principalmente por movimentos sindicais considerados como atores sociais como citado por Souza (2006), produzindo projetos de forma que os mesmos fossem concretizados, da mesma forma o governo ao

longo dos anos estabelece plano de políticas públicas através do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Agricultura familiar

A agricultura familiar é um modelo de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias e não agropecuárias, mas que tenham como base a família rural no desenvolvimento dessas atividades, na qual apresenta um papel relevante para o cenário econômico para o País. Segundo Altafin (2007) a agricultura familiar não é um termo novo, porém o crescimento de suas vertentes no meio social e sua penetração no meio acadêmico, nas políticas públicas de governo, faz com que se idealizem novos significados e novas implantações de recursos voltadas para o segmento.

De acordo com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), Brasil (2014) a agricultura familiar é uma forma de produção onde se predomina a interação entre gestão e trabalho, pois são os agricultores familiares que dirigem todo o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Dados do Portal do Planalto em (2012) a agricultura familiar apresentava importante função dentro do cenário econômico brasileiro, dentre elas estão à segurança alimentar, responsável por garantir alimentos saudáveis de mais de 70% dos brasileiros.

O agricultor passou a ter uma visão mais holística em relação ao mercado agrícola. Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços tecnológicos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponeses (ABRAMOVAY,1992). Para Souza (2011) até em meados da

década de 90 não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, o governo tinha uma visão fechada para a agricultura devido às intensas modificações da industrialização do país. O acesso ao microcrédito era muito restrito e acarretavam juros altíssimos, impossibilitando pequenos agricultores de realizarem investimentos em suas propriedades. Foram em respostas a lutas organizadas pelos trabalhadores rurais que se passou a vigorar o PRONAF. Souza, a partir da criação do PRONAF que se notou a existência do termo ‘agricultura familiar’ e do seu grande potencial na aceleração econômica, tornando-se grandes atores da nova modalidade de agricultura descentralizando o poder de grandes produtores tornando-se a agricultura mais homogênea.

Crédito é uma palavra originada do latim “*credere*” e significa depositar confiança, confiar em, crer em. Na visão de Moura (1989) uma das definições de crédito é dispor a um terceiro determinado valor, onde o indivíduo apresentará uma promessa de pagamento deste valor no futuro, ou seja, fazer com que as pessoas em recursos possam consumir hoje para pagar no futuro. A essência do crédito é a promessa de pagar em uma data futura, determinado valor. O crédito rural foi sistematizado pela Lei N°4. 829/65 e disciplinado pelo Decreto N° 58. 380/66, tendo em vista o bem-estar do povo, o mesmo é distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país. Em seu Artigo 2 e 3 são mensurados o conceito de crédito rural e seus objetivos.

Dentre as políticas públicas estabelecidas pelo governo no auxílio do crescimento da agricultura familiar, a principal existente é o PRONAF. Criada em 1995 pelo Governo Federal, trouxe para os pequenos agricultores recursos que até então eram escassos e os mesmos não conseguiam agregar valor nos seus estabelecimentos, dificultando-os na inserção do mercado agrícola

como os demais produtores que tinham acessos a outros créditos exclusivos disponíveis em instituições financeiras.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criada em 1996, conforme o decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. A instituição do PRONAF não está apenas ligada, as políticas públicas estabelecidas pelo governo federal, existem uma série de vínculos com governos locais e parcerias com bancos e instituições financeiras que liberam esse tipo de crédito, onde os mesmos devem seguir as regras estabelecidas pelo Governo Federal.

Belik (1999) após a criação do programa, a concessão de crédito era baixíssima. Para as modalidades de custeio eram liberados até R\$5.000,00 R\$ 15.000,00 para a modalidade de investimento e R\$75.000,00 para contratos de investimentos coletivos a uma taxa alta de juros de 12% á 9% ao ano, e o mesmo tinham que aderir os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017 disponibilizou R\$ 38,2 Bilhões de reais, o maior dentre todas as safras existentes.

Ziger (2013) o crédito rural para agricultura familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas quantias de dinheiro. Contudo, essa garantia de acesso ao crédito por essas famílias resultaram um impacto que tem resultados para o desenvolvimento material e social das comunidades em que se inserem, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de um conjunto maior de pessoas local e regionalmente. As economias rurais locais se movimentam mais aceleradamente quando os agricultores possuem renda, já que grande parte da sociedade se beneficia dessa situação.

Procedimentos metodológicos

Esse artigo caracterizou-se quanto ao tipo de pesquisa descritiva, que para Gil (1991) visa descrever as características de determinada população, fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Ao método de pesquisa foi utilizado o dedutivo, Andrade (2001) afirma que a dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínios em conexão descendente, ou seja, do geral para o particular, leva à conclusão. Quanto ao objeto, a pesquisa foi bibliográfica e de campo. Bibliográfica, pois diversos autores e artigos foram utilizados para a constituição da pesquisa de acordo com cada tema especificado. À abordagem a pesquisa foi de cunho quantitativo, que para Michel (2005) a pesquisa quantitativa se realiza na busca de resultados precisos exatos, comparado através de medidas de variáveis preestabelecidas.

Para a realização da pesquisa utilizou-se o questionário, onde Santos (2000) conceitua como um conjunto de itens ordenados e bem apresentado. Ruiz (2002) ressalva que na técnica do questionário, o informante escreve ou responde por escrito um elenco de questões que são cuidadosamente elaboradas. Utilizou-se a pesquisa a observação não participante, Lakatos e Marconi (2008) a caracteriza como sendo procedimento em que o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela. O questionário foi estruturado a partir de um questionário adaptado de Alba (2009) com 23 perguntas fechadas podendo ser respondidas mediante ao pesquisador.

Os critérios utilizados para a aplicação da pesquisa na linha 14 foi à ampla população agricultora existente no local, a linha 14 dispõe de associações como: Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santo Antônio - ASPRUSA, responsável

por auxiliar o transporte e secagem de café e a Associação da linha 14 - ASPROF, no local também se localiza o povoado de Divinópolis e a aldeia indígena Suruí. *Amostra foi aleatória simples.* O universo da linha 14 era de 324 pessoas que através do calculo foram aplicados 123 questionários, obedecendo à margem de erro de 7%, com nível de confiança de 95% Universo da amostra conforme á formula proposta por Martins (1994).

Depois de aplicado o questionário e a observação não participante, os dados foram classificados, codificados, tabulados e interpretados em gráficos e tabelas feitas no *Microsoft Excel*, os mesmos foram tratados e analisados através do cálculo de amostragem probabilística. As informações tiradas dos questionários foram tabuladas na forma de gráfico para demonstrar como estava estruturado o perfil desses agricultores, foi usada a forma de tabela dinâmica para evidenciar as etapas dos procedimentos realizados na aplicação do recurso. O projeto foi estruturado conforme o Manual do Artigo Científico do Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia - Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal (SILVA; TORRES NETO; QUINTINO, 2010).

Resultados da pesquisa

Busca-se nesse primeiro momento conhecer o perfil dos participantes, iniciou-se com questões essenciais com o intuito de identificar alguns itens relevantes para pesquisa, como idade, o estado civil, se possuem filhos, grau de escolaridade, tipo de atividade desenvolvido em suas propriedades. Fizeram parte da pesquisa 123 agricultores através de aplicação de questionário, dentre estes (79%) são do sexo masculino (21%) do sexo feminino, quanto à distribuição das faixas etárias (59%) estão com idade acima de 40 anos, (26%) de agricultores entre 31 e 40 anos e

(15%) de agricultores entre 21 e 30 anos. A pesquisada revela a diminuição dos jovens no campo por meio do êxodo rural, devido aos fatores de crescimento do município e região, tal como revela também o envelhecimento da população agricultora do município de Cacoal. Como Souza (2011) afirma que em até meados da década de 90 não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, na qual auxiliasse nas necessidades dos pequenos produtores rurais.

Quanto ao estado civil dos agricultores desta pesquisa, 88% declararam casados (as), isso de maneira geral mostra o fato da agricultura familiar ter crescido muito ao longo dos anos. No que se refere à escolaridade dos agricultores (66%) declaram ter cursado o nível primário, (17%) declaram ter cursado o nível fundamental e (13%) dos agricultores possuem o ensino médio completo. Outro dado importante foi o tipo de propriedade dos agricultores pesquisados, a maioria possuem propriedade particular, (65%) sejam por compra ou por herança, pois, através da observação não participante notou-se que em maioria a escritura da terra é passada de pai para filho, (25%) estão em condições de contrato de comodato onde são constituídos por filhos dos respectivos proprietários para que possam acessar o crédito rural e outros benefícios oriundos do governo. Os principais tomadores de crédito encontram-se com idade acima de 40 anos onde nessa faixa etária (26%) utilizam as modalidades de investimento e custeio pelo menos uma vez por ano, ou seja, adquirem novos investimentos rurais. Os dados relatam que atualmente a concentração de renda está associada à bovinocultura sendo distribuídas em corte e leite, deste modo (28%) trabalham com a bovinocultura de corte e leite, destaca-se esse tipo de renda, pois através do leite produzido possibilita obter uma renda mensal segura de manutenção familiar, tendo em vista que nos bovinos de corte existe um processo de crescimento/engorda para depois

abater, (25%) trabalham apenas com a bovinocultura de leite, a produção desta cultura é crescente devido a grandes indústrias de laticínios existentes na região.

Cacocal conhecida como a capital do café por meio da pesquisa demonstrou que a produção do mesmo está moderada em (36%) dos pesquisados, os principais motivos que conduziram a esses percentuais foram à migração de muitos agricultores para a bovinocultura, Seguindo com as características analisou-se a mão de obra de terceiros e a mão de obra familiar utilizado pelos agricultores. Dos 123 questionários aplicados 85% dos agricultores utilizam de (75 a 100%) da mão de obra familiar, 11% utilizam de (50 a 75%), os resultados mostraram grande participação familiar no processo de produção.

Quanto à utilização da mão de obra de terceiros (55%) dos pesquisados não utilizam mão de obra de terceiros, sendo assim exclusivo o trabalho familiar. Ainda sobre as características desses agricultores verifica-se o tipo de controle de produção onde (63%) dos pesquisados não utilizam nenhum tipo de controle de receitas/despesas, do que é produzido através do capital emprestado pelas instituições financeiras, apenas (36%) utilizam controle por meio de anotações em cadernos, um modo bem rudimentar mais o mais comum entre os participantes da pesquisa, (1%) faz controle através de planilhas eletrônicas do Excel.

A primeira variável a ser analisada são as taxas de juros vinculadas com as políticas públicas. Todos os agricultores pesquisados adquirem ou já adquiriu crédito rural através do PRONAF. Segundo Rua (2009) a avaliação de políticas públicas é um processo estritamente formal, visto que consiste no exame sistemático das intervenções planejadas, com base em critérios explícitos e procedimentos de coleta e análise das informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e/ou

impactos, dos 80 proprietários pesquisados (47%) avaliam os juros favoráveis à aquisição do crédito, (17%) avaliam como intermediárias, (1%) avaliam as taxas de juros como ruins.

Foram analisados o nível de transparência e entendimento correlacionados as políticas de crédito rural e o que são apresentados aos agricultores no ato da atribuição ao crédito, pouco mais da metade dos pesquisados consideram as políticas de créditos rural totalmente transparente, representando (59%) dos pesquisados. Representam 17% os agricultores que avaliam como transparentes em (75%). Representam 11% aqueles que avaliam como transparentes em (50%) as políticas de crédito. Representam 7% os que consideram transparentes em (25%), apenas 6% avaliam como não transparentes as políticas de créditos.

Constatou-se na pesquisa que a prática de aquisição de crédito já é algo comum entre os agricultores familiares nos seus estabelecimentos rurais de acordo com as modalidades de crédito de custeio e investimento que os agricultores familiares da pesquisa utilizam. Cerca de (38%) dos pesquisados utilizam pelo menos 1 (uma) vez por ano a modalidade de investimento, aqueles que utilizam a modalidade de investimento e custeio pelo menos 1(uma) vez por ano representam (33%). Os agricultores que utilizam apenas a modalidade de custeio representam (24%), ou seja, adquirem o crédito somente para manter aquilo que já é produzido em suas propriedades com uma visão de melhoramento, (5%) não utilizam nenhuma dessas linhas de crédito.

Através da observação não participante, constatou-se certa preocupação em relação a utilização do crédito rural, visto que a maioria dos pesquisados não possui controle de receitas e despesas e muitas vezes não tem noção do seu grau de endividamento, deixam se levar pela periodicidade do crédito que

pode chegar até 3 anos para começar a pagar e pelas taxas de juros anuais e acabam não possuindo um planejamento financeiro, ocorrendo possivelmente a inadimplência que de acordo com Blatt (1999) ocorre quando a pessoa não cumpre as suas obrigações contratuais no termo convencionado, ou seja, é a falta de cumprimento do contrato ou de qualquer de suas condições.

Verificou-se que muitos recorrem a outras linhas de crédito fora dos repasses de crédito do BNDES para pagar dívidas que saem do planejamento financeiro dos agricultores. Segundo a pesquisa (57%) já recorreram a empréstimos pessoais para poder pagar uma dívida a vencer, (5%) utilizaram consignados em folha como aposentadoria ou auxílio, (1%) dos pesquisados utilizaram agiotas e (37%) nunca utilizaram essas fontes de recursos. A facilidade do acesso ao crédito por meio da crise econômica faz com que seja uma prática cada vez mais comum, de modo que o agricultor entre nesse ciclo vicioso.

Quando questionados quantos os principais fatores a aplicação dos recursos oriundos do crédito rural dos agricultores familiares, levaram-se em consideração os aspectos de renda e produção, principais dificuldades e avaliação final dessas políticas de crédito, percebe-se que dos agricultores com idade superior a 40 anos as suas maiores dificuldades estão relacionadas à acessibilidade do crédito representando (27%) dos pesquisados, Prazos e Burocracia representam (12%), Garantias (6%). Verificou-se que na faixa etária de 21 a 30 anos o aspecto idade foi citado como fator de indeferimento ao crédito, estando plenamente de acordo com as normas de análise de crédito. Dos aspectos relacionados à produção 30% dos agricultores familiares relataram que após a utilização do crédito sua produção rural aumentou de (40 a 60%), em sequência 22% relataram aumento de (20 a 40%) de produção, por fim 19% relataram um aumento de (60 a 80%).

Considerações finais

As políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar do país revolucionaram e trouxeram um novo conceito de vida para os pequenos agricultores, o acesso ao crédito que antes era impossível tem se tornado acessível a todos os agricultores que possuem uma visão empreendedora tornando as suas propriedades como base provedora da economia local de seus respectivos municípios. É perceptível o crescimento dos agricultores dentro da economia, esse crescimento está vinculado com os programas sociais criados pelo governo federal ao longo dos anos, sendo que o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi e continua sendo o maior programa no auxílio ao crescimento desses respectivos agricultores.

Todos os objetivos do presente artigo foram alcançados, através dos resultados pode-se identificar o perfil do tomador de crédito sindicalizado no município de Cacoal-RO. Onde em maioria são homens, casados, acima de 40 anos de idade, possuindo nível primário de escolaridade, que atuam em sua região que desde a infância possuem vínculo rural e vivem da atividade agrícola, de maneira que apesar da pouca escolaridade possuem nuances de características empreendedoras.

Verificou-se que as linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF foram fatores importantes para o acesso ao crédito dos agricultores, constatou-se que as linhas de crédito mudam de acordo com a idade: os agricultores que possuem mais de 40 anos têm mais facilidade para trabalharem com duas linhas de créditos comuns do PRONAF (Investimento e Custeio), principalmente pela instabilidade econômica e patrimonial e por possuir um bom histórico de pagamento de outros empréstimos do recurso oficial. Os tomadores de crédito mais jovens possuem dificuldade de acessar modalidades de investimento, pois, o risco de

inadimplência e desvios de recursos é muito maior do que os demais, desta maneira a modalidade mais requisitada é a de custeio, pois possui uma periodicidade menor de pagamento equivalente há 11 meses.

Analisou-se que a modalidade de custeio moderadamente utilizada em todas as classes de idade pesquisada, sofre desvios de aplicação de recurso por uma margem de agricultores, muitos adquirem o recurso alegando, aquisições de adubos, defensivos, vacinas entre outros itens inerentes a manutenção de lavoura e pecuária, porém ao liberar o crédito as instituições financeiras não exigem comprovação de aplicação de recurso para esta modalidade de custeio, desta forma muitos adquirem um crédito a juros anuais e aplicam os recursos em construção de casas, aquisição de bens móveis e imóveis, além de utilização do recurso para pagamento de outras dividas onde foi perceptível que a prática é comum.

Verificou-se que a principais causas que levam esses agricultores ao crédito rural, é a baixa taxa de juros utilizados nessas operações de variam de 2.5% a 5.5% anuais, além da periodicidade do pagamento das operações, a taxa de juros anual foram fatores determinantes no ato de acessar o credito. Identificou-se que os agricultores têm como principal dificuldade a acessibilidade ao crédito, muitos relataram que não possuem paciência para fazer todos os levantamentos de documentações necessárias para o crédito, muitos documentos não são emitidos no município, deste modo a distancia entre a zona rural e a cidade para o levantamento do *cheklist* de documentos dificultam a tomada do crédito.

Referências

ALBA, Rosalino Luiz. **Crédito rural para agricultura familiar: O perfil dos associados da Cresol Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão - PR, 2009.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007>> acesso 02 de Fevereiro de 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo ed. Hucitec 1992.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL, 2009. **Banco Central do Brasil. Decreto N. 003721** disponível em <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109034287&method=detalharNormativo> acesso: 31 de abril de 2015.

_____. Decreto 1946 de 1995, resolução nº 2191 de 29/08/1996. **Instituição do programa de fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília 1995.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais**. Brasília 2006.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social, 2014 – Programas complementares agricultura familiar**, disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> acesso 17 de novembro de 2014.

_____. **Banco Central do Brasil, 2009.** Critérios de avaliação de crédito e regras para constituição de provisão. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf> acesso 06 de abril de 2015.

_____.1965 – **Institucionalização do credito rural. LEI Nº4.829,** disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> acesso em 25 de novembro de 2014.

_____. **Portal Planalto, 2012.** A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no País. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/agricultura-familiar-ja-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-mercado-interno-do-pais>> acesso 03 de Janeiro de 2015.

BROSE, Markus – **agricultura familiar: desenvolvimento local e políticas públicas.** Rio grande do sul; editora: edunisc, 1999.

BELIK, W. 1999. **PRONAF:** avaliação da operacionalização do programa. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – NEA, 32 p.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisões de crédito:** um enfoque prático. São Paulo: Nobel, 1999.

BARALDI, M. R. **Manual de políticas e processo decisório de credito.** São Paulo: ibcb, 2ª. Edição, 1990.

FIGUEIRA, Humberto Paulo. **Gestão do risco de crédito:** análise dos impactos da resolução 2682, do conselho monetário nacional, na transparência do risco da carteira de empréstimos dos bancos comerciais brasileiros. Vitoria - ES, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3995/000305726.pdf?sequence=1>> acesso: 4 de Abril de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas 1991.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jeferson Ney. **Políticas públicas - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Coordenação Ricardo Wahrendorff Caldas, Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

_____. E.M, Marconi. M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados**. 7º ed. São Paulo: atlas 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4º ed. p.43 e 44.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2º Ed. São Paulo: Atlas. 1994.

MICHEL. Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MIURA, Yuko; DAVI, Marcos Cesar Antunes. Utilização de instrumentos de avaliação de riscos para concessão de créditos às pessoas jurídicas. Akropolis: **Revista de Ciências Humanas da Unipar**, Umuarama, v.8, n.1, p.48-61, jan/mar. 2000.

MOREIRA, Cláudio Filgueiras Pacheco. **Manual de contabilidade bancária**, ed Elsevier. 2º ed. Rio de Janeiro, 2008.

MOURA, R. **Manual de cadastro, crédito e cobrança**. CNI Departamento de Assistência à Média e Pequena Indústria – Convênio CNI-SESI/DN e SENAI/DN. Rio de Janeiro – RJ, 1989.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Linhas de crédito atribuídas ao Pronaf.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> acesso 17 de dezembro de 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Jose Odálio dos. **Análise de crédito:** empresas e pessoas físicas. Ed. Atlas. São Paulo. 2000.

SILVA, José Pereira da. **Administração de crédito e previsão de insolvência.** São Paulo: Atlas, 1983.

SANTO, Alexandre do Espírito. **Delineamentos de metodologia científica.** São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=yOVadaBhVRAC&pg=PA75&dq=aleatoria+amostra+metodologia&hl=ptBR&sa=X&ei=E3yzU8nAGugsASemICoCA&ved=0CBsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 13 nov. 2014.

SOUZA, Paulo Marcelo de. **Evolução da distribuição dos financiamentos do Pronaf entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009,** ed. RBE Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Adriano Camiloto da; NETO, Diogo Gonzaga Torres; QUINTINO, Simone Marçal. **Manual do Artigo Científico do Curso de Administração**. Cacoal, 2010.

TSURU, Sergio Kazuo. CENTA, Sergio Alexandre. **Crédito no varejo para pessoas físicas**. 2ª ed. Curitiba. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998, p.45.

ZIGER, Vanderley - **O crédito rural e a agricultura familiar: desafios, estratégias e perspectivas** 2013. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>> acesso: 04 de Março de 2015.

RELACIONAMENTO ENTRE FRANQUEADOS E FRANQUEADORES NO SETOR EDUCACIONAL NA CIDADE DE CACOAL-RO.

Adriano Camiloto da Silva²⁶

Genilda da Silva Mares²⁷

Marcos Tadeu Simões Piacentini²⁸

Luciane Cristina Garcia Camiloto²⁹

Introdução

Atualmente o setor de franquias se encontra em grande expansão no Brasil e uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de *Franchising* (ABF, 2016), revela que o faturamento do setor de franchising brasileiro saltou de R\$ 29,044 bilhões em 2003 para R\$ 115,582 bilhões em 2013, registrando também um crescimento significativo com relação à quantidade de redes existentes, que em 2003 eram 678 e, em 2013, atingiu a marca de 2.703 redes registradas na ABF.

²⁶ Bacharel em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Mestre em Administração, na linha de pesquisa de Estratégia, Competitividade e Inovação pela FEAD – MG, Pesquisador do GEPAC-Cacoal, Professor do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia, câmpus de Cacoal. E-mail: *camiloto@unir.br*

²⁷ Acadêmica graduando em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: *geh_mares@hotmail.com*.

²⁸ Docente do curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, em Cacoal. E-mail: *marcos.piacentini@unir.br*

²⁹ Bacharel em Administração de Faculdade de Pimenta Bueno e Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: *lucianecontabeis@gmail.com*

O sistema de franquia se caracteriza por sua forma organizacional complexa e composta por partes lealmente distintas. O franqueador é o dono da franquia, e múltiplos agentes financiadores que são os franqueados (SILVIA, 2004). Franquia é um negócio contratual que o franqueador cede o direito ao franqueado de usar sua marca, *know-how* e os serviços da empresa, mediante uma contraprestação financeira.

Franquia é um negócio contratual entre duas partes que se associam por motivação de rentabilidade: o empresário franqueador que concede o direito de sua marca ao empresário franqueado que usa essa marca para trabalhar, vender produtos ou fazer negócios com a marca contratada por determinado período de tempo (COUGHLAN *et al.*, 2012).

Atualmente muitos empreendedores buscam a opção de abrir seu próprio negócio por insatisfação no emprego atual; por busca de aumento na renda familiar; como saída para enfrentar a insatisfação socioeconômica do país que vive; ou por realização do sonho de ser empreendedor (RODRIGUES E AREND, 2011). Entre as opções disponíveis no mercado para os que pretendem empreender está a franquia, que permite uma menor exposição a riscos decorrentes à atividade (GIGLIOTTI, 2010).

O objetivo do artigo foi analisar o relacionamento entre franqueado e franqueador, com uma abordagem no setor educacional da cidade de Cacoal-RO, estudando a importância do relacionamento entre franqueados e franqueadores para o sucesso de uma franquia.

Rodrigues e Arend (2011) dizem que implantação de uma nova empresa ou a decisão de investimento em uma franquia é

um serviço que necessita de planejamento e de um estudo não somente sobre a economia da cidade que irá ingressar, mas também da viabilidade econômica e financeira da empresa naquela região. Esta análise poderá ser realizada através de estimativas de investimentos iniciais e do estudo da rentabilidade do negócio.

O segmento de franquia brasileiro gerou em 2013 mais de um milhão de novos empregos diretos, trazendo um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior (ABF, 2016). Cacoal vem se destacando com o crescimento do setor de franquias nesses últimos anos. Com o ingresso de novas franquias, há geração de novos empregos e um crescimento significativo na economia da cidade.

Informações contidas nas pesquisas são de grande importância para a explanação do artigo a ser realizado, entretanto há dúvidas referentes à contribuição do relacionamento para o sucesso de uma franquia no setor educacional, e os dados das pesquisas anteriores são insuficientes para responder a seguinte indagação: Como o relacionamento entre franqueado e franqueador contribui para o desempenho do setor de franquias educacionais no município de Cacoal-RO?

A presente pesquisa tem objetivo geral descrever como o relacionamento entre franqueado e franqueador contribui para o desempenho do setor educacional no município de Cacoal-RO. Os objetivos específicos foram: descrever o mecanismo de relacionamento entre franqueado e franqueador; identificar os aspectos que influenciam o relacionamento entre franqueado e franqueador; Verificar o grau de satisfação entre franqueado e franqueador; Apontar as contribuições do relacionamento entre franqueado e franqueador para o desempenho do negócio.

A escolha do tema deu-se através de observações e interesses no setor de franquia educacional, que é de grande importância para o município de Cacoal-RO.

Conforme Maximiano (2012) no mundo empresarial apenas uma parte do futuro de um empreendimento é surpreendido com o inesperado, à outra é possível planejar. O planejamento aumenta a probabilidade de sucesso de um empreendimento, pois se faz necessário um planejamento estratégico, ou seja, um estudo de mercado para implantar uma franquia em determinada cidade.

Ribeiro et al., (2011) comenta que as primeiras franquias começaram a surgir no Brasil a partir de 1950. Cacoal, por ser uma cidade de oportunidades para investimentos, atrai muitos empresários com interesse no setor de franquia. Segundo Mesquita (2014), vinte e sete anos após o surgimento das primeiras franquias no Brasil, Cacoal foi contemplada com a primeira franquia aberta em 1977. A autora ainda explana que de 1977 a 2008, Cacoal não teve muito crescimento no setor de franquias, pois contava com apenas 05 franquias no decorrer desses 31 anos, porém de 2009 a 2014 a cidade foi contemplada com a abertura de 16 franquias em cinco anos. Esse crescimento é de muita relevância, pois mostra o potencial do município para esse setor nos últimos anos.

O relacionamento de franqueado e franqueador é de fundamental importância para a execução contratual, de forma que em ambas as partes se faz necessário o respeito para que cada um possa cumprir com as obrigações e deveres. No setor de franquias há dependência do franqueador em relação à assistência da franquia, que é basicamente o fornecedor, pois se houver discórdia, falta de informação e não aceitando previamente do acordo feito entre as partes, o conflito irá refletir no mercado com os clientes (VANCE, 2010).

O setor educacional é de grande importância para o desenvolvimento de uma região. O estudo do relacionamento das franquias do setor educacional é de amplo valor social e econômico, pois as franquias são em geral microempresas geradoras de emprego e renda, propiciando o desenvolvimento nas regiões em que atuam.

Franquias

O sistema de franquias surgiu há 1.000 anos, na idade média, quando o poder estava diretamente associado à posse da terra. Naquela época o poder era do rei que concedia aos comerciantes privilegiados um espaço nas feiras para comercialização de seus produtos, em troca de uma porcentagem dos lucros (BERNARD, 2008).

Bernard (2008) ainda relata que empresarialmente falando, as franquias surgiram por volta de 1850 nos Estados Unidos, com a empresa de máquinas de costura *Singer Sewing Machine Company*, que concedeu licença de sua marca aos comerciantes que revendiam seus produtos. Para obter o direito a usar a marca da *Singer* os comerciantes deveriam investir nas lojas e poderiam usar a logo marca da *Singer* em suas fachadas.

Em 1898, a General Motors começou a utilizar o formato de franquia como estratégia de expansão de pontos de vendas de seus veículos e assim de maneira estruturada deu origem às franquias de concessionárias de veículos. Em 1899 a Coca-Cola criou o primeiro sistema de produção de seus refrigerantes no formato de franquia, concedendo licenças aos empresários que desejavam produzir e comercializar seus produtos (RIBEIRO *et al.*, 2011).

Ribeiro *et al.*, (2011) também mostram que em 1921 a locadora de veículos Hertz começa sua participação no modelo

franquia. As redes de *fast-food* tiveram início no setor de franquia em 1925 com a A&W. Em 1930 as distribuidoras de petróleo iniciaram o processo de criação de suas próprias franquias, esse período foi o de maior expansão do setor como melhor ferramenta no mercado em termo de lucro.

Após a Segunda Guerra Mundial o setor de franquia teve um grande desenvolvimento nos Estados Unidos. De volta para a civilização os soldados combatentes necessitavam de um emprego formal. Porém, cansados de receber ordens, decidiram que não havia necessidade de receberem ordens de ninguém, além de estarem dispostos a empreender seus próprios negócios (VANCE, 2010).

Conforme Ribeiro *et al.*, (2011), os veteranos de guerra começaram seus empreendimentos com muita força, arregaçaram as mangas para o trabalho, mas por não terem experiência anterior, não conseguiram sucesso em seus empreendimentos, e viram uma oportunidade de sucesso no setor de franquia.

Vance (2010) afirma que as primeiras unidades de franquias no Brasil se deram início por volta de 1940. Em 1960 surgiram as redes *Yázigi* e CCAA. Em 1979 chega à primeira unidade do *Mc Donald's* no Brasil que é instalada no Rio de janeiro. Surgiu no ano de 1987 a Associação Brasileira de *Franchising*, como objetivo de organizar o setor de franquia.

Em 15 de dezembro de 1994 foi aprovada pelo então Presidente da República, Itamar Franco, a Lei n.º 8.955, que dispõe sobre o contrato de franquia empresarial. O art. 2º da Lei n.º 8.955/94 define franquia como:

[...] o sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente,

também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício (BRASIL, 1994).

Segundo Plá (2001) franquia é um sistema de distribuição de produtos, tecnologia e/ou serviços, no qual a empresa franqueadora cede o direito de sua marca ao franqueado que explora o *know-how*, mediante uma contra prestação financeira.

O sistema de franquia significa hoje um sistema de negociação regulamentado por contrato, em que o franqueador é o dono da marca/produto e autoriza para o franqueado sua utilização por um determinado período em troca de uma contra prestação financeira (RODRIGUES e AREND, 2011).

Silvia (2004) destaca que franquia se caracteriza por sua forma organizacional complexa, composta por uma parte central que é a quem pertence à marca dos direitos – que é o franqueador –, e a outra parte que em forma de contrato e obtenção de ganhos, são transferidos os direitos de uso e exploração da marca que são os franqueados. O franqueador pode ter contrato com vários franqueados e todas, não importando a localidade inserida, têm que se submeter às mesmas tecnologias de *marketing*.

Franquia é a união de dois parceiros que buscando o sucesso, se juntam com interesses mútuos dos lucros. Ribeiro *et al.*, (2011) define franquia como sendo um sistema de várias empresas expandirem suas marcas e seus negócios de maneira organizada, e de certa forma, gastando muito menos dinheiro (BERNARD, 2008).

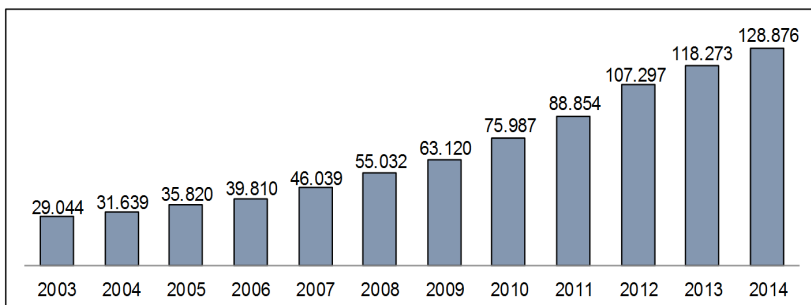
Franquias no Brasil

Em termos macroeconômicos o sistema de franquias está positivamente bem em todo Brasil (BERNARD, 2008). Plá (2001) expõe que franquia é o negócio que tem o maior crescimento no Brasil. A ABF (2016) tem mostrado que nos últimos anos tem ocorrido um grande crescimento no setor de franquias. Esse crescimento deu uma alavancada no faturamento do setor.

Ribeiro *et al.* (2011) veem o setor como um gerador de oportunidades, assegurando que as franquias deixaram de ser uma tentativa de negócio e hoje é um modelo bem estruturado e preparado, com grande inclinação para crescimento. O gráfico 01 mostra o crescimento do faturamento do setor nos últimos anos.

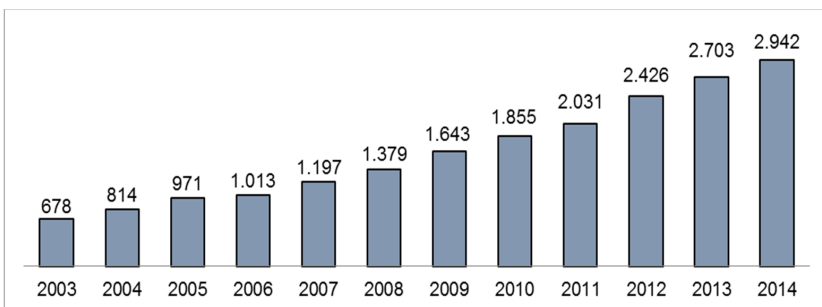
Ao observar o gráfico 1 compreende-se que o faturamento do setor nos primeiros anos apresentava desenvolvimento em torno de 13% por ano, passando para um crescimento no faturamento significativo do ano de 2009 ao ano 2010 de 20%. Em 2003 o setor faturava anualmente 29,044 bilhões de reais. Após 10 anos, o setor já estava com o seu faturamento em torno 128 bilhões um aumento de aproximadamente 343%, mostrando a importância do setor de franquia no Brasil.

Gráfico 1: Faturamento do setor de 2003-2014
(valor em bilhões de R\$).



Fonte: Associação Brasileira de *Franchising* (2015).

Gráfico 2: Evolução no número de redes franquadoras no período de 2003-2014



Fonte: Associação Brasileira de *Franchising* (2015).

O número de redes franquadoras tem aumentado nos últimos 10 anos. O crescimento é evidenciado pelo número de empresas com interesse de utilizar esse segmento de negócio como estratégia de crescimento no mercado (ABF, 2016).

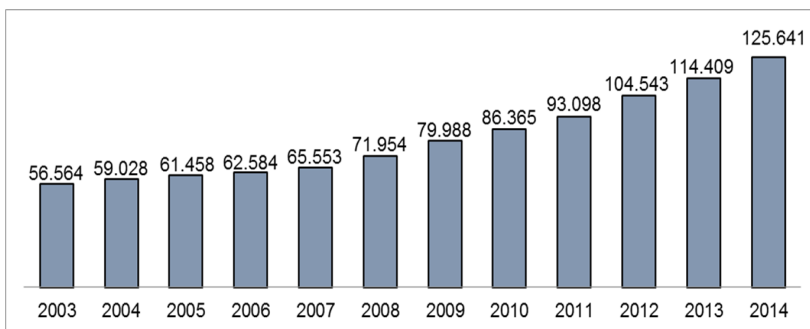
Observa-se que inicialmente o número de redes franquadoras, teve um crescimento significativo de 20% nos primeiros anos. As redes começaram a ter um crescimento

significativo a partir de 2008, os números eram de 678 em 2003 e deu uma alavancada significativa, chegando em 2014 com um total de 2.942 de redes pelo Brasil um crescimento de 333% em 12 anos.

O setor de franquias vem aumentando, despertando o interesse de investidores em obter uma unidade franqueada. O aumento do número de unidades franqueadas atrai o mérito de empreendedores em busca de oportunidade. É de grande importância à implantação de uma unidade franqueada, é um fator positivo para o local que a recebe, pois terá empregos e contribui para a economia local. O gráfico 3 apresenta o crescimento no número de unidades franqueadas.

O gráfico 03 expõe, que o crescimento do número de unidades franqueadas entre os anos 2003 e 2008, teve em média um aumento de 4% ao ano e se manteve estável. No ano seguinte, os números de empreendimentos começaram a crescer. Em 2011 o número de unidades franqueadas apresentou um crescimento de 12%, houve uma diminuição no crescimento considerável em 2013 de apenas de 9%.

Gráfico 3: Evolução do número de unidades franqueadas de 2003-2014

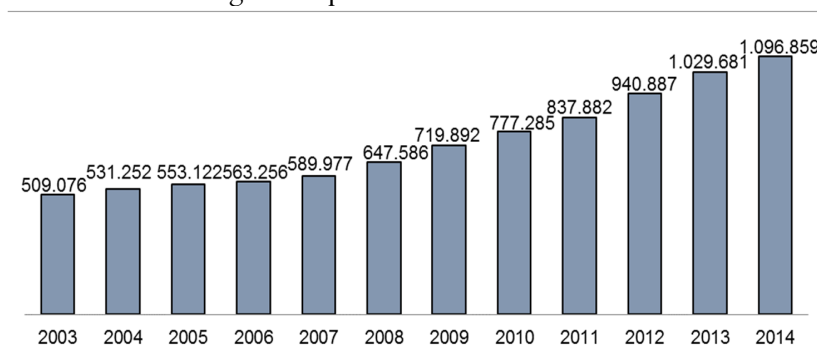


Fonte: Associação Brasileira de *Franchising* (2015).

O setor de franquias é de grande importância para o país. O crescimento do setor contempla a região que a franquia foi inserida, com a geração de empregos. Lanzana (2005) diz que o crescimento econômico refere-se ao aumento da produção do país, considerando que há uma relação entre produção e emprego. Com o aumento da produção do setor, há geração de novos empregos. É importante destacar que o nenhum país consegue melhorar o nível de renda da população, se não aumentando a produção e o número de empregos.

Conforme o gráfico 4 compreende-se que o setor de franquias tem uma responsabilidade significativa com o crescimento do número de empregos em todo o Brasil ao longo dos anos. Nota-se que em 10 anos o setor de franquias deu um crescimento de 115% no número de empregos produzidos pelo setor. Entre 2011 e 2012 o setor de franquia teve seu aumento de 12% de números de empregos diretos gerados pelo setor.

Gráfico 4: Evolução no número de empregos diretos gerados pelo setor 2003-2014



Fonte: Associação Brasileira de *Franchising* (2015).

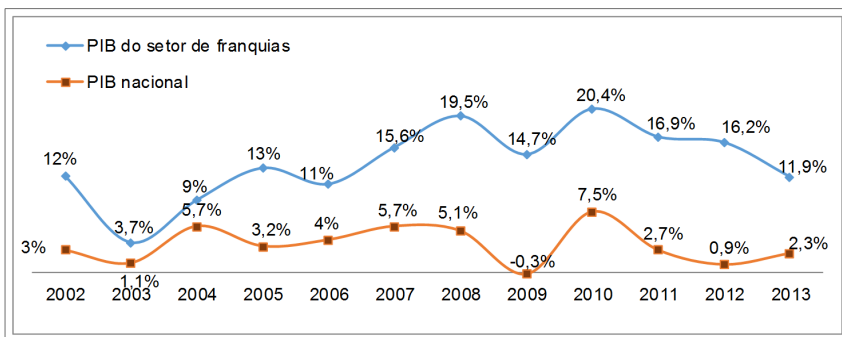
O desenvolvimento sucessivo no número de redes e unidades franqueadas, bem como faturamento e quantidade de empregos diretos são indicadores da boa aceitação do modelo de franquia no Brasil como estratégia de mercado.

Lanzana (2005) explana que o Produto Interno Bruto (PIB), é a soma de toda a produção de bens e serviços tangíveis ou intangíveis, produzidos em um determinado período de tempo. O gráfico 5 apresenta um comparativo entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor e o PIB nacional.

Conforme o gráfico 05 exibido demonstra que o PIB originado no setor de franquias em 2003 foi de 3,7% enquanto o PIB nacional não passou de 1,1%, esse dado mostra que o PIB do setor de franquia é de total relevância para o crescimento do PIB nacional.

Observa-se que em 12 anos o PIB originado pelo setor de franquia apresenta uma média de 14,9%, neste mesmo período a média do PIB nacional é de 3,71%. E se compararmos o PIB do Brasil com o crescimento do PIB no setor de franquias é possível verificar que as curvas se mantêm muito próximas, mostrando a influência do setor para o crescimento do PIB nacional.

Gráfico 5: Comparativo entre o PIB nacional e o PIB do setor de franquias de 2001-2013.



Fonte: Associação Brasileira de *Franchising* (2015).

Franqueador e franqueado

De acordo com Bailey (2003) franqueador é uma pessoa física ou jurídica, que desenvolve e testa o negócio e a tecnologia que mantém a franquia. É quem autoriza através de um contrato os direitos de uso ao franqueado desenvolver certas atividades na operação de sua franquia e a fazer uso da marca.

Ribeiro *et al.*, (2011) descreve franqueador como sendo a empresa que é dona da marca e o *know-how*, sendo considerada a detentora dos direitos sobre a marca, método e processos do negócio e seleciona os seus franqueadores para poder representá-la por meio da franquia, sendo responsável por prestar serviços de assistência administrativa. Segundo Plá (2001) franqueador é a empresa detentora de uma marca que idealiza um sistema em que ele fornece a marca e o *know-how* de seu negócio a uma pessoa física ou jurídica que é o franqueado, em troca de uma contraprestação financeira.

Franqueado é uma pessoa física ou jurídica que adquire o direito a franquia de forma contratual, cuja finalidade está na execução dos serviços prestado. As suas principais obrigações são arcar com todos os custos de instalação e despesas, responsável pela contratação e administração dos recursos humanos necessários, ser o responsável pela instalação, operação e administração da franquia, conhecer a operação da franquia como taxas, rentabilidade esperada, serviços prestados, etc., (BAILEY, 2003).

De acordo com Ribeiro *et al.*, (2011) franqueado é aquele que adquire a franquia, é o empreendedor de uma unidade franqueadora. Plá (2001) conceitua franqueado como sendo a pessoa física e/ou jurídica que paga ao franqueador para aderir à rede de franquia e opera o seu próprio empreendimento, que tem

todo o formato de negócio do franqueador – marca conhecida e *know-how*, operação e tecnologia já testados e aprovados.

Aspectos do relacionamento entre franqueador e franqueado

Cohen e Silva (2000) asseguram que o relacionamento positivo de franqueador e franqueado proporciona o bom resultado para que as estratégias competitivas, políticas, normas e rotinas estabelecidas pelo franqueador sejam de forma positiva, pois se não há uma parceria com relacionamento relevante toda situação contrária se refletirá no desempenho do negócio. É necessário que haja preocupação com a concordância dos interesses entre franqueador e franqueado na estratégia da organização.

Fauro (2008) diz que a cooperação é que dá sentido à parceria entre franqueador e franqueado. Cooperação tem vários significados, entendida como, algo automático que faça a diferença no relacionamento mútuo, com rentabilidade para ambos. Nas duas partes manter um nível adequado de relacionamento viabilizará este contrato e proporcionará um melhor desempenho da rede como um todo.

Bernard (2008) lembra que o relacionamento de franqueado e franqueador é comparado a um casamento. Encontrar a pessoa certa para ser franqueado é tão difícil, quanto encontrar a esposa ou o marido com quem deseja ter um relacionamento saudável e duradouro. O autor ainda diz que um casal para se conhecer tem o período do namoro, e o franqueado e franqueador também tem essa fase, normalmente durante o treinamento.

Rocha (2010) observa que em qualquer das relações formadas entre as pessoas, é de objetivo uma convivência positiva para os dois lados, ou seja, fazer a relação prosperar. Entre às diversas relações existentes entre organizações, pode-se citar o relacionamento de franqueado-franqueador no sistema administrativo de franquias.

O relacionamento entre franqueador e franqueado é de natureza variável com o tempo: é determinado por fatores externos como, por exemplo, a situação econômica que pode ser por responsabilidade do franqueador ou do franqueado (BERNARD, 2008).

Rocha (2010) afirma que o relacionamento entre franqueado e franqueador pode ser motivo de resultados positivos, no desenvolvimento administrativo de uma franquia, como também pode ser motivo de fracasso, caso haja conflitos no decorrer do desenvolvimento da franquia.

O foco no bom relacionamento entre franqueado e franqueador, busca minimizar os conflitos e riscos, para que ambas as partes se beneficiam com as vantagens do setor (SEBRAE, 2008).

Franquias do setor educacional

Segundo a ABF (2016) o aumento do número de franquias no país tem movimentado a economia nacional. As redes de franquias instaladas no país estão divididas em 12 segmentos, e entre eles, está o mercado de serviços, incluindo, educação e treinamento. O setor educacional foi um dos primeiros segmentos de franquia no Brasil. Foi na década de 60 que Richard H. Fisk, um americano encantado pelo Brasil, licenciou a franquia Fisk para uma escola na cidade Mogi Mirim-SP.

Segundo a ABF (2016) franquias do setor educacional tem participação do segmento na composição do faturamento do país de 6%. O faturamento das franquias do setor educacional cresceu 8,7% em 2015, este setor é responsável em torno de 11% pela quantidade de unidade franqueada encontrada no país.

O setor educacional é muito importante para um país e contar com experiências de várias culturas, enriquece mais o mercado o Brasil conta com 12% de participação no mercado do exterior no segmento de franquias educacionais. Atualmente o Brasil conta com 159 redes estrangeiras e 40% dessas redes vêm dos Estados Unidos, e 11% dessas unidades é do setor educacional e treinamento (ABF, 2016).

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste estudo foi realizado uma pesquisa descritiva. O método utilizado nesta pesquisa foi o método indutivo. e a abordagem utilizada é qualitativa, pois contará com a participação do sujeito para entender as particularidades de cada objeto pesquisado.

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. O roteiro de entrevista utilizado foi adaptado da dissertação de Rocha (2010) intitulada de “Impacto da postura comportamental do franqueado e de sua relação com o franqueador no desempenho da franquia”, contendo 25 perguntas aberta. A entrevista foi gravada com a autorização dos entrevistados.

A presente pesquisa foi realizada em franquias do setor educacional, localizadas no município de Cacoal-RO.

Participaram administradores das franquias do setor educacional de Cacoal-RO. Os sujeitos da pesquisa são os administradores das franquias estudadas. Com base na lista

completa das redes de franquias associadas à ABF, Cacoal conta com seis franquias do setor educacional, e apenas quadro aceitaram participar da entrevista que foram codificadas como F1, F2, F3 e F4.

A análise dos dados tem por base a análise do discurso, que propõe estudar o discurso com uma abordagem ultrapassando os limites da frase buscando compreender o que está envolvido na estruturação do texto, oral ou escrito (GOMES, 2007).

Resultados da pesquisa

Caracterização das franquias educacionais locais

Para essa fase do trabalho, foram entrevistados quatro franqueados que foram codificados como F1, F2, F3 e F4. As quatro unidades possuem em média 12,5 anos no mercado de Cacoal-RO. Este resultado mostra que o relacionamento desses franqueados com seus franqueadores são extensos, porém não muito vantajoso uma vez que cada uma das empresas franqueadas conta com apenas uma unidade. Apenas uma das quatro franquias entrevistadas apostou em abrir outra unidade em uma cidade vizinha, mas por falta de mão de obra qualificada não se tornou rentável.

As franquias entrevistadas são escolas de cursos preparatórios, idiomas e informática, possuem em média 175 alunos ativos matriculados. De acordo com dados do (IBGE, 2016) Cacoal tem em torno de 87.226 mil habitantes; assim, nota-se que menos de 1% da população tem acesso em cursos ministrados pelas escolas entrevistada.

Nenhum dos respondentes teve atuação de outro negócio no ramo de franquia. Todos os administradores das franquias

pesquisadas possuem formação em nível superior e dedicação exclusiva a empresa franqueada. Com o mercado de Cacoal amplo para ser conquistado, a dedicação exclusiva auxilia a aperfeiçoar a visão de mercado e conquistar uma ampla parte da população.

Visão geral da franquia

Todos os entrevistados possuíam experiência no ramo educacional e buscavam um empreendimento nessa área. Assim, a escolha de ser franqueado da rede de ensino foi feita com base em pesquisa de mercado, por não constar unidade franqueada da rede e por ser um negócio promissor no município. Levou-se em consideração também a qualidade da metodologia oferecida, o material didático e o reconhecimento do longo período de mercado brasileiro.

Os entrevistados consideram importante a parceria no desenvolvimento do negócio, e dentro de um sistema de franquia tem apoio em todos os departamentos necessários para mantê-la.

Então por que nos consideramos que você ser parceiro hoje é muito importante e dentro da franquia agente tem um suporte dentro de todos os departamentos que agente precisa desde o pedagógico até o jurídico, então nos achamos interessante por que além da gente estar afrente do negócio, nos temos uma equipe toda também trabalhando pra gente, e ajudando agente a ter novas ideia e inovar o negócio. (Franqueador F2)

Estar junto a uma unidade franqueada é um trabalho com uma equipe já formada, com auxílio em todas as decisões e que está sempre em inovação do negócio.

As pessoas que são empreendedoras veem na franquia uma oportunidade de negócio. Alguns entrevistados se classificam como empreendedores e percebem esta oportunidade nas franquias.

Sim, quer queira quer não é empreendedorismo se torna um empresário em uma empresa. Então por que você tem que correr atrás dos clientes, fazer propaganda, verificar no mercado qual melhor foco, qual melhor cliente ir atrás então acredito que seja por isso, e além de fazer um trabalho aqui dentro bem feito né. (Franqueador F3)

Para os franqueados entrevistados, administrar um negócio também é realizar seu próprio planejamento, deve ampliar a carteira de clientes, criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessários, acompanhar as novidades do mercado, assumindo os riscos e buscar sempre reconhecimento dos clientes.

A satisfação de um profissional sempre depende do desempenho do negócio em que está atuando. Todos os entrevistados se sentem realizados profissionalmente, e estão satisfeitos com o desempenho do negócio: “[...] muito realizada como profissional, agente quer até alcançar mais né, mas às vezes o aspecto sócio cultural da nossa cidade não colabora (Franqueador F2)”.

Os franqueados entrevistados almejam alcançar mais, observam que as vezes o aspecto sócio cultural da cidade não contribui para um crescimento além das metas, e mesmo assim procuram através da inovação não se acomodar.

O papel do franqueador é dar um suporte adequado para que os seus franqueados tenham satisfação e motivação para atingir as metas estabelecidas. Os entrevistados admitem que a satisfação de um franqueado está no sucesso da franquia e o suporte dado pelo franqueador como as modernizações, reuniões, visitas, congressos.

Relacionamento com o franqueado

Os entrevistados relataram que o franqueador é o grande responsável pelo crescimento e o desenvolvimento da rede. Pela preparação aos sucessores para o negócio não findar. Uma das franquias entrevistadas foi redefinida em fundação, para assim não ter um fim isso mostra que o dono da franquia quer ter certeza que na sua ausência os seus sucessores não vão vender o negócio, pois fundação não se vende.

Os franqueados confiam que o franqueador é inovador o suficiente para garantir a continuidade e a lucratividade saudável da rede, assim o desenvolvimento da franquia depende do desempenho do franqueador e da inovação. Os entrevistados dizem que o crescimento da franquia tem uma relação com o melhoramento na metodologia, com diferenciadas inovações em todas as áreas da empresa.

Os franqueadores buscam a geração de novas ideias. Assim, quando necessário, os franqueados apresentam ideias ao franqueador, para dar início um estudo de mercado. O fato de os franqueados estarem em contato com os alunos auxilia na verificação da viabilidade da implantação da ideia.

Nem tudo que é usado em uma unidade franqueada em grandes centros, funcionam em unidades do interior. Então quando um franqueado discorda de alguma ideia que não

funciona na região procuram contatar o franqueador e expor suas razões. Os franqueadores podem acatar a ideia ou sugerir novas.

O que os franqueados entrevistados veem de mais positivo na gestão do franqueador é a busca por inovação. Para estar à frente a concorrência, sempre estão aprimorando e buscando novidades no mercado. Padronizando as franquias para ter um maior valor em qualquer localidade. Estão sempre treinando seus franqueados e a equipe de colaboradores.

O que mais desagrada no dia-a-dia da empresa, são os aspecto sócio culturais, inadimplência e atraso em atendimento. Quanto aos aspectos sócio culturais da cidade, foi mencionado a falta de interesse por parte da comunidade em aprimorar suas qualificações através dos cursos fornecidos pelas franquias entrevistadas.

As empresas precisam pagar a rede de acordo com a quantidade de alunos matriculados, assim na falta de pagamento de uma mensalidade por parte do aluno, o franqueado deve arcar com a despesa e fica com a inadimplência.

A demora no atendimento por parte da rede gera transtornos em alguns matriculados e corre o risco de diminuir a credibilidade da marca.

Para o desenvolvimento saudável do negócio de franquia é fundamental o relacionamento com o franqueador. E todos os franqueados responderam estarem satisfeitos com o relacionamento, que tem com o franqueador.

Desde o início nos temos um bom relacionamento nunca nos tivemos problema, é agente inclusive somos franqueados nota 1000 que eles falam de ouro que seja nos está sempre no top por que nós nunca deixou de cumprir com os nossos compromissos então até hoje nunca

tivemos nenhum problema de relacionamento. (Franqueador F2)

Não há tratamento diferenciado entre os franqueados da rede, depende muito do interesse de cada franquia e do desenvolvimento de novas ideias.

Os administradores das franquias informaram que nunca tiveram um desentendimento, sempre procuram entrar um consenso para decidir uma carga horaria, data de inícios, descontos ou algo que fosse de benefícios aos alunos.

O suporte a um franqueado é necessário para gerar mudanças e ter inovação. O franqueador proporciona vários encontros e congressos para trabalhar as ideias. Um dos entrevistados relatou que se não fosse franqueado poderia buscar outros meios para obter sucesso nos negócios.

Considerações finais

O sistema de franquias é um negócio contratual formado por partes lealmente distintas, que a franqueadora cede o direito ao franqueado de usar sua marca, porem tem que se submeter às tecnologias e marketing utilizados por outras unidades da mesma rede. (RODRIGUES E AREND, 2011 PLÁ 2001 e SILVIA, 2004).

Em relação aos objetivos sugeridos, observa-se que foram alcançados. A situação do relacionamento entre franqueado e franqueador das franquias do setor educacional de Cacoal-RO é considerável satisfatória. Considerando que em ambas as partes fazem o trabalho para o sucesso do sistema na região. Sobre os fatores que contribuem para a satisfação, os pontos que mais se destacaram foram quanto ao suporte fornecido pelo franqueador para o sucesso da franquia e o sucesso do negócio. A estrutura do desenvolvimento de ideias junto aos franqueados é um potencial

para o desenvolvimento do bom relacionamento da franquia. A cooperação do franqueado e franqueador com um bom relacionamento traz um grande passo para o sucesso a frente da concorrência.

Nesta pesquisa a pergunta-problema pôde ser respondido considerando a análise dos resultados encontrados nas entrevistas, onde verificou que o bom relacionamento entre franqueado e franqueador contribui para uma saudável parceria no desenvolvimento do negócio, um trabalho em equipe, com auxílio em todas as decisões e grandes inovação para o mercado.

As principais limitações para a realização da pesquisa foram encontradas ao verificar a falta de um órgão no município responsável por informar a quantidade de franquias do setor educacional estão instaladas no município de Cacoal-RO. Outra limitação foi verificada na falta de disponibilidade dos entrevistados e a aceitação em participar da entrevista.

Para as próximas pesquisas direcionadas ao setor de franquias de Cacoal, sugere-se que seja realizado um estudo sobre a abrangência do *marketing* utilizado nas franquias do setor educacional. Para uma segunda pesquisa recomenda-se que analise o *know-how* utilizado por franquias do setor de alimentação.

Referências

Associação Brasileira de Franchising. Disponível em <<http://www.portaldofranchising.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Associação Brasileira de Franchising. Disponível em <<http://www.abf.com.br/aabf/franquiasassociadasabf/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BAILEY, Jorge Eduardo. **Franchising: Finanças e Gestão Corporativa**. Projeto (Pós- Graduação)- Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/22/jorge%20eduardo%20bailey.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2014.

BERNARD, Daniel Alberto. **Como tornar sua empresa uma franquia**. Apostila SEBRAE, 2008. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/EBE7AF1B014CFABD8325747200622F77/\\$File/NT00038A66.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/EBE7AF1B014CFABD8325747200622F77/$File/NT00038A66.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL, **Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8955.htm>. Acesso em: 18 de jul. 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. 8. reimpr. São Paulo: MAKRON books, 1996.

COHEN, Marcos; SILVA, Jorge Ferreira. **O Impacto das decisões estratégicas no desempenho dos franqueados em fast-food: o papel do relacionamento franqueador-franqueado**. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552000000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 de jul. de 2014.

COUGHLAN, Anne T. et al. **Canais de Marketing**. São Paulo: Person Educationdo Brasil, 2012. Disponível em: <<http://unopar.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574250%20/pages/-12>>. Acesso em: 21 de jun. 2014.

FAURO, Darcílio Luiz. **Agências dos Correios Próprias E Suas Franquias no Estado Do Paraná: Relacionamento e Competitividade**. Dissertação (Pós- Graduação Engenharia da Produção)- UTFPR/ PR, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/92/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

GIGLIOTTI, Batista Salgado. **Transferência de conhecimento nas franquias brasileiras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4712/61080100004.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11out. 2014.

GOMES, Maria Lucia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. – Curitiba: Ibpx, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=R4MnJvX5dUsC&pg=PA35&dq=an%C3%A1lise+do+discurso+metodologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=ikYmUrurBIvs8ASohoGYBA&ved=0CF4Q6AEwCQ#v=onepage&q=an%C3%A1lise%20do%20discurso%20metodologia&f=false>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110004>> Acesso em 20 fev. 2016.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Empreendedorismo: Bibliografia Universitária Person**. São Paulo: Person Prentice Hall, 2012. Disponível em: <<http://unopar.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574342/pages/-12>>. Acesso em: 09 de jun. 2014

MESQUITA, Tássia Repiso. **Análise do desempenho de franquias localizadas no município de cacoal através do *balanced scorecard***. Artigo de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal De Rondônia – Unir Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles Departamento Acadêmico Do Curso De Administração. Cacoal; 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

PLÁ, Daniel. **Tudo sobre *Franchising***. Rio de Janeiro: Senac, 2001. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=IAnoxq-NhMC&printsec=frontcover&dq=download+franchising&hl=pt-BR&sa=X&ei=OCIUUqDgMu_54APt_oGoBw&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 30 de jun 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>>. Acesso em: 27 out. 2014.

ROCHA, Fabiula Bitencourt. **Impacto da postura comportamental do franqueado e de sua relação com o franqueador no desempenho da franquia**. Dissertação de mestrado, apresentada a: Pontifca Universidade Católica do Paraná Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2010. <<http://www.pucpr.br/posgraduacao/administracao/tesesdissertacoes.php>>. Acesso: em 16 out. 2014.

RIBEIRO, Adir et al. **Gestão estratégica do *franchising*: como construir redes de franquias de sucesso**. Editora: DVS, São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.praxisbusiness.com.br/wp-content/uploads/2012/09/Capitulo-1-do-LivroGestao-Estrategica-do-Franchising_Mar-2012.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

RODRIGUES, KelenSuian de Oliveira; AREND, Silvana Marin. **Análise da viabilidade econômica e financeira da implantação de franquia**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/contabeis/?dl_id=26 >. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Franquia**: Vantagens e desvantagens. Rio de Janeiro: Sebrae, 2008. Disponível em: <<http://www2.rj.sebrae.com.br/boletim/franquia-vantagens-e-desvantagens/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVIA, Vivian Lara dos Santos. **Ambiente institucional e organização de redes de franquias**: Uma Comparação entre Brasil e França. Tese de Doutorado, São Carlo, 2004. Disponível em: <http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2004-12-03T07:44:12Z-285/Publico/TeseVLSS.pdf>. Acesso em 19 jul. 2014.

SILVA, Adriano Camiloto da; TORRES NETO, Diogo Gonzaga; QUINTINO, Simone Marçal. **Manual do artigo científico do curso de administração**. Universidade Federal de Rondônia. Cacoal: 2010. Disponível em: <[HTTP://WWW.depadmcacoal.unir.br/downloads/1817_manual_d o_artigo_cientifico__unir_30.10.pdf](http://WWW.depadmcacoal.unir.br/downloads/1817_manual_do_artigo_cientifico__unir_30.10.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2014.

VANCE, Patricia de Salles. **Determinantes e dinâmica do uso de formas plurais em redes de franquia**. 2010. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-27052010-171209/pt-br.php>>. Acesso em: 18 out. 2014.

CAPÍTULO V:

Administração pública



“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência”. (Henry Ford)

GESTÃO DE CONVÊNIOS FEDERAIS DE INFRAESTRUTURA PELA PREFEITURA DE PRESIDENTE MÉDICI, UTILIZANDO A FERRAMENTA DE INOVAÇÃO SICONV

Denize de Souza³⁰

Angela de Castro Correia Gomes³¹

Introdução

O Brasil passou por importantes mudanças com a constituição de 1988, dentre elas, desenvolveu sua organização política administrativa atribuindo às esferas de governo autonomia e responsabilidade em atender as demandas por serviços públicos que proporcionassem melhor qualidade de vida à população.

A partir disso, observou-se uma crescente ascensão de subsídios financeiros aos municípios brasileiros, oriundos de transferências constitucionais, legais e voluntárias de outras esferas federativas e decorrentes do processo de descentralização, por meio de convênios e contratos de repasse.

Os municípios enfrentam dificuldades em atender demandas por áreas como saúde, educação, assistência social e infraestrutura. Sobra pouco aos municípios do que lhes provêm de fundos de participação e arrecadação própria. Devido a isso, as transferências voluntárias se transformam em figura participativa no orçamento, tornando-se essenciais à sobrevivência desses entes federados (SOARES, 2012).

³⁰ Egressa do curso de Administração da Unir- campus de Cacoal.

³¹ Docente da Universidade Federal de Rondônia, campus de Cacoal, vinculada ao Departamento Acadêmico de Administração e líder do GIEPGOE e GEPAC.

No momento em que o gestor público busca analisar se as áreas para as quais o governo federal disponibiliza recursos são aquelas que realmente necessitam, observando aspectos locais, sociais, culturais e utilizando instrumentos de planejamento e diretrizes orçamentárias, obtém melhor imagem institucional e processo de cooperação mútua (GALLO *et al.*, 2016). assim, esta pesquisa buscará responder a seguinte questão: **Qual o critério utilizado pelo Gestor no momento de decidir sobre a adesão ou não de um convênio de infraestrutura?**

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi identificar o processo de adesão aos Convênios federais de infraestrutura pela Prefeitura de Presidente Médici. Já os específicos foram: levantar os critérios utilizados para a tomada de decisão ou adesão dos convênios; descrever os objetos dos convênios (temas ou ações dos projetos) e verificar a forma de gestão desses convênios após conclusão da ação.

Administração pública

Segundo Matias-Pereira (2012), o significado de administrar implica em planejar, organizar, dirigir e controlar organizações. Nesse sentido, a administração pública surge como o sujeito ativo de uma determinada esfera de governo, capaz de ordenar e normatizar processos que atendam o interesse público, por meio de políticas públicas. De acordo com Moraes (2007, p. 310), é "a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar interesses coletivos como saúde, educação e proteção à infância [...]", sendo que tais serviços se estendem às diferentes esferas.

Na esfera municipal, a competência do município em planejar, organizar e dirigir os serviços públicos essenciais como saúde, educação, assistência social e infraestrutura, às suas

necessidades locais, é o que o torna autônomo administrativamente perante a Constituição Federal.

Planejamento para aplicação de recursos na administração pública

Para Mileski (2003), devido à inconsistência de atendimento aos serviços públicos locais, o poder público necessita planejar suas atividades e aplicá-las de maneira mais inteligente. Braz (2006) propõe que o gestor municipal tenha por obrigação zelar pelo processo duradouro de planejamento, a fim de propor a população o avanço na prestação de serviços públicos municipais.

No Brasil, o planejamento possui características intergovernamentais de acordo com sua organização administrativa, que concede autonomia política, administrativa e financeira às esferas de governo (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Andrade *et al.* (2006) ressaltam que planejar a administração pública é uma função imprescindível do gestor público. Só o planejamento é capaz de consertar e ao mesmo tempo propor mudanças aos problemas existentes à coletividade. Uma administração será eficaz e eficiente se conseguir planejar com qualidade o caminho que levará ao bem-estar da população.

Os instrumentos de planejamento municipal: PPA, LOA e LDO

De acordo com Constituição Federal (BRASIL, 1988), foi atribuído ao poder executivo a responsabilidade pela criação de instrumentos de planejamento e orçamento por leis específicas. Assim, o país adotou uma estrutura orçamentária baseada em três documentos em todas as esferas de governo: Planos Plurianuais -

PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentárias anuais - LOA.

Na perspectiva de Mileski (2003), o planejamento municipal é deficiente e atua com dificuldades de toda natureza, o que impede a tomada de decisões relativa à adoção de programas pertinentes à satisfação de suas necessidades.

O *Plano Plurianual* - PPA é o instrumento técnico de planejamento que visa orientar os gestores a aplicar programas de governo com período de validade de quatro anos (MILESKI, 2003).

Para Andrade *et al.* (2006), o PPA é importante para o gestor público por orientar a execução de programas de trabalhos planejados no período. Para a CNM (2013), o PPA se constitui num dispositivo de planejamento estratégico para ser utilizado pelo gestor para demonstrar propostas de trabalho e políticas públicas de longo prazo, e os respectivos objetivos a serem alcançados e avaliados fisicamente.

A *Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO* compreende as metas e prioridades da administração pública na aplicação do orçamento e orienta a concepção da lei orçamentária anual. Andrade *et al.* (2006) apontam que a LDO serve de elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual, pois tem por objetivo o planejamento de metas e prioridades da administração pública na aplicação de suas receitas durante a execução do orçamento. A LDO é caracterizada como um instrumento de planejamento para concretização de um plano governamental, cujo objetivo é a elaboração do orçamento, devendo ser aprovada em lei (CNM, 2013).

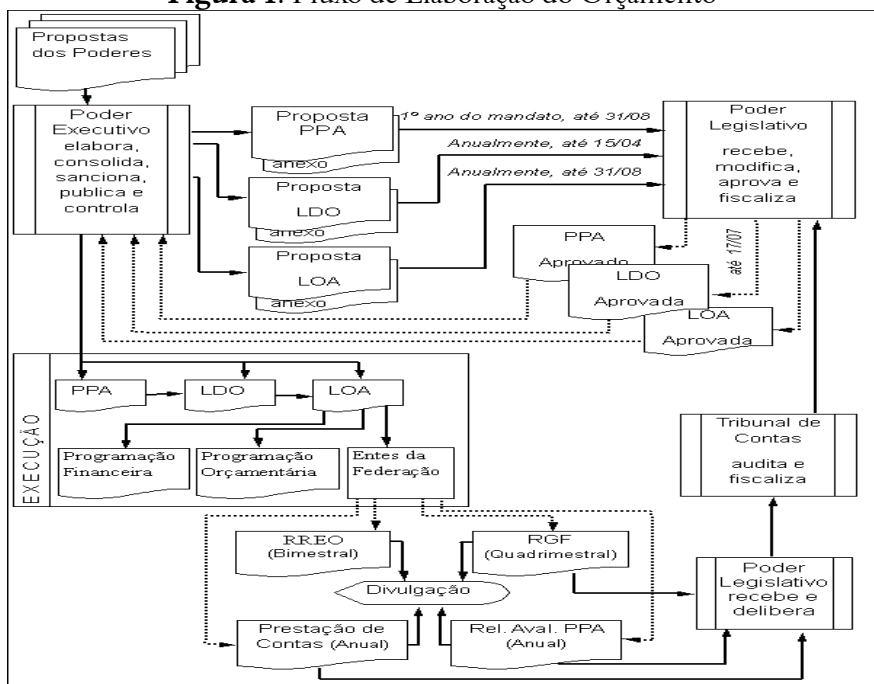
A *Lei Orçamentária Anual - LOA* é o instrumento criado para execução de metas descritas na LDO e que visam atender a sociedade. É ela quem assegura a gestão anual de recursos, bem como sua aplicação pela administração pública (CNM, 2013).

Segundo Andrade *et al.* (2006), a LOA estabelece orçamentos distintos dentro da administração pública, contemplando planos que o governo possa realizar em suas diversas áreas. Ela é responsável pelo conjunto de previsões de receitas compartilhadas em programas que proporcionarão a aplicação de políticas públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF normatiza a LOA por meio de seus dispositivos e evidencia a necessidade de o gestor manter a coerência de seus instrumentos de planejamento (ANDRADE *et al.*, 2006).

A **Fig. 1** demonstra o fluxo de elaboração dos instrumentos de planejamento no orçamento da União.

Figura 1: Fluxo de Elaboração do Orçamento



Fonte: MOGNATTI (2008, p.21)

Gestão municipal e o financiamento das ações públicas por meio de transferências voluntárias

O município é o *locus* do cidadão. Nele a demanda por serviços públicos essenciais é maior, o que obriga o gestor a apresentar soluções à população. Segundo Eckert (2010), devido à carga de responsabilidade atribuída aos municípios, é produzido, naturalmente, um excesso de despesas no orçamento municipal, tornando-os incapazes de cumprir com todas as obrigações, e aponta como saída o “regime de colaboração com os demais entes, especialmente a União, permitindo financiamento das ações por meio da celebração de convênios” (ECKERT, 2010, p. 18).

O gestor municipal irá ao encontro das transferências voluntárias, a fim de financiar ações que possibilitem captar recursos para atender áreas consideradas emergentes ou de interesse aos seus planos de trabalho, e assim suprir as necessidades da sociedade com serviços públicos.

Assim, cabe ao gestor empenhar-se para aplicar políticas públicas levando em consideração aspectos culturais, econômicos e locais, no momento em que busca destinar recursos para a realização dos serviços públicos.

Devido ao processo de descentralização ocorrido no Brasil, os municípios ganharam autonomia administrativa, mas também as responsabilidades em suprir as necessidades por serviços públicos locais.

As transferências de recursos federais aos municípios podem ser classificadas nas seguintes modalidades: a) constitucionais; b) legais; c) do Sistema Único de Saúde (SUS); d) direta ao cidadão e e) voluntárias. Estas em consonância com a CGU (2005). As transferências voluntárias estabelecem a política assistencial e cooperativa do governo federal para as demais esferas, por meio de recursos correntes ou de capital.

Os principais exemplos de transferências voluntárias no Brasil decorrem da celebração de convênios, acordos e outros instrumentos, como os contratos de repasse. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabelece critérios específicos para sua execução:

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2000).

Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU, 2016), através do Decreto nº 6.170/2007 foi instituído o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, bem como o portal de convênios do governo Federal: www.convenios.gov.br. Tudo normatizado pela LDO, que atua como regulador do preparo dos percentuais de contrapartida dos interessados, requerendo a disponibilização das informações referentes aos convênios do SICONV.

Ainda de acordo com o TCU (2016) os entes federados contemplados com as transferências voluntárias devem seguir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal -Lei Complementar nº 101/2000, e os órgãos da administração pública precisam observar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666/1993, na contratação de terceiros, devendo a modalidade pregão ser aplicada na forma eletrônica e na aquisição de bens e serviços comuns, conforme a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.504/2005.

Pelo entendimento de Soares (2012), as receitas das transferências voluntárias da União estão sob o controle do nível

central, que é o Executivo, com ampla autonomia para definir o volume destes recursos e quais destinatários e políticas serão beneficiados, dificultando conhecer o caráter destas transferências, se mais ou menos equitativo.

As modalidades de transferências voluntárias são três, conforme regulamenta o Decreto nº 6.170/2007: convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada (BRASIL, 2007). No entanto, mesmo com essa diferenciação entre esses recursos, aplica-se a caracterização extensiva de convênios (IGNARRA, 2014).

Neste contexto, a definição de convênios encontra-se no Decreto nº 6.170/2007, em seu parágrafo 1º, onde se lê:

§1º Para efeitos deste Decreto, considera-se:
I - convênio, acordo, ajuste ou qualquer instrumento formal que discipline as transferências de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e , de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (BRASIL, 2007).

Segundo Soares (2012), esse dispositivo jurídico, que tem como regra dois sujeitos, o concedente e o conveniente, regulamenta a transferência de recursos públicos da União aos municípios para o cumprimento de políticas públicas de interesse coletivo, com duração definida e em regime de mútua

cooperação, o que envolve contrapartida financeira do município e co-responsabilidade na aplicação e fiscalização dos recursos.

No entendimento da CGU (2005), os convênios são instrumentos que disciplinam as obrigações e as regras que devem reger as relações de dois ou mais partícipes (Governo Federal e Prefeitura, por exemplo) que tenham interesse em atingir um objeto comum, mediante formação de uma parceria. Seu escopo está em captar recursos para a realização de projetos, atividades e aquisição de bens, celebrando o interesse recíproco entre concedente e conveniente (IGNARRA, 2014).

Já os contratos de repasse decorrem da transferência dos recursos financeiros interpostos por uma instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União. A instituição que mais fortemente vem operando essa modalidade de transferência é a Caixa Econômica Federal, que celebra e fiscaliza os contratos com os municípios (TCU, 2016). Por conseguinte, como menciona Ignarra (2014), os termos de parceria são instrumentos capazes de permitir à União transferir valores às entidades privadas sem fins lucrativos, para que as mesmas realizem serviços essenciais à população. É caracterizado como instrumento jurídico pelo Decreto nº 9.790/1999, para transferir recursos a Organizações Sociais de Interesse Público.

Ferramenta de inovação SICONV

Com a estruturação de um modelo de planejamento governamental, foi criado, em 1967, por meio do Decreto - Lei nº 200, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, hoje denominado como Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atribuindo-lhe a responsabilidade das atividades de planejamento, orçamentação e modernização (MATIAS-PEREIRA, 2012).

De acordo com o TCU (2014), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o intuito de promover uma gestão de recursos planejados e com inovação, desenvolveu, em plataforma *web*, e disponibilizou, em 1º de julho de 2008, o Portal de Convênios, que passou a ser exigido para a celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios oriundos de transferências voluntárias pela União.

O SICONV é um sistema informatizado do governo federal no qual serão registrados todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, desde a sua proposição e análise, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução, até a prestação de contas [...] (CGU, 2014, p. 16).

Com isso, a União busca, por meio desses instrumentos, estabelecer agilidade e transparência às transferências voluntárias de recursos federais (TCU, 2014). A democratização na distribuição de recursos públicos por meio de transferências voluntárias foi ampliada com a implantação do SICONV.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo exploratório descritivo. A pesquisa exploratória tipifica os poucos dados, procura investigar ideias e construir hipóteses na formação de respostas. Já a pesquisa descritiva se aplica quando o pesquisador expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno.

A abordagem foi qualitativa. Quanto às técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a revisão bibliográfica, a análise

documental e a entrevista. Quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica foi realizada no período de agosto a novembro de 2016, por meio de livros, artigos, dissertações, teses, portais do governo federal e cartilhas, disponíveis na internet e na Biblioteca da Unir (Universidade Federal de Rondônia - Campus de Cacoal). Buscou-se informações na Prefeitura Municipal de Presidente Médici, por meio de documentos oficiais e processos administrativos, bem como foi feito o levantamento no Portal de convênios, utilizando a ferramenta de informação SICONV, onde foram identificados 29 (vinte e nove) convênios firmados com o município, sendo 15 (quinze) no primeiro período, de 2009 a 2012, e 14 no segundo período, de 2013 a 2016. O município aderiu ao SINCOV em 2008.

O roteiro de entrevista foi composto por 13 questões abertas, fundamentado por meio do embasamento teórico disposto na pesquisa, levantando os critérios utilizados para a tomada de decisão para adesão dos convênios pelo gestor do município. A entrevista com o gestor (G1- sujeito da pesquisa) do primeiro período, o qual concordou com a pesquisa, ocorreu em 06 de maio de 2017.

Os dados numéricos foram tabulados utilizando-se de ferramentas do Excel, Word para demonstrar em figuras os resultados alcançados na pesquisa. Foi realizada análise dos conteúdos dos documentos oficiais e do texto decorrente da fala do entrevistado.

Resultados da pesquisa

Situado na Mesorregião Leste rondoniense, Presidente Médici está inserido na microrregião de Ji-Paraná e foi elevado à categoria de município em 16 de junho de 1981. De acordo com

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) possui população estimada em 22.337 habitantes.

Critérios para adesão aos convênios federais de infraestrutura

O processo de proposição ou adesão aos convênios no município de Presidente Médici inicia-se com a abertura de programas disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios - SICONV, provenientes de dotações orçamentárias alocadas no Orçamento Geral da União e são disponibilizadas de duas maneiras (TCU, 2014):

a) Contemplação nominal do estado, do município ou da entidade privada sem fins lucrativos por meio da proposta do Executivo ou de emenda ao Orçamento da União por deputado federal ou senador. Ao ser publicada a Lei Orçamentária, já haverá previsão dos recursos para a consecução do objeto proposto na emenda;

b) Não contemplação explícita, mas o programa orçamentário destina recursos para a região onde se localiza o pretendente e prevê sua aplicação por meio de órgão ou entidade estadual, municipal ou não governamental (identifica-se essa previsão pelas seguintes modalidades de destinação: 30 – governo estadual; 40 – administração municipal; e 50 – entidade privada sem fins lucrativos);

Na análise de Gallo *et al.* (2016), a democratização na distribuição de recursos públicos por meio de transferências voluntárias foi ampliada com a implantação do SICONV. Logo, foi conferida às esferas uma igualdade no que tange à propositura de condições para postular por recursos federais. Conforme explica a Tabela 1, as modalidades de propostas cadastradas no

SICONV apresentam-se de duas formas: emendas parlamentares e transferências voluntárias.

Tabela 1: Modalidades de propostas cadastradas no SICONV 2009 - 2016

MODALIDADES	PERIODOS							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Emendas parlamentares	4	6	2	1	5	2	1	3
Propostas voluntarias	0	0	2	0	0	2	0	1
Σ	4	6	4	1	5	4	1	4

Fonte: Dados do SICONV (2017)

Essas modalidades são mencionadas durante a entrevista com o G1, que explana sobre as formas e modalidades de captação de recursos praticados pelo município:

"Existe basicamente duas formas para se conseguir captar recursos para os municípios: principalmente na questão dos municípios abaixo de 50 mil habitantes [...] através de chamadas públicas [...] Existe também a possibilidade de você trabalhar um outra modalidade [...] através de emendas parlamentares, tanto no governo estadual quanto no governo federal através dos deputados estaduais, deputados federais e senadores é outra possibilidade, inclusive essa possibilidade é a que maior se implanta e se consegue liberar recursos para os municípios brasileiros [...]" (G1).

Em consonância com a Tabela 1, percebe-se, nos períodos apontados, um número maior de programas propostos no Orçamento da União, oriundos de Emendas Parlamentares. Essa diferença representa uma forte presença de indicações feitas por parlamentares e por bancadas do Congresso e da Câmara Federal.

Sobre os critérios adotados para decidir sobre o que será feito, G1 explicita:

"Você pode utilizar também basicamente dois ou mais critérios um dos primeiros critérios que deve ser observado é a necessidade do Município porque não adianta pleitear recurso pra se implantar no Município pra algum tipo de infraestrutura ou de atividade se não é aquilo que a população vai ser beneficiada [...], os gestores não poderão trabalhar isso se não há necessidade daquele bem ou daquela infraestrutura no município" (G1).

De acordo com o G1, cabe ao gestor observar fatores relevantes que condizem com a real necessidade do município, agir com responsabilidade no momento em que pretende pleitear um recurso para implantar obras de infraestrutura, e observar se irá atender as necessidades da população.

Planejamento no processo de adesão aos convênios de infraestrutura

A apresentação de um programa disponível para adesão de um convênio surge no portal do SINCOV por meio de uma lista disponível, tanto na área de acesso livre, quanto na área de acesso de proponentes credenciados, que podem ser Estados, Distrito Federal, Municípios e também por Entidades Sociais. Estes programas seguem uma metodologia já previamente determinada em atender tais entes e estabelecem critérios como percentual de contrapartida e possuem requisitos para obedecer características de apoio a ações e custeio de obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos.

Os programas são disponibilizados com tempo determinado para o cadastramento de propostas pelos entes federativos, onde serão avaliados de acordo com requisitos

mínimos como: objeto, valor, duração, justificativa, capacidade técnica e agência de relacionamento a qual se refere à conta do convênio.

O tempo disponível de cada programa é particular, podendo perdurar por meses, alguns dias ou até mesmo encerrar no mesmo dia. Desse modo, cabe ao gestor através de seus instrumentos de planejamento, aderir recursos por meio de ações planejadas e orçadas. As propostas devem ser cadastradas durante o período disponível no portal dos convênios.

Nos períodos compreendidos à pesquisa realizada no município de Presidente Médici, observou-se que a maioria das ações ou é realizada no momento em que o gestor toma conhecimento do programa ou já vêm determinada e oficializada por um parlamentar, por intermédio de ofícios, os quais tem por objetivo informar ao gestor a concessão do programa disponível no SICONV, para que o município possa cadastrar uma proposta que muitas vezes já possui um objeto determinado, sendo ele serviços ou equipamentos.

Ao aderir à um convênio pré determinado, o gestor acata ações não planejadas. Na visão de Matias-Pereira (2012, p. 123),

O planejamento é uma prática essencial na administração - pública ou privada -devido aos benefícios que a utilização desta ferramenta traz às organizações. Entre eles, podemos destacar a elevação da eficiência, eficácia e efetividade da organização, pois contribui para evitar a desorganização nas operações, bem como para o aumento da racionalidade das decisões, reduzindo os riscos e aumentando as possibilidades de alcançar os objetivos da organização.

Para Mileski (2003), devido à inconsistência de atendimento aos serviços públicos locais, o poder público necessita planejar suas atividades e aplicá-las de forma mais inteligente. Braz (2006) propõe que o gestor municipal tenha por obrigação zelar pelo processo duradouro de planejamento, a fim de propor a população o avanço na prestação de serviços públicos municipais. Assim, na visão do G1

"[...] Se inicia no planejamento a discussão, o foco é por aqui mas há a necessidade também de haver essa integração das outras secretarias pra desenvolver as outras atividades, e de repente as outras secretarias têm profissionais lá que conseguem planejar um bom projeto e que a secretaria de planejamento nem tem esse profissional" (G1).

Desta forma, enfatizando a fala do G1, o município de Presidente Médici, através de seus instrumentos de planejamento: Planos Plurianual, Lei de Orçamento Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, reconhece em seu orçamento as receitas dos convênios, porém, de acordo com o que preconiza o PPA, do período de 2014 a 2017, "não se projeta valores para as receitas provenientes de convênios, exceto as de caráter continuado, assinados junto ao Governo do Estado e Federal" (PPA - 2014 a 2017, Lei Municipal 1849/2013). Desse modo, sobre o PPA, G1 explica:

"[...] PPA que é o Programa Plurianual de Investimento que ele deixa o município planejado pra quatro anos [...], há necessidade já de constar todas essas programações de planejamento do município dentro desta peça, se não conseguir recurso não tem problema" (G1).

A explicação do G1 evidencia que é importante que o município utilize instrumentos de planejamento para previsão de receitas oriundas de recursos de transferências voluntárias em seu orçamento. Para Andrade *et. al.*, (2006), a constante prática do planejamento na administração pública implica em corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis, remover empecilhos e alcançar metas essenciais, afim de inspirar os rumos da boa ou má gestão pública.

Na visão de G1, o município que não possui receita suficiente para custear e desenvolver projetos de infraestrutura necessita buscar programas disponíveis nos orçamentos da União e Estado, ou por meio de parlamentares. Desta forma, explica:

"[...] com certeza ele começa [...] com vários planejamentos, vários projetos, que os gestores no caso das gestões de Presidente Médici não tem muitas das vezes a fonte de recursos pra poder se buscar ela, mas se planeja ela e se desenvolve os projetos, há a necessidade de se fazer isso e aí se vai atrás do governo do Estado com as duas formas que existe [...], dos editais públicos e também através das indicações feitas pelos parlamentares de níveis estadual e federal e aí vai concretizando, se vai se concretizando os recursos pra efetivar essas obras [...]" (G1).

Evidencia-se que, para o entrevistado G1, a falta de empenho do gestor em buscar apoio em outras esferas de governo reflete diretamente em seu desenvolvimento.

Temas ou ações dos projetos

Os dados no portal de convênios descrevem uma grande diversidade de ações e projetos cadastrados por municípios de todo o país. Os projetos têm como tema ações inerentes às demandas por serviços públicos essenciais como educação, saúde, assistência social e obras de infraestrutura.

No entendimento de Moraes (2007), os serviços de saúde, educação, justiça, segurança pública, transporte, entre outros, considerados essenciais, devem ser oferecidos regularmente com eficiência, obedecendo ao princípio da continuidade, ou seja, não podem ser interrompidos, pois atendem toda a coletividade.

Com o levantamento dos temas e ações dos projetos de infraestrutura cadastrados no SICONV, pelo Município de Presidente Médici, no período de 2009 a 2012, observa-se que foram captados, pelo gestor recursos que tiveram como objeto e finalidade atender áreas da saúde, educação, assistência social e cultura, como demonstra a **Tabela 2**.

A **Tabela 2** mostra a expressiva participação do Ministério da Defesa na concessão de transferências de recursos federais ao município, embora existam Ministérios que só liberam recursos por emendas parlamentares. Há um número expressivo de convênios celebrados por meio de indicação de emendas parlamentares para promover obras de infraestrutura. Sobre isso, G1 comenta:

"Muitas vezes, essa forma de indicação da emenda, ou seja, do recurso pelos parlamentares, [...] não consegue ser efetivada [...] muitas vezes isso não é efetivado porque o parlamentar tem horas que ele não conhece o local que precisa colocar esse recurso no projeto, aí corre o risco e muitas vezes perder esses recursos, então o correto que eu vejo é realmente discutir com o parlamentar antes de ele escrever essas, descrições, ou seja, essas rubricas no orçamento da União [...]" (G1).

Cabe destacar a explicação do G1, que faz um alerta sobre os recursos originários de indicações de parlamentares, pois nem sempre é conhecida a realidade do local para onde são destinadas quantias expressivas.

Tabela 2: Recursos captados por meio de
Convênios no período de 2009 a 2012

Ano da Proposta	Objeto	Nome do Programa	Programa	Valor (R\$)
2009	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020090142	103.092,78
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020090197	459.186,67
	*	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	2060320090050	113.402,06
	**	Ministério da Saúde	3600020091361	530.934,88
2010	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100392	102.050,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100425	204.100,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100374	255.103,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100375	201.721,58
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100292	183.674,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020100059	163.500,00
2011	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020110076	153.062,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020110340	306.122,45
	***	Ministério do Esporte	5100020080073	357.143,00
	***	Ministério do Esporte	5100020080073	357.143,00
2012	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020120214	306.500,00

Fonte: Elaborado com dados do SICONV (2017).

* Tipo de instrumento: Convênio; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

*** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Proposta Voluntária

Em relação ao período de 2013 a 2016, analisado no SICONV, os temas das propostas do gestor seguem a mesma premissa do período anterior. Foram celebrados convênios e contratos de repasse que tiveram como escopo obras de infraestrutura para atender áreas da saúde, educação, assistência social, esporte e turismo, conforme a **Tabela 3**:

Os dados da **Tabela 3** mostram a grande incidência de convênios e contratos de repasse que só se concretizaram devido à designação de uma emenda parlamentar. Ainda, que apenas três programas procederam de propostas voluntárias. Manifesta-se aqui também o mesmo critério de captação utilizado no primeiro período, onde o gestor busca, ou o município é contemplado por uma indicação política.

Tabela 3: Propostas cadastradas no período de 2013 a 2016

Ano da Proposta	Objeto	Nome	Programa	Valor (R\$)
2013	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130237	1.025.000,00
	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130170	320.000,00
	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130206	255.103,00
	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130329	306.122,50
	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020130498	255.103,00
2014	★	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020140130	404.050,00
	★★	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	5100020140001	252.530,00
	★★★	Ministério do Turismo - Apoio a projetos de infraestrutura turística	5400020140003	332.000,00
	★★★	Ministério do Desenvolvimento Social e	5500020140015	460.000,00

		Agrário - Estruturação da rede serviços de proteção social especial		
2015	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020150319	505.000,00
2016	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020160009	505.000,00
	*	Ministério da Defesa - Programa Calha Norte	5200020160101	1.200.000,00
	**	Ministério da Saúde	3600020160040	500.000,00
	***	Ministério das Cidades Planejamento Urbano	5600020160013	500.000,00

Fonte: Elaborada com dados do SICONV (2017).

* Tipo de instrumento: Convênio; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Emenda Parlamentar

*** Tipo de Instrumento: Contrato de Repasse; Qualificação da Proposta: Proposta Voluntária

Forma de gestão dos convênios após a conclusão da ação

Nem todas as propostas realizadas pelo município de Presidente Médici, com o objetivo de aderir convênios de obras de infraestrutura cadastradas nos períodos de 2009 a 2012, se tornaram convênios ou contratos de repasse (**Quadro 1**).

Quadro 1: Situação dos Convênios cadastrados, no período de 2009 a 2012

Ano/ Convênios	Objetos	Situação no SICONV
2009	Ampliação do Centro de Atendimento aos Portadores de necessidades Especiais, sendo salas, Biblioteca e Banheiros	Prestação de contas aprovada
	Reforma do Hospital Municipal	
	Ampliação do Hospital Municipal	
	Infraestrutura de Parque de Exposições Agropecuária	
2010	Ampliação da Unidade de Portadores de Saúde de Deficiência	Prestação de
	Ampliação e Reforma do Hospital	

	Reforma e Ampliação do Prédio Administrativo	contas aprovada
	Construção da Capela Mortuária	
	Construção de Arquibancada no Parque de Exposições	
	Reforma do Estádio Municipal	
2011	Ampliação a Unidade de Atendimento ao Portador de Deficiência	Prestação de contas aprovada
	Ampliação do Hospital	
	Construção de 01 quadra coberta (E.M.F – Junqueira Freire)	
	Construção de 01 quadra coberta (E.M.F – Rio São Francisco)	Em execução
2012	Construção da 1ª Etapa do Skate Park	Prestação de contas em análise

Fonte: Elaborado com dados do SICONV (2017)

Pelo exposto no **Quadro 1**, as que o município obteve êxito foram executadas e apresentada a prestação de contas aos respectivos Ministérios, nesse caso, denominados concedentes do recurso e fiscalizadores de todo o processo: a captação, o processo de execução, a aprovação da prestação de contas final e a entrega definitiva da obra ao município. Ainda há dois convênios que não alcançaram seu êxito total. Um deles estava em fase de execução e outro com prestação de contas em análise. Isso chama atenção quanto à forma de gestão atribuída pelo gestor.

Perguntado ao G1 como é feita a fiscalização e o acompanhamento desses convênios ou contratos de repasses, o mesmo discorre que após a aprovação dos projetos, iniciado na secretaria de proposição da ação, o Prefeito autoriza e é criada uma comissão para fazer o acompanhamento de obras e serviços, formadas por servidores técnicos e específicos da Prefeitura, desde o início até a execução final dos convênios. Após esse processo de acompanhamento e fiscalização, os convênios ainda passam pelo crivo dos controladores do município e da União. Na concepção de Matias-Pereira (2012), a gestão pública deve ser

planejada de tal modo que estabeleça o controle e a responsabilidade dos recursos.

Os convênios identificados no período de 2013 a 2016 representam o sucesso do município no momento da adesão dos recursos federais para obras de infraestrutura. Nesse período mais recente, fica evidenciado que a partir do momento em que o gestor público adere ao recurso surge um termo de cooperação mútua entre o concedente, que pode tratar-se de um Ministério, e o conveniente, que é o município.

Observa-se que dos 14 convênios propostos, apenas dois encontram-se totalmente executados com prestação de contas aprovada e entregues ao município. Outros três foram executados mas continuavam com prestação de contas em análise. O restante, aderido pelo município, estão em fase de execução (oito no total), e um mantém a situação apenas de proposta e plano de trabalho aprovados (**Quadro 2**).

Quadro 2: Situação do Convênios cadastrados no período de 2013 a 2016

Ano/Convênios	Objeto	Situação no SICONV
2013	Construção da sede da administração da Prefeitura	Em Execução
	Pavimentação	Prestação de Contas em Análise
	Reforma e ampliação da E.M.E.F. Professor Luiz Capilla	
	Complementação do Skate Park	
	Construção de 02 quadras de areia	Prestação de Contas Aprovada
2014	Reforma do Ginásio de Esportes	Em Execução
	Construção do Centro de Apoio ao Turista	
	Estruturação da rede de serviços de proteção social especial construção do CREAS	
	Pavimentação de vias urbanas	
2015	Construção da Feira do Produtor	Em Execução

2016	Construção de Prédio Público	Em Execução
	Construção de palco e arena para shows, conclusão da arquibancada e iluminação de áreas do Parque de Exposições	
	Reforma de unidade de atenção especializada em saúde	
	Pavimentação asfáltica	Proposta e Plano de Trabalho Aprovados

Fonte: Elaborado com dados do SICONV, (2017)

Os convênios e contratos de repasses desse período foram/estão sendo acompanhados/fiscalizados por profissionais técnicos habilitados em certas áreas, bem como por servidores públicos que compõem suas respectivas secretarias de origem e engenheiros do corpo técnico da Secretaria de Planejamento do município.

Os Ministérios têm representatividade assídua na adesão aos convênios, pois são eles que aprovam os objetos pleiteados pelos municípios, bem como exercem a função de acompanhamento e fiscalização dos recursos. No momento em que uma proposta se transforma em convênio, imediatamente são acionados os Ministérios que irão acompanhar todo o processo de execução, até a fase final, que é a prestação de contas. Portanto, como demonstram as **Tabelas 4 e 5**, fora identificada na pesquisa uma forte participação do Ministério da Defesa - Programa Calha Norte.

Tabela 4: Participação dos ministérios nos convênios firmados - período 2009-2012

Ministérios	Frequência	Porcentagem
Ministério da Defesa	11	73%
Ministério da Saúde	1	7%
Suframa	1	7%
Ministério do Esporte	2	13%
•	15	100%

Fonte: Dados do Portal do SICONV, (2017)

Durante o período de 2009 a 2012, o Ministério da Defesa, especificamente o Programa Calha Norte, representa 73% dos convênios aderidos pelo Município.

Tabela 5: Participação dos Ministérios nos Convênios firmado - período 2013-2016

Ministérios	Frequência	Porcentagem
Ministério da Defesa	9	64%
Ministério da Saúde	1	7%
Ministério do esporte	1	7%
Ministério das Cidades	1	7%
Ministério do Desenvolvimento e combate a Fome	1	7%
Ministério do Turismo	1	7%
T	14	100%

Fonte: Dados do Portal do SICONV (2017)

No período de 2013 a 2016 a representatividade dos Ministérios é mais expressiva novamente pelo Ministério da Defesa - Programa Calha Norte. Os outros ministérios têm eventual participação no município, como concedentes.

Todos os convênios e contratos de repasses são determinados por um prazo de vigência. Ao acessar o SICONV, o município conveniente é alertado periodicamente sobre o início de sua vigência, até a data limite para prestação de contas. Após a execução total dos convênios de infraestrutura pelo município e finalizada a prestação de contas final, o ministério concedente fará uma vistoria na obra, para então emitir parecer conclusivo de aprovação ou não do convênio. Neste caso, a relevância da obra é controlada pelos órgãos externos da União.

Perguntado ao G1, se são medidos os impactos das obras de infraestrutura pelo município, o mesmo explica que:

"Eu não tenho presenciado ainda essa ferramenta de medição eu tenho visto os órgãos de controle externo ele já está alertando isto a todo tempo que tem que haver a medição dessas aplicações de recurso, qualquer recurso aplicado ele tem que ser medido pra poder verificar se aquele custo realmente tá trazendo benefício [...] o objetivo é tirar, é melhorar a qualidade de vida das populações [...]" (G1).

O G1 expõe que se houver aferição de quanto de benefício está se produzindo na comunidade, automaticamente irá refletir na qualidade de vida da população.

Quanto ao conceito de medir o impacto dessas obras de infraestrutura que vêm sendo realizadas não só no período abordado pela pesquisa e sim de longa data, não foi identificado nem no portal de gestão de convênios, nem pelo G1 entrevistado, sendo apenas demonstrado claramente a sua preocupação e que reconhece ser de extrema relevância.

A sua visão sobre o que poderia ser mudado em todo o processo para possibilitar uma melhor implantação de obras de infraestrutura, desde o processo decisório de adesão, G1 expõe a necessidade de contratação de pessoal técnico, tanto para melhorar a captação como a aplicação dos recursos.

A análise final é que o município, ao longo dos períodos pesquisados no portal de convênios SICONV, conseguiu aderir a um número considerável de convênios e contratos de repasse que tiveram como objeto obras de infraestrutura, o que propiciou um maior desenvolvimento de atividades no local. Os gestores dos períodos analisados utilizaram a ferramenta de inovação SICONV para propor e aderir aos programas disponíveis correspondente aos Ministérios, como também foram atendidos por meio de programas específicos que já haviam sido orçados na União por indicação de emendas de parlamentares, representantes do Estado.

Considerações finais

Com a realização desse estudo, foi possível observar a relevância da administração pública municipal em gerir recursos federais resultantes de transferências voluntárias que anualmente compõe o orçamento da União, por meio de propostas voluntárias dos ministérios e por emendas parlamentares. Constatou-se, também, que com a autonomia dos municípios foi-lhes transferida a responsabilidade de proporcionar melhor qualidade de vida à sua população, embora parte deles não se sustentem com receitas de arrecadação própria. Portanto, a pesquisa utilizou a ferramenta de inovação do Sistema de gestão de convênios e contratos de repasse SICONV para identificar o processo de adesão aos convênios utilizados pelos gestores do município de Presidente Médici, para atender obras de infraestrutura.

Constatou que os objetivos foram alcançados, pois com o levantamentos dos dados no portal e com a entrevista foi possível identificar que o processo de adesão aos convênios de obras de infraestrutura ocorrem por dois meios: emendas parlamentares ao orçamento da União que já chegam pré-determinadas ao município; propostas voluntárias onde o gestor determina seu projeto, de acordo com a linha de programa disposto em cada ministério. Ficou demonstrado que o sistema de convênios criado pelo governo federal é o principal elo entre os entes federados, pois permite a transparência no acompanhamento e a fiscalização no processo de execução de obras de infraestrutura.

De acordo com os dados do portal de convênios, há uma crescente preocupação do município em buscar recursos federais. Um detalhe importante e que nos chama atenção é o número de convênios que só foram celebrados por intermédio de parlamentares da Câmara e do Congresso Nacional,

principalmente os disponíveis pelo Ministério da Defesa - Programa Calha Norte, que opera exclusivamente com emendas parlamentares.

Foram apontados, pelo gestor, fatores relevantes e necessários ao sucesso no desenvolvimento de convênios pelo município, pois o mesmo não possui estrutura física nem aparato técnico para uma gestão eficaz dos recursos captados.

Contudo, é importante que o município desenvolva melhor suas ferramentas de planejamento, para que a adesão aos recursos públicos tenha maior eficiência e como reflexo uma melhor aplicabilidade de políticas públicas para sua comunidade. Neste caso, este conceito também se aplica ao gestor, no momento em que ele busca parcerias parlamentares. É importante que se conheça a realidade do local para onde se destina dinheiro o público, neste caso, é essencial a sociedade participar deste processo de planejamento e poder se manifestar quanto à pertinência da obra.

Planejar ações com compromisso e empregar políticas públicas com responsabilidade implica na ascensão dos indicadores sociais e no desenvolvimento do município. Ou o critério de adesão dos gestores fica circunscrito em atender a efetiva realidade do município ou em somente acolher indicações políticas.

Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino *et al.* **Planejamento governamental para municípios:** plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007. **Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e da outras providências.** Brasília, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 13 out. 2016c.

_____. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Brasília, 05 mai. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016f.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Convênios e outros repasses.** Brasília: Secretaria - Geral de Controle Externo, 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/1>>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRAZ, Petrônio. **Direito municipal na constituição.** Leme: J. H. Mizuno, 2006.

ECKERT, Júnior Alberto. **As dificuldades enfrentadas pelos municípios gaúchos na efetivação de convênios com a união:** o caso prático da região do Vale do Taquari. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29845>>. Acesso em: 23 out. 2016.

GALLO, Zildo et al. Captação de recursos pelo sistema siconv-avaliação dos entraves encontrados em municípios de pequeno porte. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, 2016, p. 1067-1087. Disponível em: <<http://www.periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2666>>. Acesso em: 16 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Rondônia. Presidente Médici. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110025&search=|inogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

IGNARRA, Renata. **Monitoramento de recursos de transferências voluntárias na esfera municipal**. 2014. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11875>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional administrativo**. São Paulo: Atlas, 2007.

MILESKI, Helio Saul. O controle da gestão pública. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.

MOGNATTI, Marcos César de Farias. **Transparência e controle na execução das emendas parlamentares ao orçamento da União**. (Monografia). Curso de Especialização em Orçamento Público – Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal – 2º Semestre 2008. Brasília, DF.

SOARES, Márcia Miranda. Repasses financeiros e voluntários a da União aos municípios brasileiros: condicionantes políticos, sociais e técnicos. 8º encontro da ABCP. **Anais...** Gramado - RS, p. 4, 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/28_6_2012_20_41_27.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CAPÍTULO VI:

Administração contábil, financeira e orçamentária e de cálculos matemáticos e estatísticos



“As pessoas dividem-se entre aquelas que poupam como se vivessem para sempre e aquelas que gastam como se fossem morrer amanhã”.
(Aristóteles)

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (*SPED*): REPERCUSSÕES NA GESTÃO DE EMPRESAS DE LUCRO PRESUMIDO

Marcos Tadeu Simões Piacentini³²

Everaldo Ferreira Brito³³

Alexandre Leonardo Simões Piacentini³⁴

Jéssica Bispo Blasques³⁵

Introdução

Inovação tecnológica é um dos grandes precursores das mudanças e está presente em várias atividades humanas. Porém, é visto com mais frequência no ramo empresarial. Um dos exemplos disto é, o sistema implantado no Brasil, para as empresas divulgarem seu faturamento a Receita Federal, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), criado para aumentar a eficácia e a eficiência na gestão fiscal e integração entre as esferas governamentais e as empresas.

A partir da obrigatoriedade de adesão ao SPED, as empresas precisaram adequar-se para o novo modelo proposto, de forma a possuírem uma infraestrutura tecnológica além de

³² Docente do curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, em Cacoal RO. E-mail: marcos.piacentini@unir.br.

³³ Egresso do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, em Cacoal RO. E-mail: everaldof177@gmail.com

³⁴ Docente do Curso de Engenharia Florestal da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Rolim de Moura. E-mail: piacentini@unir.br.

³⁵ Assistente em Administração do Curso de Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, em Cacoal RO. E-mail: jessicabispo@unir.br

funcionários treinados e com conhecimento técnico e teórico para efetuar possíveis ajustes de erros e transmissão de arquivos, dentre outros.

Para que as mudanças possam produzir o melhor efeito possível, é de grande importância o gestor estar bem informado e preparado tanto estruturalmente como financeiramente. Neste contexto, vislumbra-se que empresas podem encontrar dificuldades diferentes dentre si. Da mesma forma, podem surgir soluções diferentes para os mesmos problemas enfrentados pelas empresas. Assim, partindo deste pressuposto, este artigo pretende apresentar os principais impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital na gestão de empresas de lucro presumido.

Sistema de informação

Sistemas de informação já eram utilizados mesmo antes da existência dos computadores. Diversas técnicas de registro de dados, os quais eram catalogados, organizados, arquivados e mantidos sobre controle dos chamados Arquivistas. Em teoria um método simples, mas extremamente difícil de ser mantido atualizado devido à quantidade de documentos, o que também dificultava em muito o cruzamento dos dados e a análises de informações em conjunto (BELLOTTO, 2004).

Entende-se como sistema de informação, todo conjunto de dados que gera uma informação, que anexada em um contexto possa gerar um processamento, que como resultado atendera a um objetivo final de âmbito organizacional. Assim percebe-se que sistemas de informação tem por objetivo organiza dados individuais, para que gerem uma informação pertinente, a quem precisar dela. (CASSARO, 2003).

McClean, Tuman e Wetherbe (1999) definem sistemas de informação como, um conjunto organizado de pessoas, procedimentos, dados/informações ou componentes de tecnologia da informação e comunicações, que podem ser processados, armazenados e analisados posteriormente, assim sistema trata-se de um conjunto organizado do que pode transmitir informações com um objetivo.

Pode-se admitir, portanto, que Sistema de Informação refere-se a um conjunto de dados organizados de forma que, gerem resultados que possam ser utilizados, analisados ou que descrevem o assunto para qual tenham sido reunidos tais dados.

Sistema de informação relacionada a administração

Os sistemas de informação têm função de auxiliar e facilitar ou até mesmo realizar tarefas dentro das empresas, isto ocorre em todos os ramos há vários anos desde o surgimento do computador.

Para Matsuda (2007), sistemas de Informação são processos de subsistemas menores que fazem interligações entre eles, esses subsistemas podem ser classificados em produção/serviço, venda, distribuição, materiais, financeiro, recursos humanos, e outros, dependendo do ramo em que a empresa atua. O departamento responsável integra esses subsistemas de modo que supra as necessidades estabelecidas no planejamento estratégico da empresa.

Segundo Bach (2001), a principal evolução dos sistemas de informação ocorreu com a popularização do computador no início dos anos 80. Os departamentos de sistema de informação desta época, cresceram consideravelmente dentro das organizações, e aqueles que trabalhavam nesse setor ganharam

status dentro da empresa o bastante para que até mesmo subissem de cargo ocupando mais funções na empresa.

Por outro lado, Domingues (2004) afirma que a Tecnologia da informação saiu de uma posição de ser apenas um setor de base da empresa para se tornar um dos principais diferenciais na estratégia dos empreendimentos. Em consequência disso vários trabalhos e pesquisas foram desenvolvidos para auxiliar melhor cada vez mais as estratégias adotadas pelas instituições.

Assim os sistemas de informação avançaram de sistemas de assistência para ferramentas que fazem parte da estratégia da empresa para se tornar mais competitiva no mercado.

Sistema de informação contábil

Sistema de Informação Contábil – SIC, é uma ferramenta que auxilia na gestão e controle dos dados. De acordo com Hurt (2014), a SIC consiste em um sistema interligado de documentos e tecnologias utilizados para coleta de dados, estes são processados e geram uma resposta utilizada para a tomada de decisão. Assim a SIC se torna uma importante ferramenta de apoio para a gestão das organizações.

Padoveze (2004, p. 143) afirma que:

O Sistema de Informação Contábil ou Sistema de Informação de Controladoria são os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o administrador utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude.

Assim, pode-se entender que este sistema gerencia as informações contábeis para planejamentos e tomada de decisão imediata, entendendo que esse processo é essencial já que grande parte dos resultados obtidos desse sistema são informações financeiras da organização.

Desse modo, pode-se entender que sistema de promove o controle de contas e a gestão empresarial. Através dela é possível ter mais um horizonte para a tomada de decisão, assim como também é possível manter o controle da gestão de conta. Toda via é um sistema de informação que contribui em muito na gestão do empreendimento.

SPED e suas atribuições

Em 22 de janeiro de 2007, o Decreto o Decreto nº 6.022 da instituição normativa Receita Federal, instituiu formalmente o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Este projeto buscava unir as empresas para que juntas mudassem da forma de armazenamento de documentos fiscais, além de modificar a escrituração fiscal e contábil, adentrando então na era da informática. (MARIANO; AZEVEDO, 2009)

O SPED é um sistema que valida os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais. Como são documentos de uso oficial, respeitam uma padronização e formato, mediante as necessidades de cada organização. No entanto, o SPED também pode ser visto como uma ferramenta para diminuir a burocracia, para que a tributação e o controle ocorram de forma mais rápida e transparente, assim também melhorando a garantia e veracidade das demonstrações apresentadas, evitando também possíveis fraudes contábeis e fiscais (BRASIL, 2016).

O projeto para aplicação do SPED foi dividido em três grandes subprojetos em suma, Nota Fiscal Eletrônica-NF-e. Escrituração Contábil Digital-ECD; realizada através do SPED Contábil. Escrituração Fiscal Digital-EFD; realizada através do SPED fiscal, mais bem detalhado nos tópicos a seguir.

Procedimentos metodológicos

O trabalho caracterizou-se uma a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, que empregou o raciocínio dedutivo.

A população de estudo considerou empresas a partir do seu regime fiscal de lucro presumido ou optante pelo simples. A amostra foi composta por 5 empresas que aceitaram participar da pesquisa

A coleta de dados deste trabalho ocorreu pela técnica da entrevista semiestruturada, para melhor enquadramento com a proposta da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2010) a entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto. As entrevistas ocorreram nas empresas estudadas com gestores ou representantes administrativos. A análise dos dados coletados deu-se por meio do método de análise de conteúdo.

Resultados da pesquisa

A seguir apresentam-se as informações coletadas na presente pesquisa, relativas ao perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa e das entrevistas

Perfil dos participantes

Os sujeitos da pesquisa foram compostos por membros administrativos da empresa. O questionário aplicado foi elaborado com alguns indicadores utilizados em pesquisas sociais do IBGE.

Quadro 1: Perfil demográfico

Entrevistado	Gênero	Idade	Formação	Cargo/função
a	masculino	42	-----	proprietario
b	feminino	27	-----	secretaria administrativa
c	masculino	42	tecnico em mecanica de motos	proprietario
d	masculino	33	-----	proprietario
e	masculino	47	tecnico especialista de motos até 1500 cc	proprietario

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Conforme os dados obtidos durante as entrevistas verificam-se que, os entrevistados têm entre 27 e 47 anos. Nenhum declarou ter curso superior, mas a maioria são proprietários do, assim como também dos cinco entrevistados quatro são homes e proprietários do negócio e apenas uma era mulher que foi entrevistada como representante do dono, esta que ocupa o cargo de secretaria administrativa.

Análise das empresas

O tempo de funcionamento das empresas variam bastante. A empresa A funciona a dezesseis anos; a empresa B afirma trinta e seis anos, a empresa C vinte dois anos, a empresa D três anos, a empresa E oito anos. Dessa forma pode-se perceber que das cinco, quatro já estavam em funcionamento no mercado quando o SPED entrou em vigência obrigatória, então passaram pelo processo de adaptação ao novo sistema. Apenas uma delas trabalha dentro do novo sistema desde a sua inauguração.

As exigências fiscais e contábeis, antes do sistema SPED, em empresas que não possuíam departamento próprio de contabilidade, era feito por escritórios externos de contabilidade, que fechavam o balanço e organizavam todos os repasses necessários. Não foi diferente nas empresas pesquisadas, pois todos os entrevistados alegarão usar do método.

Nas empresas foram utilizadas diferentes formas para se adequar as mudanças ocasionadas para adaptação ao SPED. Entretanto um ponto em comum foi que, os softwares das empresas foram substituídos por outros capazes de atender novas especificações, como o da nota fiscal eletrônica o qual foi o primeiro a ser implementado pelo projeto SPED.

Os problemas encontrados pelos gestores não geraram gastos significativos para as empresas, dado em vista que em sua grande maioria, não foi necessário investir nada em estrutura física ou equipamentos. Apenas a empresa C teve um pequeno custo com fiação para incorporar todos os computadores a rede, assim os gastos da empresa foram mínimos.

Apesar de que por muitas vezes substituir um sistema pode gerar necessidades de treinamentos e afins, percebe-se no decorrer das entrevistas que, substituir o sistema para as empresas não foi algo que gerou alteração no dia-a-dia e atividades. As

alterações desse tipo são basicamente imperceptíveis, e as atividades das empresas continuaram de maneira fluida como se nada tivesse mudado.

Para que ocorressem as mudanças os custos para se adaptar ao sistema foram todos financiados pelas próprias empresas. Não houve isenções e nem quaisquer incentivos para auxiliar a mudança nesse aspecto. Ainda que as empresas entrevistadas não declararam ter problemas, é de se esperar que empresa tenham alguma dificuldade para arcar com possíveis custo de adaptação, principalmente no quesito software.

E quanto ao auxílio técnico, o que se pode perceber através das respostas dos entrevistados é que existem diversos órgãos que podem dar auxílio quanto a isso, desde escritórios de contabilidade, até os consultores que podem ser de guia para as adequações como foi o caso do entrevistado 'E' que disse:

RE “Contratei um consultor para me ajudar na questão fiscal e financeira da empresa que estava com alguns problemas na época e ele também deu auxílio na questão do sistema porque o que operava na empresa já era um bem antigo, ”

Contudo não foi relatado, por nenhum dos demais entrevistados, adversidades relacionados a adequação técnica das empresas ao sistema. Os entrevistados das empresas A B e C afirmarão que não houve necessidade de nenhum auxílio técnico para o sistema. O entrevistado D teve necessidade de um profissional técnico para fazer instalação do sistema, mas as operações são todas feitas por ele sem dificuldades.

Alguns problemas relativos as tarefas recorrentes da empresa podem ser esperadas, pois a mudança do sistema operacional, algumas vezes acarreta problemas como treinamentos para os funcionários lidarem com o sistema,

adaptação, e até mesmo troca de equipamentos. Isto que ocorreu com o entrevistado E; que não teve problemas para operar o sistema, mas devido algumas incógnitas fiscais levou algum tempo para esta burocraticamente apto para utilizar o sistema na empresa.

Os demais entrevistados A B e D afirmarão que não tiveram problemas, a adaptação foi fácil na troca. O entrevistado C relatou que apenas teve alguns problemas para encontrar um software que se encaixasse bem com o seu tipo de empreendimento, mas sem outros problemas.

Para solucionar os problemas, os entrevistados encontraram diversas soluções. Como no caso do entrevistado C procurar ajuda junto a um órgão que o ajudou a encontra um sistema com o qual ele pudesse trabalhar sem problemas. Já o entrevistado E contratou serviço de consultoria, que o ajudou a organizar a empresa e deixa-la apta a receber o sistema.

E ainda perguntando aos respondentes se ainda haviam problemas ou surgido algum após a adaptação ao SPED, apenas o entrevistado C disse ter algum problema. Este era relacionado ao controle das mercadorias, mas não por erro do sistema, e sim por falha no registro dos produtos, causada as vezes pela interrupção devido ao movimento do estabelecimento em alguns momentos.

As percepções que os entrevistados têm do antes e depois do SPED em suas empresas, a qual o entrevistado D não pode responder já que sua empresa não tem experiência com o método antigo, se diversificaram. O entrevistado C respondeu que não sentiu diferença alguma na sua empresa que as práticas e rotinas da empresa mantiveram-se as mesmas.

O entrevistado B apesar de assim como o entrevistado C afirmar que a empresa não teria sofrido grandes mudança após o SPED, acrescentou que o custo para fazer o balanço da empresa

se tornou mais caro. Assumindo assim uma postura mais negativa em relação aos efeitos causados em função do SPED.

Já os entrevistados A e E tiveram opiniões positivas em relação à os efeitos causados pelo sistema. Segundo o entrevistado A empresa passou a ter uma melhor organização dos dados, o que melhorou o administrativo da empresa. E o entrevistado E assumiu que, a partir da mudança de sistema a empresa passou a ser mais organizada com os documentos.

Vantagens ou desvantagens ocorrem sempre que algo é substituído, do mesmo modo era de se esperar que também ocorresse com o SPED. A principal vantagem identificada pelo entrevistado A foi, o controle das saídas, pois facilitou o gerenciamento do estoque, pelo controle das saídas que o sistema integra. Não identificou nenhuma desvantagem no sistema.

O entrevistado B indicou âmbitos tanto positivo quanto negativo. Como vantagem ele afirma que as compras e a venda de produtos na empresa são mais detalhadas, porém quando se trata de uma venda mais volumosa, o sistema demora mais a emitir o documento fiscal, o que eventualmente causa algum atraso.

Já o entrevistado C afirmou que, a seu ver a principal vantagem foi não haver mais a necessidade de guardar todas as notas fiscais de suas compras. Isto que é uma das propostas de melhoria pós adequação ao SPED, segundo o mistério da fazenda. O entrevistado não vê nenhuma desvantagem depois da implantação do sistema.

O entrevistado D disse que como sistema, dentro da sua empresa, é de grande ajuda, por facilitar as atividades da empresa, sem se manifestar muito sobre os detalhes do sistema. Também declarou não ver desvantagens no sistema.

O entrevistado E declarou que, depois de atualizar sua empresa ao novo sistema mudou a sua percepção de mercado. Apesar de não ser exatamente uma vantagem, ele afirma não ter

mais uma visão restrita a sua empresa, mas sim voltado para todo mercado, que só ocorreu depois da mudança.

Por fim foi perguntado aos respondentes, o que eles diriam ao sistema se fosse possível. Os entrevistados A e B diriam para o sistema ser mais rápido. Demonstrando então alguma insatisfação em relação ao tempo de resposta do sistema. O entrevistado D disse não saber o que dizer, disse não conseguir imaginar nada na hora.

O entrevistado C acredita que o sistema aparenta ser uma ferramenta de fiscalização. Ele disse que o sistema deve ser uma ótima ferramenta de fiscalização, mas, dentro da sua empresa não faz tanta diferença. Aparenta então um sentimento de insatisfação ou indiferença em relação ao sistema.

Já entrevistado E respondeu que provavelmente, faria pergunta para entender melhor o sistema e se possível melhorar na sua empresa. Demonstrando certa curiosidade sobre o sistema, diferenciando-se dos demais entrevistados que não aparentaram ter uma visão tão positiva do sistema quanto a deste entrevistado.

Com tudo os entrevistados não demonstraram sentir revolta ou raiva em relação ao sistema. Isso demonstra que o sistema não causa estresse em sua operação, e que apesar de ser uma obrigatoriedade não causa opiniões politicamente negativas em relação a ele entre os respondentes.

Considerações finais

O sistema público de escrituração digital, foi projetado e implementado objetivando levar a escrituração fiscal e contábil das empresas a era digital, para isso se dividiu em etapas e níveis, e com as adequações no decorrer do tempo se modelou de forma que as empresas conseguissem se adequar a seu sistema englobando hoje a grande maioria das empresas.

Dessa forma tema proposto da pesquisa permitiu a análise as percepções dos reflexos do processo de implantação e adaptação das empresas do setor de mecânica de motos, localizadas as margens da BR 364 no município de Cacoal-RO.

Partindo da premissa de que a implantação do SPED poderia causar alterações nas empresas, foram buscados identificar quais seriam essas alterações que ocorreram. Analisando a pesquisa pode-se identificar que, a mais marcante mudança nas organizações foi, a troca dos sistemas operacionais, que foi citado em as entrevistas porem, este não causou grandes efeitos de mudanças nas empresas em nenhum aspecto.

É possível perceber que, apesar de ter ajudado a melhorar alguns aspectos dos quesitos administrativos da empresa, a gestão da grande maioria das empresas, não houve mudanças significativas que de fato acrescentassem as empresas novas perspectivas, apesar de algumas funcionalidades reduzissem os processos das empresas, como a gestão de estoques relatado pelos entrevistados,

As mudanças apontadas pelos entrevistados, ocasionadas em decorrência das adaptações ao SPED, em sua maior parte são efeitos positivos e não houveram indicados negativos com relação ao sistema após a sua implantação nas empresas, o que leva a crer que quaisquer problemas iniciais foram superados e que após adaptação não houveram dificuldades ocasionadas pelo sistema.

Entre as empresas que encontraram alguma dificuldade, chama a atenção os diferentes meios em que as empresas encontraram para superar essas dificuldades. Não seria incomum se os entrevistados tivessem encontrado as mesmas soluções, claro cada um a sua realidade, mas cada entrevistado declarou um método diferente solução, o que indica que o sistema é maleável a diferentes situações e diferentes problemas.

Durante a pesquisa percebe-se que a visão dos entrevistados e a visão pública são um tanto incoerentes principalmente no quesito de benefícios do sistema, já que raríssimas vezes foi citado pelos entrevistados as vantagens propostas pelos órgãos reguladores, que demonstra esta incoerência entre proposta e realidade.

Com tudo, tendo em vista que apesar de, aparentemente não cumprir com as propostas, o sistema não parece causar problemas nas empresas investigadas. Toda via seria ainda melhor se as propostas de fato atingissem todos os seus objetivos. Talvez seja necessária uma reavaliação de cenários que o SPED atua para se adequar a realidade das empresas.

A pesquisa se limitou as empresas de mecânicas de motos localizadas as margens da BR 364 por ser a região de maior concentração das empresas, as quais tem um regime de lucro presumido ou optantes pelo simples

Através da pesquisa foi possível analisar os efeitos da introdução do sistema SPED as empresas, bem como também analisar as percepções por parte de gestores e afins sobre sua percepção desses efeitos, os quais foram relativamente positivos em reação ao sistema. Dito isto é importante que o sistema seja gerido de maneira eficiente para que continue a funcionar da melhor maneira possível.

Contudo ainda é possível ir mais a fundo no assunto SPED com temas como, a política do gerenciamento dos documentos eletrônicos, ou até mesmo realizar a análise em outras áreas de mercado e ainda a possibilidade de analisar a relação de comunicação entre as empresas e os órgãos governamentais.

Referências

BACH. Santiago Olmedo. **A Gestão dos sistemas de informação**. Setembro de 2001.

BELLOTTO, H. L. **O arquivista na sociedade contemporânea**. In: Arquivos permaneces: Tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal - AJUSTE SINIEF 07/05. In: **Portal da Nota Fiscal Eletrônica**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/AJ_007_05.htm>. Acesso em: 10 fev.2016

CASSARO, Antonio Carlos. **Sistema de informação para tomada de decisões**. Antonio Carlos Cassaro. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DOMINGUES, H. **Governança de TI – um caminho sem volta**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibcbrasil.com.br/ibcbrasil/marlin/system/render.Jsp>> Acesso em 10 de maio de 2016

HURT, Robert L. **Sistemas de informações contábeis**. 3º ed. Porto Alegre. AMGH: 2014.

MCLEAN, E.; TURBAN, E.; WETHERBE, J. (1999) **Information technology for management** – Making Connections for Strategic Advantage, 2ª edição.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, Paulo Antonio; AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Iob, 2009.

MATSUDA. **Teoria dos sistemas**. 2007. Disponível em: <<http://sites.mpc.com.br/gberaldo/Teoria%20dos%20sistemas.pdf>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2016.

PADOVESE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CAPÍTULO VII:

Gestão ambiental em organizações formais e informais



“Aquilo que não pudes controlar, não ordenes”.
(Sócrates)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL COMO PARTE DAS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Andréa Rodrigues Barbosa³⁶
Angela de Castro Correia Gomes³⁷
Lucilo José Ribeiro Neto³⁸
Nauama Dias Surui³⁹

Introdução

As empresas são agentes promotoras do desenvolvimento econômico e tecnológico, e tem capacidade de gerar recurso, no entanto é importante que isto seja para o bem-estar de todos e para que isto aconteça estas estão desenvolvendo a chamada responsabilidade social empresarial (SER), que objetiva a adoção de uma forma ética de crescimento e desenvolvimento econômico, passando a atuar como agente social, estendendo suas preocupações para além de seus funcionários, alcançando assim toda a comunidade. A responsabilidade social tem várias dimensões e um amplo sentido partindo de sua base que é a ética,

³⁶ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR e da Instituição de Ensino Superior de Cacoal – FANORTE.

³⁷ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, vinculada ao Departamento Acadêmico de Administração, campus de Cacoal, líder do GIEPGOE e GEPAC.

³⁸ Mestrando em Ciências da Saúde e Doutorando em Biotecnologia em Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e Fisioterapeuta da Unidade de Reabilitação do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas (HUPAA/UFAL).

³⁹ Pós-graduanda em Ensino das Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Rondônia – IFRO e Pós-graduanda em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes.

e acaba envolvendo práticas gerais de recursos humanos, ações culturais, filantropia, e o meio ambiente (OLIVEIRA, 2002).

O conceito de responsabilidade social foi se modificando ao longo do tempo, antes atendendo aos interesses do Estado na busca do bem-estar social; depois passando a atender aos interesses privados, priorizando o lucro dos acionistas; e atualmente, abarca as respostas empresariais aos *stakeholders* e a outros grupos da sociedade. Com o uso e a exploração inconsciente dos recursos naturais ao longo do tempo, ocorreram vários impactos negativos ao meio ambiente, levantando discussões e elaborações de políticas voltadas à proteção e recuperação ambiental. Nesse contexto surge, a educação ambiental no meio empresarial como parte da responsabilidade social, a fim de conscientizar e modificar as práticas empresariais, criando estratégias competitivas no mercado.

Dito isso e com base no método da pesquisa bibliográfica, este artigo tem por objetivo: apresentar a educação ambiental como parte das dimensões da responsabilidade social empresarial.

Educação ambiental empresarial

A formação da sociedade, juntamente com a consolidação do sistema capitalista teve como resultado a geração de riquezas, porém provocou a disseminação de problemas de ordem social, econômica, ambiental, cultural e política. A preocupação com os problemas ambientais iniciou seu eco no mundo a partir da década de 60, por meio dos estudos da bióloga marinha Rachel Carson, com a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), alertando sobre os perigos do uso do Dicloro Difênil Tricloreto (DDT). A partir daí grupos de pesquisadores foram se organizando e vários eventos internacionais foram constituídos no sentido de solucionar os problemas decorrentes dos impactos

ambientais no planeta, trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável e enfatizar a necessidade da educação ambiental (SACHS, 2009; SEIFFERT, 2011; DIAS, 2008b; DIAS, 2011).

No ano de 1977, ocorreu em Tbilisi, na Geórgia, o evento considerado de maior repercussão para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) no mundo, pois até esse momento não havia certa clareza no que realmente seria “Educação Ambiental”. Esse evento ficou conhecido como a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A partir de Tbilisi, a EA passou a incluir a necessidade da compreensão da interdependência da sociedade nas dimensões econômica, social e ecológica; e a proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos voltados à melhoria da qualidade de vida das pessoas e da qualidade ambiental (DIAS, 2004).

Com a publicação do relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum - *Our common future*), em 1987, ocorreu a disseminação do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS). Nesse relatório, Desenvolvimento Sustentável corresponde ao desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades (SACHS, 2009; SEIFFERT, 2011; DIAS, 2011). Seiffert (2011) explica que, a partir daí, a educação ambiental passa a ser considerada o instrumento para concretização do desenvolvimento sustentável, levando em conta os padrões de consumo de uma região e seus aspectos culturais em geral (SEIFFERT, 2011).

No artigo 225 da Constituição Federal de 1988, consta como atribuição do governo a promoção da educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Em abril de 1999, foi sancionada a Lei 9.795/99, instituindo a

Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei foi considerada uma grande conquista pelos educadores ambientais de todo país, mesmo considerando que haveria um longo caminho para uma efetiva mudança no contexto nacional quanto às questões ambientais presentes no cotidiano dos brasileiros (BRASIL, 2009). Nessa lei, educação ambiental corresponde aos “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A partir daí, ficou definido quais seriam os princípios norteadores desse processo educativo e que a EA deveria ocorrer em todos os níveis de ensino, reforçando que também era necessário o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1999). Segundo Gadotti (2009), serviram como base para essa nova prática pedagógica os escritos de Rousseau, Froebel, Dewey, Montessori, Steiner, e mais tarde, Freire. Segundo o autor, essa diversidade de inspirações e de práticas transformou a educação ambiental em um campo fértil para estudos, pesquisas e projetos de intervenção. Ainda sobre as práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental, Gadotti (2009) explica que nesse contexto a sustentabilidade precisa ser vista não apenas a partir da noção de desenvolvimento, mas por outras perspectivas.

O autor ainda atenta que devem ser utilizadas estratégias educativas distintas para cada nível de ensino:

Num nível mais avançado, precisamos discutir a biodiversidade, a conservação de ambiental, as alternativas energéticas e o aquecimento global [...] educar para o desenvolvimento sustentável é educar para o

uso de fontes renováveis de energia, economizar energia e rever nosso modo de vida (GADOTTI, 2009, p. 102-103).

A busca por um desenvolvimento sustentável acaba renovando os princípios de educação ambiental e coloca novos desafios para transformar suas orientações, suas estratégias e seus métodos (LEFF, 2009). Pode-se dizer que a educação ambiental está amparada por princípios básicos de sustentabilidade, no entanto, sua transmissão requer reflexões constantes sobre o alcance de seus propósitos: produzir pensando na capacidade planetária do amanhã.

Entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, estão a econômica e a ambiental/ecológica, nos quais existe uma grande inter-relação, devido aos resultados ambientais negativos decorrentes da má utilização econômica dos recursos naturais. O pressuposto econômico de desenvolvimento só acontecerá se houver uma alocação eficiente dos recursos, e para isso é necessária uma efetiva incorporação do valor do bem ambiental no processo produtivo (SEIFFERT, 2011). Nesse contexto, em que se requer uma mudança no comportamento empresarial frente ao uso dos recursos naturais, que surge a Educação Ambiental Empresarial (EAE), passando a desempenhar um papel de operacionalizador do desenvolvimento da sociedade, podendo contribuir na prevenção da poluição, na minimização e correção de impactos ambientais, e na redução de outros danos sofridos pela natureza.

Pedrini e Pelliccione (2007) esclarecem que a Educação Ambiental Empresarial no Brasil (EAEB) é atividade recente, que foi incentivada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Os autores explicam que foi construída uma proposta para identificá-la, encontrando seu referencial teórico na Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS),

prevista pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), adotado pelas políticas públicas de vários países, incluindo o Brasil. No entanto, também complementam que a EAEB surgiu em meio as preocupações empresariais, diante das respostas demandadas por órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Ainda com base no artigo de Pedrini e Pelliccione (2007), a EAEB tem sido trabalhada, muitas vezes, de maneira equivocada, limitando-se a atividades curtas de treinamento ambiental do público interno das empresas ou a ações fragmentadas e desarticuladas para o público do seu entorno, tais como: desenvolvimento de hortas, práticas de reciclagem, caminhadas e eventos culturais. Em outras situações, incluem respostas a Termos de Ajustes de Conduta (TAC) devido a incidentes, acidentes ambientais ou para a obtenção de certificações ambientais, a exemplo da ISO 14001. Diante desse contexto, os autores atentam: “Em geral, esses treinamentos são de eficácia/efetividade conceitual e metodológica questionáveis por ausência de referencial teórico-prático conceitual e metodológico desde sua concepção até a avaliação final da atividade” (PEDRINI e PELLICCIONE, 2007, p. 2).

Macedo e Vargas (2010) atentam que, no Brasil, várias empresas têm implantado programas de educação ambiental, porém, questões relativas à análise dos programas implantados ainda carecem de pesquisas. A partir daí, percebe-se a ausência de um aprofundamento de estudos relacionados à Educação Ambiental Empresarial. O que as empresas têm feito no sentido de solucionar problemas ambientais por meio da educação ambiental? Pode-se dizer que a EAE se constitui em uma das maneiras que a empresa encontra para contribuir com a melhoria ambiental, incluindo práticas de sustentabilidade voltadas ao seu ambiente interno (processos produtivos) e ao seu entorno.

No TEASS, constam dezesseis princípios da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, considerando que a educação é um direito de todos, dever ter como base o pensamento crítico e transformador, ser individual e coletiva, além de ser considerada um ato político. Os princípios ainda incluem a interdisciplinaridade da EA, e que esta deve estimular a solidariedade e a interação entre as culturas, considere o contexto histórico e social do mundo, e contribua na mudança dos setores populares da sociedade. Além desses aspectos, os princípios de EA do tratado apontam para a necessidade de se trabalhar conflitos de maneira justa e humana, de se promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, e o desenvolvimento de uma consciência ética dos seres humanos para com as formas de vida do planeta (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Por sua vez, o ProNEA possui vinte objetivos no sentido de consolidar a educação ambiental no país e garantir a sua sustentabilidade. Em concordância com o TEASS, entre seus objetivos estão a promoção de processo de EA que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis, a contribuição com a organização de grupos que atuem em programas de intervenção em EA, a promoção da incorporação da EA na formulação e execução de atividades passíveis de licenciamento ambiental, o estímulo às empresas e demais instituições a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho e as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, a difusão da legislação ambiental, entre outros (BRASIL, 2014)

No entanto, Pedrine e Pelliccione (2007) atentam para a necessidade de realização de estudos de casos aprofundados em empresas para se conhecer adequadamente as atividades em

EAEB. Eles defendem o uso de estratégias metodológicas, priorizando a confrontação entre discurso e prática empresarial, como por exemplo, análise documental/entrevista x observação participante; e o aperfeiçoamento em conhecimentos voltados às questões ambientais e aos instrumentos políticos que direcionam à construção de uma sociedade sustentável. Uma empresa que adota a postura de educadora ambiental pode influenciar outras organizações e demais segmentos da sociedade a agirem nesse mesmo sentido (MACEDO e VARGAS, 2010); além de cumprir seu papel de empresa socialmente responsável.

Ao se falar em educação ambiental empresarial, pode-se perceber que permeia uma certa contradição entre os objetivos da educação ambiental (preservação do meio ambiente) e os objetivos empresariais (resultados econômicos - lucro e financeiros - caixa). Essa contradição pode ser explicada através dos escritos de Morin (1998), ao pensar a complexidade como um meio de respeitar a organização comum, num contexto de imprevisibilidade. Segundo o autor, “um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de adotar uma postura em relação à incerteza” (MORIN, 1998, p. 4). Esse embate complexo nos leva a refletir sobre como as empresas tem feito para compensar os impactos causados seja na sua implementação seja nas suas operações, ou para prevenir esses impactos por meio da educação ambiental.

Responsabilidade social empresarial

Antes de discorrer sobre a responsabilidade social empresarial, apresenta-se uma breve reflexão sobre a ética empresarial. A ética é um saber científico incluído no campo das ciências sociais; é uma ciência com sistema conceitual próprio, tornando inteligível os fatos morais, os quais se referem aos juízos

sobre as condutas dos agentes, sobre as convenções históricas do que é certo ou errado, justo ou injusto, sobre os padrões de conduta adotados por uma coletividade (SROUR, 2008).

Ashley (2005) descreve sobre o histórico na mudança da maneira como a ética e a responsabilidade social corporativa eram tratadas nos Estados Unidos e na Europa. Segundo a autora, até o século XIX, o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não um interesse econômico privado. As corporações de capital aberto recebiam dos monarcas os alvarás para exploração e colonização do Novo Mundo, desde que estas prometessem benefícios públicos. Com a independência dos Estados Unidos, a legislação norte-americana contribuía para o desenvolvimento de serviços de interesse público, e posteriormente para a concretização de interesses privados. Até o século XX, a premissa fundamental da legislação para as corporações era a garantia de lucros para seus acionistas (ASHLEY, 2005).

Em 1919, ocorre o julgamento do caso Dodge *versus* Ford, devido à comunicação feita, em 1916, sobre o reinvestimento dos lucros na expansão da empresa e na diminuição dos preços dos automóveis (objetivos sociais). A suprema corte de Michigan foi favorável aos Doges, uma vez que a corporação existe para o benefício de seus acionistas com a distribuição dos lucros (ASHLEY, 2005; REIS, 2007). Já em 1953, ocorreu o caso A. P. Smith Manufacturing Company *versus* Balow, cuja proposta era a doação de recursos para a Universidade de Princeton, contrariamente aos interesses dos acionistas. A justiça determinou que uma corporação pode buscar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa. A decisão nesse caso foi favorável aos defensores da responsabilidade social, justificando que não somente a filantropia corporativa, mas outras

medidas com benefícios sociais e em relação ao ambiente natural deveriam ser consideradas pelas empresas (REIS, 2007).

O autor também aclara que se começa a associar o termo filantropia corporativa ao de responsabilidade social, remetendo à questão da filantropia, enquanto caridade e contribuição financeira, mas que se contrapõe aos interesses econômicos das organizações.

Reis (2007) explica a dificuldade, o longo do tempo, na formação de um conceito para o termo responsabilidade social. Nas ciências sociais, o termo responsabilidade social se refere à responsabilidade daquele que é chamado a responder pelos atos diante da sociedade ou da opinião pública (BIROUI, 2002 apud REIS, 2007). Na década de 70, representava a ideia de responsabilidade ou de obrigação legal. Estudiosos do tema, equiparam-na a contribuições caridosas; enquanto outros associavam-na ao sentido de “socialmente consciente” (DIAS, 1986 apud REIS, 2007).

Atualmente, a responsabilidade social nas empresas é discutida mais pela perspectiva de atendimento a interesses privados e econômicos (relacionado à imagem pública da empresa), do que aos interesses sociais mais amplos e relacionados ao bem-estar da sociedade (REIS, 2007). O autor também explica que responsabilidade social nas empresas está relacionado ao comportamento destas, ao tomar decisões orientadas por uma conduta ética, pois tem consciência de que seus atos não poderão gerar consequências sociais negativas, seja a um dos *stakeholders*, seja à sociedade em geral.

O conceito de responsabilidade sensibilidade social é o ato de responder aos *stakeholders* e a outros grupos da sociedade, considerando mais do que apenas desejos e necessidades da firma (FERREL, 2001 apud REIS, 2007). Esse conceito reforça a reflexão de que a responsabilidade social não pode efetivamente

acontecer enquanto um fim em si mesma no contexto empresarial, mas precisa transpor o ambiente da empresa em direção a todos os diversos públicos com os quais ela se relaciona (influencia ou é influenciada).

Conforme se observa, o conceito de responsabilidade social foi se modificando ao longo do tempo; e Reis (2007) apresenta quatro dimensões dessa responsabilidade, quais sejam: a) dimensão filantrópica, cujas ações buscam restituir à sociedade o que dela foi recebido (são as contribuições das empresas à sociedade, voltadas à contribuição para sua qualidade de vida e bem-estar); b) dimensão econômica, que tem por objetivo maximizar para o *steakholder* a riqueza e/ou valor (refere-se à maneira como os recursos para a produção de bens e serviços são distribuídos no sistema social); c) dimensão ética, que busca seguir padrões de conduta aceitável, da maneira definida pelos *steakholders* (inclui padrões, normas ou expectativas que refletem as preocupações de todos os públicos envolvidos com a empresa); e d) a dimensão legal, cujo objetivo é cumprir todas as leis e regulamentos do governo (é o alicerce de todas as atividades empresariais).

Educação ambiental empresarial como parte das dimensões da responsabilidade social

Esse estudo é de natureza qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, é caracterizado como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p.44), esse tipo de pesquisa “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O autor explica que são aquelas que analisam diversas posições acerca de um problema.

A EAE como parte da dimensão filantrópica da responsabilidade social pode ser considerada a partir das ações empresariais educativas voltadas às comunidades específicas ou sociedade em geral. Nesse enfoque, poderiam ser incluídos cursos de educação ambiental que proporcione algum retorno à sociedade, tais como cursos de reciclagem, cursos sobre o entendimento dos ecossistemas, cuidados na preservação ambiental, entre outros. Assim, estariam contribuindo para a melhoria do bem-estar social.

Borger (2001) explica que atualmente tem crescido no Brasil o número de empresas que promovem atividades sociais voltadas para o benefício da comunidade, essa é a chamada filantropia empresarial, que estão voltadas às diversas áreas, inclusive ambiental. No entanto, é importante ressaltar que a filantropia ainda é vista negativamente por alguns empresários, alegando que a incorporação das questões sociais e ambientais aumenta os custos e reduz os lucros, há também empresários que apesar de possuírem uma consciência ambiental e social, promovem ações individuais, o ideal é que essas ações seja uma política de toda a empresa.

Por sua vez, a EAE como elemento da dimensão econômica da responsabilidade social pode ser incluída nos aspectos da educação ambiental voltados aos processos produtivos quanto ao gerenciamento de resíduos, uso de tecnologias limpas, otimização no uso da energia e outros insumos. Com a inserção do tema da sustentabilidade nos negócios, as empresas precisaram “assumir o papel de educadoras, orientando as preferências dos consumidores por produtos e serviços no que tange à sustentabilidade” (FARIAS et al, 2010, p.5). Nesse contexto, Andrade (1997) *apud* Farias et al (2010) explica que a com a inclusão dos problemas ambientais nas estratégias e com o uso de inovações tecnológicas voltadas à melhoria ambiental, as

organizações passam a adquirir maior autonomia dos processos produtivos quanto à dependência de recursos naturais, colaborando para o desenvolvimento de competências na construção de vantagens competitivas, nesse aspecto. Essas práticas têm atraído mais a atenção de investidores e contribuído para a valorização das ações em bolsas de valores.

A EAE como parte da dimensão ética da RS, pode ser encontrada em suas práticas voltadas a uma conduta aceitável pelos seus *stakeholders*. Uma empresa que inclui a educação ambiental em seu ambiente interno e externo reflete seu comprometimento com as questões ambientais. Apesar das discussões sobre ética serem antigas, a ética voltada às questões ambientais ainda é muito recente no meio empresarial, assim, compete as corporações incluírem esse assunto em suas tomadas de decisões, pois a responsabilidade moral para com a natureza é urgente. Oliveira (2002) afirma que a ética é um ponto central para fazer negócio consciente e sustentável, e os assuntos ambientais e sociais são intrínsecos à ética organizacional.

A saúde também resultada do estado equilibrado das relações sociais que visam a transformação do meio ambiente em fonte de renda. Necessariamente, esta relação deve conter meios para a colaboração na proteção do meio ambiente. Para isso, deve-se criar e articular políticas cujas atividades intervenham sobre os problemas sanitários decorrentes do meio da produção de bens, direta ou indiretamente, compreendidas todas as etapas do processo de produção e de consumo (SILVA et al., 2013; LANDIM et al., 2016).

Em virtude disso, o desenvolvimento sustentável constitui-se, portanto, numa prática dependente da participação das empresas, e por consequência, de seus trabalhadores. Uma realidade presente no campo empresarial brasileiro, que apesar de insuficiente, em se tratando do quantitativo e portes empresariais

existentes, ganha espaço para discussão e prática, e a cada adesão pactuada em respeito aos preceitos de sustentabilidade, tornam-se palpáveis as transformações advindas pela instauração de políticas de saúde que abarcam os ambientes de trabalho e o meio ambiente (Silva et al., 2013). Lembrando que o trabalhador está inserido nos *stakeholders* da empresa.

A dimensão legal pode incluir a EAE em seu bojo devido à necessidade que as empresas têm em se adaptarem ao atendimento às questões legais voltadas ao meio ambiente. O cumprimento das leis ambientais requer o entendimento de tais leis, o que remete à necessidade da educação ambiental na legislação pertinente. Miranda (2011), ao tratar do Direito Ambiental, atenta para a abrangência do conceito de meio ambiente, uma vez que inclui um vasto conjunto de elementos que condicionam a vida. O autor explica que a definição legal desse conceito está na Política Nacional do Meio Ambiente e atenta para a análise de múltiplos aspectos acerca da questão ambiental. Segundo o Art.3º da Lei, o entendimento de meio ambiente contempla “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Ainda nesse mesmo artigo, a definição de degradação da qualidade ambiental está ligada à alteração contrária as características do meio ambiente. Assim, diante dos próprios elementos incluídos no conceito legal de meio ambiente, percebe-se a grande quantidade de variáveis a serem consideradas pelas organizações em geral para evitar as alterações dessas características. Por sua vez, o conceito de poluição, refere-se a:

Degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (BRASIL, 1981).

Diante disso, vê-se a necessidade do entendimento dos elementos e variáveis que compõem esses conceitos. Miranda (2011, p.31) acrescenta que o Direito Ambiental ainda inclui a proteção de outras variáveis: “ambiente cultural (patrimônio histórico, estético, artístico, turístico, paisagístico e espeleológico), artificial (espaço urbano aberto e fechado), e até o ambiente de trabalho.

Ainda no contexto legal, pode-se incluir a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde e suas determinações sobre o binômio responsabilização empresarial-educação ambiental, lei 8080/90, que regula as ações e serviços de saúde executados por pessoas naturais e jurídicas, de direito público ou privado. Em sua redação, traz as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a maneira de organização e funcionamento dos serviços correspondentes ao bem-estar pleno dos indivíduos e do meio.

Outro tópico da legislação, refere-se a listagem dos fatores que determinam e/ou condicionam a saúde, dentre eles estão: o trabalho, o meio ambiente, a renda e a educação (BRASIL, 1990). Significa que cada fator tem potencialidade para agregar hábitos e valores capazes de delimitar um campo de atuação das

regulamentações, ampliando e induzindo ao alcance do objetivo principal da lei.

Elige-se aqui dimensões da responsabilidade social empresarial no processo de educação em saúde com reflexos sobre a educação ambiental: a alimentação e destinação de lixo biodegradável e não degradável, os impactos ambientais da empresa sobre as condições de moradia urbana e de circunvizinhança das empresas, assim como sobre as vias e o tipo de transporte público que lhe dão acesso, incluindo o planejamento de um projeto de mobilidade urbana mais sustentável.

As interferências da produção da empresa sobre o saneamento básico, as condições de trabalho que possibilitam a ocorrências de problemas associados às ocupações e possíveis formas de evitar agravos, especialmente sobre aqueles já instalados, o impacto da renda sobre os hábitos de consumo de todos na empresa e na comunidade onde a empresa encontra-se instalada, a curto e longo prazos. A educação participativa, onde todos os atores envolvidos constroem os instrumentos, os conhecimentos e definem pautas de intervenção interna e externa à empresa. A tomada de consciência de que os níveis de saúde da população expressam a organização social do país, nela incluída a educação ambiental empresarial (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, admite-se que a produção de bens deriva da interação entre o trabalhador e o meio ambiente. E, não obstante disso, a empresa está intrinsecamente atrelada a estes, visto que a pessoa jurídica empresarial é dependente de pessoas físicas e do meio ambiente para manter-se atuante, perante a flutuação dos mercados financeiros, sustentados sobre a política econômica vigente. Esta complexa relação outorga transformações ao meio. Ratificando o papel que as empresas assumem de protocoladoras de metodologias dirigidas à extração de recursos

naturais e o de promotoras de modificação ambiental, tanto na produção de bens e/ou serviços, quanto no consumo destes.

Legalmente, a execução deste papel traz consigo a responsabilidade sobre os aspectos protetores ao meio ambiente e à saúde de seus trabalhadores (LANDIM et al., 2016). Um processo educativo contínuo afasta o teor nocivo da figura empresarial, e atrela-lhe a ideia de sucesso coletivo, digno de partilha de responsabilidades e cuidados mútuos.

Considerações finais

Conforme visto nesse artigo, Pedrini e Pelliccione (2007) esclareceram que a Educação Ambiental Empresarial no Brasil (EAEB) é atividade recente e ainda não tem sido desenvolvida de maneira plena, com resultados mais precisos para as próprias organizações, meio ambiente e sociedade em geral. Aliada ao contexto de educação ambiental empresarial está a responsabilidade social das empresas, remetendo ao seu comportamento e decisões pautadas em uma conduta ética, refletindo frente aos *stakeholders* e à sociedade em geral.

Ao desenvolver práticas educativas voltadas às questões ambientais, a educação ambiental empresarial pode estar inserida na dimensão filantrópica da responsabilidade social, quando buscam a melhoria do bem-estar social. São ações educativas que buscam o benefício da comunidade. Essa dimensão, quando atendida, acaba contribuindo para o atendimento da responsabilidade social em sua dimensão ética, pois são práticas voltadas a uma conduta aceitável pelos seus *stakeholders*. Além dessa inter-relação, pode-se acrescentar que tais práticas ainda podem contribuir com a filantropia estratégica da empresa (marketing), e econômica (aumento da receita).

A educação ambiental como parte da dimensão econômica da responsabilidade social está relacionada aos processos produtivos quanto ao gerenciamento de resíduos, uso de tecnologias limpas, otimização no uso da energia e outros insumos, e inclusão dos problemas ambientais nas demais estratégias empresariais, garantindo maior autonomia às organizações quanto à dependência de recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de competências na construção de vantagens competitivas, nesse aspecto.

Por sua vez, a educação ambiental no contexto da dimensão legal da responsabilidade social está relacionada às práticas educacionais que buscam o atendimento das questões legais voltadas ao meio ambiente. Para se cumprir leis ambientais é preciso entendê-las quanto à sua aplicabilidade e abrangência, partindo do que se diz na Política Nacional do Meio Ambiente e atentando para a análise de múltiplos aspectos acerca da questão ambiental, além de se considerar leis e resoluções específicas de cada atividade no sentido de se evitar a degradação (alteração contrária as características do meio ambiente) que leva à poluição do meio ambiente. Ao atender essa dimensão, a educação ambiental ainda contribui para o fortalecimento da dimensão ética da responsabilidade social, pois estará atuando conforme se esperam seus *stakeholders* e sociedade em geral.

Referências

ANDRADE, Larice Nogueira. Autodepuração dos corpos d'água. **Revista da Biologia**. v.5. 2010. Disponível em: www.ib.usp.br/revista. Acesso em fevereiro de 2016.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial**. In: ASHLEY, Patrícia

Almeida (Org.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial** (tese de doutorado), Departamento de Administração. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04022002-105347/pt-br.php>. Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 – 2007**. Brasília, MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dif_matizes.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990; set 20.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia e administração**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

FARIAS, Luana das Graças Queiróz de; SILVA JÚNIOR, Antônio Costa; SOUZA, André Luis Rocha de; CAIRO, Thaís Fernandes Dias; PASINI, Kristian Brito; VENTURA, Andréa Cardoso. Projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo da Petrobras\Fafen: uma análise à luz das estratégias ambientais empresariais, das tecnologias ambientais e do desenvolvimento sustentável. **XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eso908>. Acesso em agosto de 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LANDIM, Ana Paula Miguel et al . Sustentabilidade quanto às embalagens de alimentos no Brasil. **Polímeros**, São Carlos , v. 26, n. spe, p. 82-92, 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-14282016000700013&lng=en&nrm=iso>.

MACEDO, Silvia Regina Krüger; VARGAS, Leila César. Educação ambiental empresarial: reflexão sobre os desafios da atuação no contexto escolar. **Ambiente & Educação**. vol. 15(2), 2010. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/viewFile/1112/1064>. Acesso em janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em março de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA/ Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação**

Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 4. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf. Acesso em março de 2017.

MORIN, Edgar. **COMPLEXIDADE E LIBERDADE**. São Paulo: Associação Palas Athena, 1998. Disponível em: <http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/teoriadacomplexidade/Complexidade-e-Liberdade.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Antônio L. de. **SA8000**: o modelo ISO 9000 aplicado à responsabilidade social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

ONU. **Rio +20**: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/sobre/>. Acesso em fevereiro de 2016.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; PELLICCIONE Nina Beatriz Bastos. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: uma análise exploratória sobre sua qualidade conceitual. **Mundo & Vida**, vol. 8. 2007. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/235245917_Educacao_Ambiental_Empresarial_no_Brasil_uma_analise_exploratoria_sobre_sua_qualidade_conceitual. Acesso em janeiro de 2017.

REIS, Carlos Nelson dos. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esfera de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Marco Antônio Morgado da. **Educação ambiental para a cidadania e a construção de valores morais: diálogos entre pesquisa e intervenção**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: www.teses.usp.br/...rev.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

SILVA, José Marcos da et al. Desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador nos estudos de impacto ambiental de refinarias no Brasil. **Saúde soc.** São Paulo , v. 22, n. 3, p. 687-700, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000300004&lng=pt&nrm=iso.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.



Livro Rápido

Nunca foi tão fácil publicar!!!

www.livrorapido.com

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 - Peixinhos Olinda-PE CEP: 53230-290
Fone (81) 2121.5307/ 2121.5313 e-mail: livrorapido@weblogica.com

**Coletânea de Produções
Científicas do Grupo de
Estudos e Pesquisas em
Administração de Cacoal
(GEPAC) e do Grupo
Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas em Gestão na
Organização (Não) Escolar
na Amazônia (GIEPGOEA)**

